

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

JORGE TARACHUQUE

**BIOÉTICA E VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA**

**CURITIBA
2012**

JORGE TARACHUQUE

**BIOÉTICA E VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Teologia da
Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Waldir Souza

**CURITIBA
2012**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

T176b Tarachuque, Jorge
2012 Bioética e vulnerabilidade da população em situação de rua. / Jorge Tarachuque ; orientador, Waldir Souza. – 2012.

171 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012.

Bibliografia: f. 151-159

1. Teologia. 2. Pessoas desabrigadas. 3. População – Aspectos sociais. 4. Bioética. 5. Política pública I. Souza, Waldir. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título

CDD 20. ed. – 261

JORGE TARACHUQUE

**BIOÉTICA E VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Teologia da
Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Teologia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Waldir Souza
PUCPR

Prof. Dr. Elio Estanislau Gasda
FAJE

Prof. Dr. Mario Antônio Sanches
PUCPR

Curitiba, ____29____ de ____junho____ de 2012.

Dedico este trabalho às pessoas em
Situação de Rua de modo especial àquelas
com as quais interagi nas ruas de Curitiba,
onde aprendemos mutuamente a partilhar
sonhos na firmeza esperançosa de um
mundo sem preconceitos, violências e com
mais justiça, inclusão, fraterni
solidarieuaue.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a vida, toda graça e força recebida nesta missão.

Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Waldir Souza, meu orientador, por todo o apoio, incentivo e pertinentes observações na orientação da dissertação.

Ao corpo docente do Curso de Mestrado, que possibilitou uma troca de conhecimentos. De modo especial ao Professor Dr. Mario Sanches, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR, e incansável motivador do diálogo Teologia e Bioética. Agradeço também de modo especial ao professor Dr. Antônio José de Almeida e Prof^a. Dr^a. Clélia Peretti as interessantes conversas a respeito do tema desenvolvido.

Ao Prof. Dr. Elio Estanislau Gasda por ter disponibilizado seu tempo e esforço na participação da banca.

À Maria Braga, Secretária do PPGT, sempre atenciosa e prestativa.

A Demétrio Tarachuque (*In Memoriam*) e Tereza Bonaldi Tarachuque, pais e educadores nos valores da Ética e Fé, e que me ensinaram principalmente pelo testemunho o caminho da solidariedade aos mais pobres e abandonados.

Aos membros da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Curitiba, Ir. Henrique, Pe. Joelcio, Celsa, Tatiana, Claudete, Cida, Tim, Leandro, Elisabet, Nadia, Nivera, Julia, Nelson Ana, Marlene, Wilson, Osvaldo, Denise, Ir. Tereza, e Cassio, postulante Redentorista que me acompanhou em algumas reuniões e conversas com a População em Situação de Rua.

À Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, na pessoa da Ir. Cristina Bove, o empenho e incansável dedicação no estabelecimento das Políticas Públicas e sempre presente em nossos Encontros no GTIS em processo de consolidação Curitiba.

A todos e todas do Grupo de Trabalho de Inclusão Social sempre presentes, em nossos encontros no Ministério Público Estadual, de modo especial a equipe do Jornal A Lage.

Ao Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), a firmeza inquebrantável na luta pela afirmação dos Direitos Humanos e Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, nas pessoas de Leonildo Monteiro e Samuel Rodrigues.

Agradeço especialmente à Congregação do Santíssimo Redentor, o apoio fraternal dos confrades, de modo especial aos Missionários Redentoristas Pe. Joaquim Parrom, C.Ss.R, Pe. Lourenço Kearns, C.Ss.R e Ir. Hélio Nunes, C.Ss.R. todo o apoio e incentivo recebidos.

Enfim minha gratidão a todos os que de alguma forma fizeram parte desta caminhada.

Vi ontem um bicho na imundície do pátio
catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa, não examinava
nem cheirava: engolia com voracidade.
O bicho não era um cão, não era um gato,
não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem..

BANDEIRA, 1948

RESUMO

Este estudo tem como objetivo identificar a realidade da População em Situação de Rua, no contexto urbano da cidade de Curitiba. Traz à reflexão Bioética essa realidade na qual busca averiguar a situação de vulnerabilidade desse grupo humano, agravada pela ausência de uma Política Pública adequada e pertinente em relação à vida desses grupos. Sem moradia, cuidados de saúde, trabalho, espaços públicos apropriados, onde possam reorganizar-se, trava-se nesses grupos uma verdadeira batalha na luta pela sobrevivência como se observará. Propõe também, analisar perspectivas de futuro apontadas pelos sujeitos da pesquisa, incluindo proposições de Políticas Públicas diante da situação em que se encontram: sem moradia, sem formação, sem informações sobre o acesso aos benefícios sociais existentes e sem um tratamento específico para os dependentes químicos. Essa indiferença do município, própria da globalização, em sua lógica de exclusão e descarte, traz para a Bioética o desafio de pesquisar o conceito de vulnerabilidade considerando sua epigênese. A pesquisa se dá em diálogo com a Bioética de Intervenção e Bioética da Proteção e visa a somar na luta da População em Situação de Rua por dignidade e vida. Outro aspecto é poder contribuir com a Pastoral do Povo da Rua que tem desenvolvido um pertinente trabalho de parceria com o Movimento Nacional da População de Rua. Esta dissertação compreende uma pesquisa de campo qualitativo-exploratória, com homens e mulheres vivendo em Situação de Rua há mais de um ano. Busca-se desenvolver a relação da Teologia e Bioética a partir dessa realidade específica.

Palavras-chave: População em situação de rua. Vulnerabilidade. Bioética de intervenção. Bioética da proteção. Teologia.

ABSTRACT

The object of this study is to clarify the reality of a part of the population in a situation of street people in an urban context in the city of Curitiba. It brings to light a bioethical reflection to prove the vulnerable situation of this human group which is aggravated by the lack of an adequate and pertinent Government Politics in relation to the life of this human group in vulnerable situations. Without shelter, health recourses, steady work opportunities and an appropriate public space where they can organize themselves produce a true battle for survival as we will see. I also plan to analyze some perspectives for the future suggested by the very subjects of this investigation which include propositions about public politics in view of the situation in which they are involved without shelter, schooling facilities, without information about access to existing social benefits and finally without specific treatment for those with chemical dependencies. This municipal indifference, typical of globalization in its logic of exclusion and lack of comprehension brings to Bioethics the challenge of studying the concept of vulnerability considering its *epigenesis*. The study is made based on dialogue with the Bioethics of intervention with the Bioethics of Protection which envisions the struggle of the situation of Street People seeking dignity and better life. Another aspect is to contribute to the Pastoral of Street People which has developed an important contribution to the National Movement of the population of street people. This dissertation includes a quality field study with men and women living in street people ambient for more than one year. It is an attempt to develop the relationship between Theology and Bioethics with this specific reality of street people as its basis.

Key Words: Population in situation of street people reality. Vulnerability. Bioethics of intervention. Bioethics of protection. Theology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Gênero dos Entrevistados.....	21
Gráfico 2 - Idade dos Entrevistados	23
Gráfico 3 - Escolaridade dos Entrevistados.....	24
Gráfico 4 - Tipos de Violência	25
Gráfico 5 - Maiores Problemas enfrentados pelos pesquisados	31
Quadro 1 - Avanços jurídicos em relação à população em Situação de Rua	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECM	Associação Internacional Direito Ética e Ciência
ANIS	Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDDH	Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CREAS	Centro de Atenção Especial de Assistência Social
DAP	Documento de Aparecida
FAS	Fundação de Ação Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDDEHA	Instituto de Defesa dos Direitos Humanos
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
GTIS	Grupo de Trabalho para a Inclusão Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra.
ONU	Organizações das Nações Unidas
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PIB	Produto Interno Bruto
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PSR	População em Situação de Rua
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SBB	Sociedade Brasileira de Bioética
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	18
2.1 OS DESAFIOS DO CAPITALISMO GLOBAL	18
2.2 CONCEITUAÇÃO E HISTÓRIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	20
2.3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CARACTERÍSTICAS E VISIBILIDADES	30
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	38
2.4.1 Políticas Públicas	39
2.4.2 Segurança Pública e Justiça.....	43
2.4.3 Moradia e Tratamento dispensado nos albergues.....	44
2.4.4 Saúde mental e dependência química	45
2.4.5. Meios de sobrevivência e geração de renda na rua	47
2.4.6 Assistência Social	48
2.4.7 A solidariedade como alternativa.....	49
2.5 MOBILIZAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	50
2.6 MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA EM CURITIBA	52
2.7 ANÁLISE DESTE CONTEXTO.....	53
3 VULNERABILIDADE E BIOÉTICA: UMA VISÃO SOCIAL	56
3.1 VULNERABILIDADE	56
3.2 BIOÉTICA	65
3.2.1 Definição de Bioética	65
3.2.2 Contexto histórico da Bioética.....	74
3.3 VULNERABILIDADE E BIOÉTICA.....	84
3.4 AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA SOB A ÓTICA DA BIOÉTICA.....	88
3.5 BIOÉTICA DE PROTEÇÃO	94
3.6 BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO.....	96
4 A TEOLOGIA E BIOÉTICA NO TRATAMENTO DA VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	101
4.1 O ROSTO DOS NOVOS POBRES À LUZ DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.....	103
4.2 TEOLOGIA E BIOÉTICA.....	111
4.3 A TEOLOGIA SUBJACENTE À CIDADE: PASTORAL DO POVO DA RUA	121
4.4 RELAÇÃO DA TEOLOGIA E BIOÉTICA NO TRATAMENTO DA VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A PASTORAL DO POVO DA RUA.....	126
4.4.1 Perspectivas e Alternativas construídas pelo Movimento Nacional da P de Rua	131
4.4.2 Proceder Pastoral	135
4.5 PASTORAL DO POVO DA RUA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA.....	138

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICES	161
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	162
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	163
ANEXOS	167

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação está vinculada à linha de Pesquisa Teologia e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Propõe-se pesquisar e analisar a realidade da População em Situação de Rua na cidade de Curitiba e tem como eixo norteador a Bioética e a Teologia. Nesta pesquisa haverá também momentos em que será necessária a interface com outras ciências voltadas para o estudo do fenômeno. Busca-se, igualmente, averiguar a situação de vulnerabilidade dessa população, agravada pela ausência de Políticas Públicas adequadas e pertinentes.

A temática da População em Situação de Rua ganha espaço na atual conjuntura social, política e econômica, e reflete o estado da sociedade hodierna com suas contradições e injustiças. Mostra-se no decorrer deste estudo que a teologia continua atenta ao grito do pobre que se faz ouvir nas ruas em busca de dignidade e vida. Deus continua sendo um Deus parceiro dos pobres, que escuta o clamor de seu povo: “Eu vi muito bem a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi o seu clamor contra seus opressores e conheço os seus sofrimentos” (Ex 3,7). A atenção de Deus para com seu povo também se expressa no Evangelho de Lucas, mais precisamente na parábola do homem rico e do pobre Lázaro: “Havia um homem rico que se vestia de púrpura e linho fino e dava banquetes todos os dias. E um pobre chamado Lázaro, cheio de feridas, que estava caído à porta do rico. Ele queria matar a fome com as sobras que caíam da mesa do rico [...]” (Lc 16,19 e 20). Essa parábola faz uma crítica radical à sociedade organizada na qual os ricos esbanjam luxo e os pobres padecem na miséria e, ao mesmo tempo, aponta para a partilha e a solidariedade entre todos, como sinais antecipatórios do Reino. O pobre se torna, assim, lugar da contemplação da pessoa de Cristo.

O estudo sobre a População em Situação de Rua revela as contradições do sistema e os elementos que encobrem a imagem de que o sistema tudo resolveria. Desse modo parte-se da reflexão sobre a tentativa ideológica disseminada na sociedade de levar à condenação a pessoa em Situação de Rua. Pela ideologia do sistema, esse grupo é culpado e responsável pelo estado em que se encontra. Há por outro lado, um tipo de discurso não menos ideológico que afirma que pessoas em Situação de Rua se encontram nessa condição por opção, por uma filosofia de vida, ou seja, porque querem. Frente a esse discurso, pergunta-se: Essa realidade reflete a condição da População de Rua? Quais outras razões que levam a procurar entender e decifrar o funcionamento da sociedade capitalista e seus frutos “indesejáveis”?

No primeiro momento, ter-se-á presente a contextualização da realidade a ser averiguada e seus desdobramentos, tendo por base o fenômeno do capitalismo global. Parte-se da análise do Movimento Nacional da População em Situação de Rua em suas lutas cotidianas por Políticas Públicas condizentes. Nessa primeira fase serão analisadas também as respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa em questão, quando se propõem elementos determinantes como a plena participação na construção das Políticas Públicas. O estudo se direciona para a política pública em vigor no cenário brasileiro expressa na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que garante o reconhecimento e a proteção para todos os cidadãos, sem discriminação de cor, raça, classe social e gênero.

Opta-se neste estudo pela metodologia do tipo exploratório-qualitativa, pois entende-se que a pesquisa exploratória aproxima o pesquisador do problema pela observação no intuito de torná-lo explícito ou construir hipóteses (GIL, 2008). Segundo Lakatos e Marconi (1996), a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer, modificar e aprimorar conceitos e ideias. Já para Chizzotti (2000, p.79) “[...], a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito [...]”. Nesse tipo de pesquisa, considera-se o pesquisador como parte integrante do processo de conhecimento, pois cabe a ele interpretar os fenômenos atribuindo-lhes um significado.

A proposta desta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e foi aprovada conforme protocolo número 6.251 do CEP. Os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas. Para a coleta dos dados da entrevista foi utilizado recurso de anotação pessoal e gravador de voz com o qual se obteve maior percepção e fidelidade às respostas. Foram entrevistadas 16 pessoas adultas vivendo em Situação de Rua há mais de um ano, sendo dez homens e seis mulheres, identificados neste estudo, com letras alfabéticas: da letra “A” à letra “P”, com exceção de duas pessoas que autorizaram a menção de seus nomes, por compreenderem a importância da pesquisa. São elas: Leonildo Monteiro, membro da Coordenação Nacional da População em Situação de Rua e Samuel Rodrigues, líder do Movimento Nacional da População de Rua. Assim, a amostra de pesquisa foi formada por 10 homens (A, B, C, D, F, G, I, N, O, P) e 6 mulheres (E, H, J, M, K, L,) vivendo nas ruas da cidade de Curitiba. O espaço onde se realizou o estudo com a População de Rua foi o Centro Redentorista de Ação Social do Santuário Nossa

Senhora do Perpétuo Socorro, na cidade de Curitiba. Esse espaço tem um campo de atuação ampla e busca socorrer quem vai em busca de ajuda, de modo especial na busca por trabalho e cursos, mas também alimentos e roupas com maior procura por parte da População em Situação de Rua.

Outro local de encontro com os sujeitos da pesquisa foram as reuniões do Grupo de Trabalho para Inclusão Social (GTIS), da População em Situação de Rua, realizados no Ministério Público Estadual, na Rua Tibagi, 779, no centro de Curitiba. Esse espaço tem sido uma referência de articulação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), juntamente com os apoiadores, como a Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Curitiba. As reuniões, coordenadas geralmente por Leonildo Monteiro, constituem um ambiente importante de socialização de informações quanto às discussões, avaliações, proposições, conquistas e desafios na construção de uma Política Pública com a participação das pessoas em Situação de Rua em todos os processos de emancipação.

Os resultados da pesquisa foram estruturados em três capítulos, acompanhados por uma introdução e considerações finais. Após esse desenvolvimento introdutório (1), apresenta-se o primeiro capítulo (2) dedicado à **Contextualização da realidade da População em Situação de Rua**. Essa contextualização se dá a partir da reflexão ético-teológica, perpassando uma espiritualidade da libertação no que se refere à defesa da vida do mais vulnerável ou na extrema vulnerabilidade. Assim, abordam-se desde a realidade enfrentada, às Políticas Públicas como segurança pública e justiça, moradia e o tratamento dispensado nos albergues, saúde mental e dependência química, assistência social e meio de sobrevivência nas ruas. Nesse capítulo ainda se reflete sobre a Mobilização Social, e de modo especial sobre o Movimento Nacional da População de Rua em Curitiba. Uma vez colocada essa realidade no atual cenário, como dados à elaboração da reflexão teológica e bioética, busca-se identificar nas falas dos sujeitos da pesquisa aspectos da ética e da espiritualidade.

Ao abordar, no segundo capítulo (3), a **Vulnerabilidade e Bioética numa visão social**, é dada ênfase ao que pode ser considerada uma epigênese do conceito de Vulnerabilidade e Bioética. Buscou-se, então, desenvolver o contexto histórico-conceitual de vulnerabilidade e bioética, abordando, também, as pessoas em Situação de Rua sob a ótica da Bioética de Proteção e Bioética de Intervenção. Como se trata de um grupo humano em situação de vulnerabilidade e, conforme o caso, de extrema vulnerabilidade, estabelece-se aproximação e diálogo com a Bioética, de modo especial

sua vertente latino-americana e brasileira, representada pela Bioética de Intervenção e Bioética de Proteção.

O capítulo terceiro (4) discorre sobre a **Teologia e Bioética no tratamento da Vulnerabilidade da População em Situação de Rua**. Trata-se dos limites e avanços e a pertinência do diálogo Bioética e Teologia bem como reflete sobre o rosto dos novos pobres à luz da Teologia da Libertação, como a teologia subjacente à cidade. Nesse capítulo será abordada a Teologia que envolve a Pastoral do Povo da Rua e o proceder Pastoral como sinal de esperança. Serão explanadas também as Perspectivas e Alternativas construídas pelo Movimento Nacional da População da Rua e também a Espiritualidade do pobre como lugar da contemplação de Cristo no hoje da história. Ao final desse capítulo, reflete-se sobre a mediação da Pastoral do Povo da Rua na Arquidiocese de Curitiba, que tem por embasamento a mística de uma Igreja Samaritana.

Busca-se sintetizar nas considerações finais (5) os resultados dessa pesquisa trazendo elementos para as perspectivas de futuro, lutas e desafios para a População em Situação de Rua e seus aliados.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Para dar início à contextualização do tema, importa trazer alguns conceitos iniciais e apontamentos a respeito do surgimento da realidade das pessoas em situação de rua. Desse modo, neste capítulo apresenta-se uma breve abordagem sobre os desafios do capitalismo global enquanto pano de fundo da problemática em estudo, o contexto histórico e conceitual de População em Situação de Rua, características e visibilidades, Políticas Públicas em relação ao tema e aspectos sobre o Movimento Nacional da População de Rua em Curitiba.

2.1 OS DESAFIOS DO CAPITALISMO GLOBAL

A globalização, entendida aqui como capitalismo global, é um fenômeno caracterizado pela ocorrência simultânea de três processos: 1) crescimento extraordinário dos fluxos internacionais de bens, serviços e capital; 2) acirramento da concorrência internacional e, 3) crescente integração entre economias nacionais e agentes econômicos (GONÇALVES *et al.*, 2003).

Gasda (2011, p. 156) afirma que o capitalismo atual é global: “Ocorre a divisão internacional do processo de produção [...] e a globalização de uma economia que atua como se fossem um único complexo empresarial”. Para Lacerda (1999, p. 18), a globalização pode ser vista como o “Grau, extensão, natureza e padrão da concorrência a escala mundial”. D’Angelis (2003, p. 101) assinala que:

[...] a globalização implica uniformização de padrões econômicos e culturais em âmbito mundial. Historicamente, ela tem sido indissociável de conceitos como hegemonia e dominação, da qual foi, sempre, a inevitável e previsível consequência. O termo globalização e os que o antecederam, no correr dos tempos, definem-se a partir de uma verdade mais profunda, isto é, a apropriação de riquezas do mundo com a decorrente implantação de sistemas de poder.

A era dessa globalização citada, traz juntamente com ela grandes alterações, como consumo demasiado, que se traduzem em impactos positivos e negativos para o mundo todo; o processo de globalização força, ainda, uma reestruturação na forma de governar o país. Dentro desse esforço, destaca-se também toda a discussão acerca do real papel do estado na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Ianni (1995, p. 95) argumenta que o fenômeno globalização “tende a desenraizar as coisas, as gentes e as ideias”, interfere diretamente na conceitualização de identidade e na fragmentação do sujeito. O sujeito fragmentado é facilmente manipulado e agredido. Ele não sabe quem é seu inimigo e contra quem lutar.

Costa (2005, p.1) destaca que “a desigual distribuição de bens sociais, a discriminação, o desrespeito às diferenças, a incerteza, a involução de valores [...] são [...] constituintes do pensamento globalizado e do processo econômico em curso”. Desse modo, coloca-se a necessidade de globalizar a solidariedade. Nesse sentido, Gasda (2011, p. 128) esclarece que a solidariedade é um valor humano, uma lógica que começa e termina em nós, voltada à coletividade e não ao individualismo.

Corroborar-se com Ianni (1995, 78) que a globalização representa um desafio para os países em desenvolvimento em função de sua reduzida capacidade de tomar decisões de forma relativamente autônoma, já que no âmbito da sociedade global, há organizações públicas e privadas que estão não só produzindo e atuando, como também tomando decisões e influenciando. Vive-se numa encruzilhada global, daí a importância de um bom discernimento com autonomia. Por isso, em tempo de capitalismo global e confusão ideológica frente à imposição do mercado, vale ressaltar a posição de Baumann (1997, p.29) ao tratar o dilema ético:

há ressonância entre as ambiguidades da prática moral e o dilema da ética, a teoria moral: a crise moral repercute em crise ética. A ética – um código moral, que pretende ser o código moral, o único conjunto de preceitos harmonicamente coerentes ao qual deve obediência toda pessoa moral – visualiza a pluralidade de caminhos e ideais humanos como um desafio, e a ambivalência dos juízos morais como um estado mórbido de coisas que se deseja corrigir. Em toda a era moderna, o esforço dos filósofos morais visou a reduzir o pluralismo e eliminar a ambivalência moral. Da mesma forma como muitos homens e mulheres vivendo sob as condições de modernidade, a ética moderna buscou uma saída do predicamento em que a moralidade moderna foi lançada na prática da vida diária.

Percebe-se que a segurança antes encontrada nas tradições, agora espertamente apropriada pelo mercado que se autointitula como a tradição, e como sagrado. O mercado busca sacralizar-se ao mesmo tempo em que esconde as mais cruéis contradições, pois exige sacrifícios e vidas.

Para Razeto (1990, *apud* GASDA, 2011, p. 176) foi:

Na América Latina, onde se sentiram de forma mais cruel os impactos da transformação do capitalismo, o setor informal a economia tornou-se um meio de vida alternativo para milhares de pessoas descartadas pelo mercado

de trabalho. Em outra economia serviu de refúgio para significativas parcelas da população, um bastão de resistência que solidificou a solidariedade entre os pobres. A multiplicação dessas iniciativas ganhou destaque dentro da economia latino-americana.

No entender de Castel (1997, p. 15), trata-se de um processo de desestabilização da condição salarial. “A vulnerabilidade das massas e, de forma mais aguda, a exclusão social de grupos específicos são resultados da desagregação progressiva das proteções ligadas ao mundo do trabalho”. O processo de globalização trouxe à tona a contradição desse modo de produção que gera com os novos avanços tecnológicos e biotecnológicos, extrema riqueza acompanhada de extrema pobreza. Entre os grupos específicos, encontra-se a População em Situação de Rua que compõe o segmento da população adulta que vive nas ruas, nas diversas cidades do Brasil.

Na visão de Gasda (2011, p.177):

Essa resposta criativa de povos marginalizados, a incapacidade do mercado e do Estado para satisfazer suas aspirações, acabou chamando a atenção dos intelectuais, dos sociológicos e de instituições de índole solidaria. Tais iniciativas demonstraram não apenas o potencial econômico, mas também uma capacidade de concretizar projetos alternativos que abrangem sindicatos, igrejas, universidades e organizações da sociedade civil.

Em suma, o capitalismo global revela uma elementar falência no que se refere às condições de vida do ser humano quando essa não é considerada nas margens estratosféricas de lucro. Por mais que se tente dissociar o fenômeno da realidade crescente de milhares de pessoas vivendo em Situação de Rua no capitalismo global, isto tem gerado situações de vulnerabilidades a vários grupos humanos que se encontram na margem, como é o caso da População em Situação de Rua de Curitiba.

2.2 CONCEITUAÇÃO E HISTÓRIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Ao tratar da População em Situação de Rua, observa-se um tema pouco estudado nas academias em geral, e também no recente campo da Bioética. Assim, faz-se necessário estabelecer as diferenças dos termos População em Situação de Rua e “moradores de Rua”, uma vez que a opção deste estudo é utilizar o termo assumido tanto pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua, quanto pela Pastoral do Povo da Rua. Assim, é necessário estabelecer as categorias e conceitos, tendo presente a conjuntura e realidade em Curitiba.

Há em curso uma ruptura de compreensão da População em Situação de Rua, em que se busca superar entendimentos tanto em sua forma romântica quanto às formas preconceituosas. Essas compreensões estão enraizadas não apenas no pensamento das elites, da classe dominante, mas também no senso comum, das classes dominadas ou classes populares, que reproduzem a ideologia construída pelas elites em relação ao desprezo à População em Situação de Rua.

A compreensão do termo politizado e demarcador de espaços de construção de cidadania, como é caracterizado o termo População em Situação de Rua, ganha cada vez mais interesse das pessoas que vivem nas ruas, quando elas, por exemplo, atendem ao convite de participar das reuniões do Movimento Nacional da População de Rua, ou das formações organizadas pela Pastoral do Povo da Rua.

Por outro lado, o termo “Morador de Rua” carrega o peso da baixa estima e viver de favor, caracteriza-se pelo desconhecimento dos Direitos a uma vida digna. Os Termos “População em Situação de Rua” e “Moradores de Rua” carregam respectivamente os sentidos de altivez e conformidade, sujeito de direito e objeto de assistencialismo; transformação e conformação.

Utiliza-se nesta dissertação o termo “População em Situação de Rua” e não “morador de rua” para evitar qualquer conotação pejorativa. O termo População em Situação de Rua é utilizado pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua, pela Pastoral do Povo da Rua e em alguns espaços institucionais como o Ministério Público e mais recentemente pelo governo Federal em seus Ministérios e Secretarias. O Ministério do Desenvolvimento Social, por exemplo, ao publicar o Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, utiliza-se desta expressão em toda extensão do relatório.

Assim, importa destacar que a população em Situação de Rua faz parte do conjunto dos trabalhadores sem atendimento a seus direitos sociais mínimos e que, sem emprego e sem teto, principalmente, se encontram no limite da sobrevivência e dignidade humana. Nesse sentido, Santos (2001, p. 16) apresenta a seguinte afirmação:

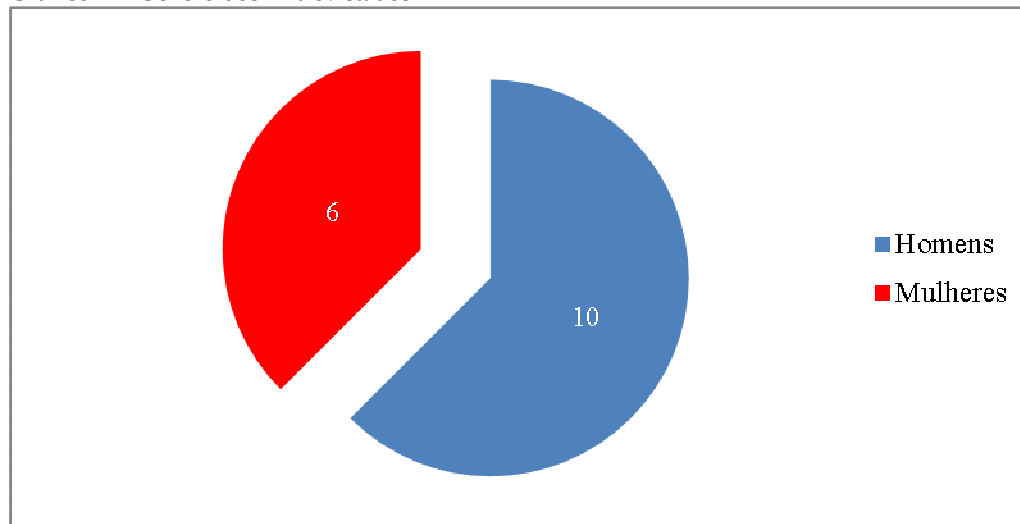
Entendendo a população de rua como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza absoluta e a sobrevivência a partir das atividades desenvolvidas nas ruas, é preciso considerar seus integrantes como pessoas cujos vínculos familiares estão fragilizados ou foram interrompidos. Vivenciam, assim, um processo de desfiliação social, onde a sua principal referência de moradia é a rua, ainda que muitos estejam vinculados a instituições, abrigos, albergues e outros tipos de equipamentos de atendimento.

A População em Situação de Rua em Curitiba ocupa logradouros públicos, ruas, praças, terrenos, imóveis abandonados e até bueiros, abrigo embaixo de pontes, como se observa nas proximidades da Rodoferroviária, viadutos e construções paralisadas. Pode-se perceber que não correspondem mais à figura do andarilho ou do dito mendigo tradicional que pede esmolas, também não constitui um fenômeno exclusivo dos grandes centros urbanos e das grandes cidades ou megalópoles, mas também de cidades médias. São trabalhadores (as) desempregados (as) ou subempregados (as), que se juntam aos outros(as) que perderam suas casas ou não conseguem adquirir uma moradia e nem conhecem seus direitos em relação à moradia, terra, educação e trabalho. Estão, contudo representados na figura de Lázaro no Evangelho de (Lc 16, 19-21), em contraposição à sociedade da opulência, esbanjamento e egoísmo.

A seguir, apresentam-se alguns dados da População em Situação de Rua de Curitiba que participaram da pesquisa:

Foram pesquisadas ao todo 16 pessoas adultas, sendo 10 homens e 6 mulheres, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Gênero dos Entrevistados



Fonte: o autor, 2011

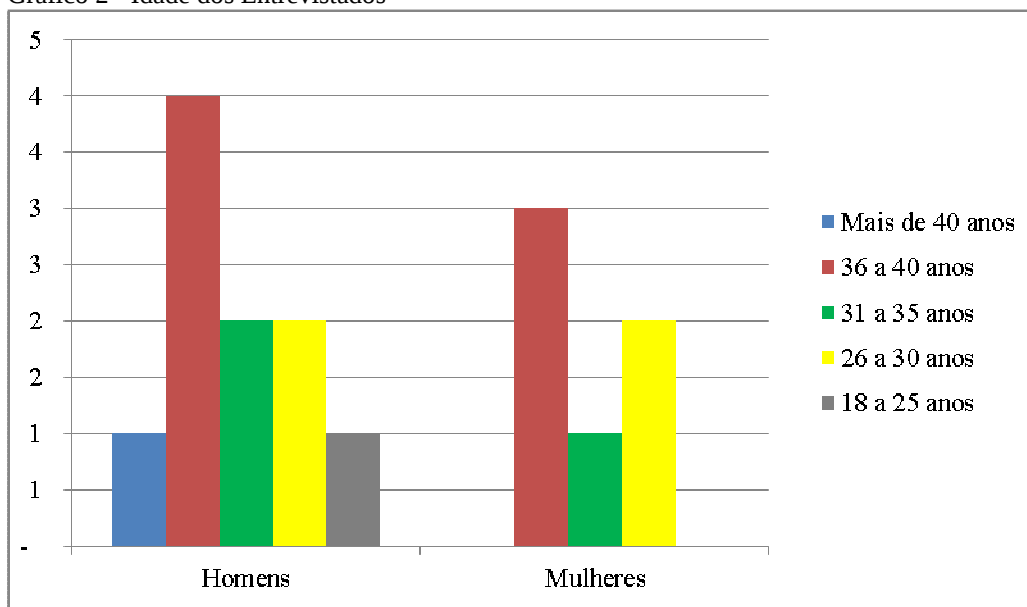
Das entrevistadas mulheres, duas mulheres em Situação de Rua temiam a violência que pairava sobre elas nas ruas, algumas perseguidas por ex-companheiros com as quais se conversou longamente. Observou-se no momento inicial dos primeiros contatos, maior resistência em conceder entrevista o grupo das mulheres. Havia receio de serem identificadas. Porém aquelas que, depois de explicação detalhada dos

objetivos, motivações, conforme termo de consentimento informado e também perceber a importância de sua colaboração, trouxeram o sentir e o olhar da mulher em Situação de Rua. A Tabela acima reflete a predominância de homens vivendo em Situação de Rua em Curitiba; contudo houve aumento no número de mulheres nessa situação, segundo elas mesmas.

A faixa etária com idade entre 36 e 40 anos, foi a predominante tanto entre homens, quanto as mulheres em situação de rua em Curitiba. Outra faixa etária significativa, vinda logo em seguida, está entre os que têm entre 26 e 35 anos. Apesar da condição de extrema vulnerabilidade, carregam muitos sonhos e querem melhorar sua condição de vida.

A faixa etária dos Entrevistados pode ser visualizada no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Idade dos Entrevistados



Fonte: o autor, 2011.

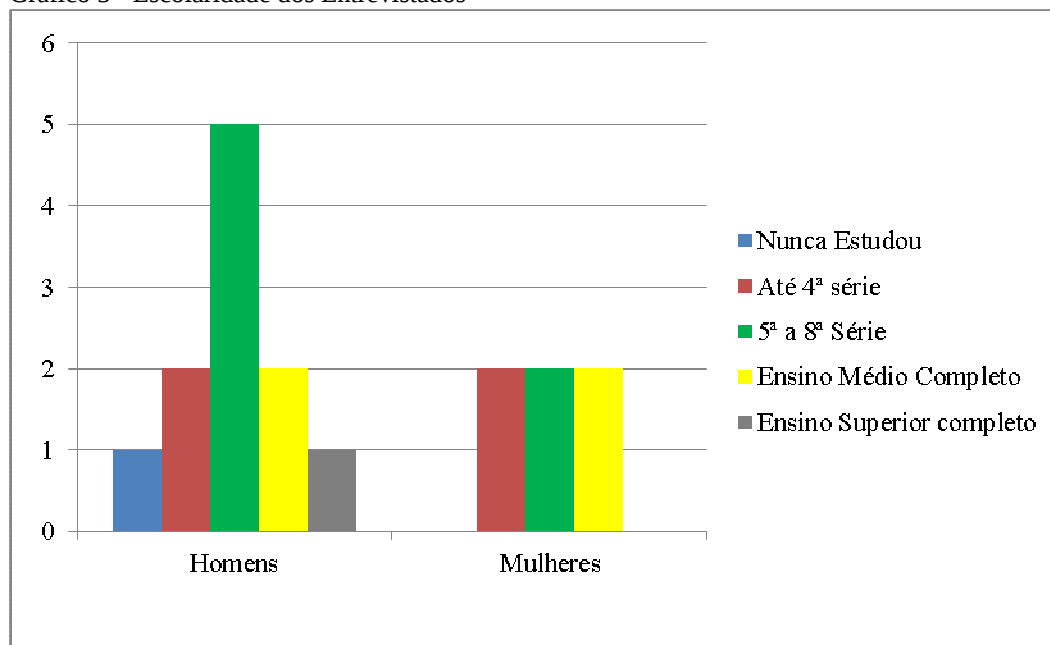
Observa-se aqui número reduzido de pessoas acima de 40 anos, indicando a possibilidade da brevidade da vida nas ruas de Curitiba. Durante os contatos e conversas nas ruas do centro de Curitiba, observam-se poucos idosos e uma maioria jovem em 2011.

A cada inverno registram-se mortes ocasionadas pelo frio envolvendo a População em Situação em Rua, devido à insuficiência de vagas nos albergues de Curitiba. Segundo o Coordenador Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Leonildo Monteiro, as vagas contemplam menos de 10% dessa População que vem

aumentando, somada a ausência de políticas públicas adequadas, contemplando essa realidade considerada aqui de extrema vulnerabilidade.

Quanto à escolaridade dos participantes da pesquisa, verifica-se que a maioria dos pesquisados tem escolaridade de 5ª até a 8ª série, como evidencia o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Escolaridade dos Entrevistados



Fonte: o autor, 2011

Constatou-se entre os entrevistados que são poucos os que nunca estudaram, porém a grande maioria não ultrapassa a 8ª série, indicando pouca formação formal e daí a desigualdade na busca por uma vaga de trabalho, na qual se exige maior formação escolar e qualificação profissional, como critério de exclusão no preenchimento de vagas de trabalho.

Na dura vida nas ruas, quando os pesquisados saem à coleta de alimentação, bicos e trabalhos para sobrevivência, tudo pode acontecer. Captam alguma alimentação e algum dinheiro em troca de trabalho informal, esmolam, dormem nas ruas, calçadas e sob marquises em uma situação considerada aqui de extrema vulnerabilidade, conforme é observado em Curitiba. A violência é crescente com grande número de vítimas entre a População em Situação de Rua, como assassinatos, violência policial, violência sexual dentre outras, conforme se observa no gráfico 4.

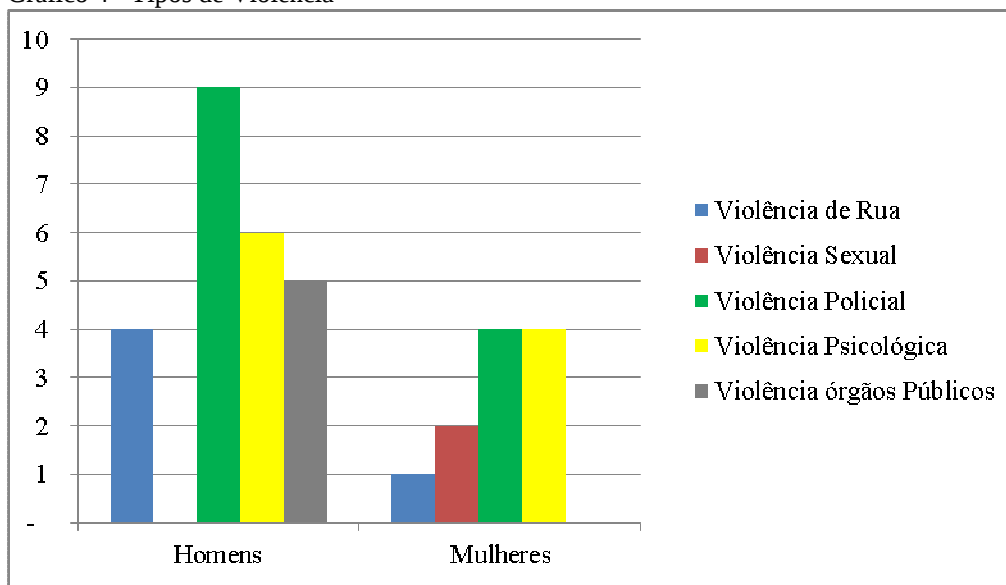
A violência policial e a violência psicológica são a causa do medo, apreensão e angústia da maioria da População em Situação de Rua. Observa-se muita violação dos

Direitos Humanos, relatada nas reuniões do Grupo de Trabalho para inclusão Social (GTIS) no Ministério Público Estadual do Estado do Paraná e com a chegada da copa do mundo em 2014, há um temor maior da População em Situação de Rua com o recrudescimento de políticas higienistas e arbitrárias.

A visão de criminalização da População em Situação de Rua ainda perdura no senso comum dos poderes públicos e mais gravemente nos setores de segurança pública. Os setores privados, como grandes lojas, centros comerciais, *shoppings*, também têm desencadeado uma onda de violência e violações de Direitos Humanos como relatam algumas lideranças do MNPR nas reuniões do GTIS.

A violência policial é acompanhada da violência psicológica, na qual os agressores buscam subjugar e humilhar publicamente essa População. O Gráfico nº 4 indica esse dado, relatado com muita indignação por parte dos entrevistados.

Gráfico 4 - Tipos de Violência



Fonte: o autor, 2011

A violência policial revelada por quem sofreu na pele as agressões sinaliza a ausência de formação qualificada para a corporação militar e civil em Curitiba. Isso levanta um questionamento: Será que pela formação obtida, no esquema mental de muitos policiais, a População em Situação de Rua tem sido identificada como criminosa? Observa-se o desconhecimento das atuais conquistas nos Direitos Humanos para essa População em extrema vulnerabilidade.

Em Curitiba, parte dos Entrevistados também relatou que sofreu ou presenciou violência contra a População em Situação de Rua protagonizada por grupos de

Skinheads e também *skatistas*. Segundo eles, os *Skinheads* utilizam uma bota tendo na ponta um pedaço de aço, e costumam chutar a boca daqueles que encontram dormindo nas calçadas e praças da cidade de Curitiba. Outra pessoa em Situação de Rua entrevistada, identificada para efeitos deste estudo como sujeito A, assim relatou: “Esses carecas (os *skinheads*), vêm com muita violência pra cima da gente, usam nas pontas das botas um pedaço de metal e então chutam a boca dos nossos companheiros quando estamos tudo dormindo, mas nós temos nossa estratégia que é ficarmos juntos e eu, por exemplo, carrego um amansa doido (pedaço de pau), utilizado para me defender. Outro grupo que também nos desrespeita são os *skatistas*”.

Cada dia na Rua é um ato de fé, que se celebra ao acordar e sentir que por mais um dia está vivo, uma vez que a vida nas ruas está cada vez mais precarizada. “Viver na rua é uma forma de correr risco de morte, façanha individual, na qual a violência é apenas mais um componente da luta pela sobrevivência” (COSTA, 2005, p. 11).

Com o intuito de buscar na história o surgimento dessa realidade que compreende a População em Situação de Rua em suas diferentes fases e contextos, é pertinente a observação de Simões Júnior (1992, p. 19), na qual afirma que: “[...] desde a antiguidade, já eram registrados grupos habitando as ruas e vivendo quase que exclusivamente da mendicância”. Pode-se considerar que faz parte do *ethos* do *homo sapiens* buscar em espaços distantes um espaço que o permita fugir do perigo momentâneo, e encontrar um lugar de paz, mesmo sem o conforto assegurado do ambiente anterior. Isto se observa em algumas respostas das entrevistas abertas realizadas com População em Situação de Rua em Curitiba 2011.

Um aspecto relevante tem sido o fato de o fenômeno ter várias conotações ao longo da história, uma vez que morar na rua quase sempre esteve relacionado ao espaço urbano. Afirma Simões Junior (1992, p.20): “a Civilização Grega e o Império Romano também geravam pessoas vivendo nas ruas. Na Idade Média, há notícias, inclusive, de certa “profissionalização” da situação de rua”. O próprio exercício da prática da prostituição tem seu caráter majoritário no contexto urbano. Com a revolução industrial, houve repressão generalizada e agressiva à divulgação de atividades relacionadas à dita vagabundagem e à mendicância. No Brasil, até poucos anos esse era o tratamento dado à População em Situação de Rua. Só com a Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, é que se vislumbra um novo olhar para essa realidade, mas que somente agora no século XXI, se observa a nível federal algumas ações em direção à

construção de Políticas Públicas direcionadas à inclusão e participação da População em Situação de Rua, ainda que muito tímidas.

De acordo com Bastos (2003, p. 11), as pessoas em Situação de Rua são:

Frutos do sistema capitalista, historicamente foram considerados “massa sobrando” em consequência do êxodo rural sua presença, necessária ao desenvolvimento do país, permitiu a realização de construções faraônicas. Migravam do campo e se ofereciam como mão de obra barata às grandes empreiteiras. Hoje, o fenômeno “população de rua” se apresenta como consequência do inchaço das cidades que, construídas por eles, já não mais lhes pertencem. Nas paisagens da cidade, o povo da rua se apresenta como um desenho vivo de uma realidade que nos questiona e nos incomoda. Infinitas vezes ficamos perplexos diante dos preconceitos e das ações que governos e sociedade planejam para esconder sua verdade

Curitiba configura-se um centro urbano de forte apelo midiático como lugar para se construir um futuro melhor. Já foi considerada “cidade ecológica” e “cidade sorriso”, porém a realidade é bem diferente dos títulos, conforme relatam alguns “trecheiros”¹, que vieram de outras cidades. Um dos entrevistados (F) afirma: “A cidade aqui pra mim é o lugar do sofrimento e desilusão, quando vim pra cidade tava cheio de planos [...], hoje só me dá tristeza, as pessoas nem te consideram gente, nem olham nos olhos da gente [...] é como se a gente fosse uma doença contagiosa”. A cidade para esse trecheiro torna-se o lugar do desencanto e humilhação.

Considerado nesse aspecto, o contexto emerge de forma avassaladora no capitalismo global, quebrando antigas referências, paradigmas e reforçando algumas características desse novo contexto histórico em configuração que expressa o extremo individualismo, indiferença e de certa forma um extremo egoísmo como valor.

No Brasil, a atenção do Poder Público com esse segmento populacional é recente e isso devido às lutas sociais ocorridas nas últimas décadas. A ampliação da reivindicação por Direitos Humanos e a visão de que a própria População em Situação de Rua vai se construindo como sujeito de direitos e com autonomia. Vale ressaltar o papel fundamental de aliados como a Pastoral do Povo da Rua no fortalecimento desse processo, conforme relata Samuel Rodrigues, um dos Coordenadores do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR).

¹ Os trecheiros/as buscam a sobrevivência nos caminhos do país. Caminham de cidade em cidade, de vila em vila, de campo em campo. Dificilmente retornam à família e ao trabalho, conforme os níveis de ruptura e possibilidades de acolhimento. Seu destino mais certo é tornarem-se População em Situação de Rua.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, restaura de certa forma, a perspectiva de igualdade da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, como expressa o Capítulo I, art. 5º daquela norma legal: “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e à propriedade; [...]” (BRASIL, 1988, p.7).

É importante destacar que, nas instituições públicas e privadas, poucos são os estudos sistemáticos sobre a População em Situação de Rua, no que se refere tanto à sua dimensão e características, como ao atendimento prestado. Só em 2008 foi realizada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua envolvendo 71 Municípios com mais de trezentos mil habitantes, e entre esses, o Município de Curitiba (BRASIL, 2008, p. 9).

No senso comum, a População em Situação de Rua constitui um problema. A coletividade sente-se incomodada com a miséria escancarada com a qual convive a cada instante, conforme relata Borin (2003, p.122), estudiosa do assunto:

Os moradores de rua são muito estigmatizados pelos cidadãos da cidade. Eles despertam medo, nojo e descaso. As relações sociais dominantes cultuam a ideia da intolerância frente aos “diferentes e/ou aos desiguais”, prevalecendo os interesses consumistas e individualistas que giram ao redor do mundo das coisas em proporção inversa à valorização dos homens. A própria condição de não identidade leva ao conformismo, que faz dessa “população” um objeto passivo de coerção.

Desse modo, a População em Situação de Rua atinge profundamente uma sociedade que busca fugir ao incômodo que a pobreza causa, sem buscar enfrentar e entender a raiz do processo de exclusão. É mais fácil construir uma invisibilidade da realidade visível que buscar entender esse fenômeno para além do preconceito. O diferente causa mal-estar e estranhamento.

O fato de ocasionarem “incômodos” traz referências e posicionamentos diferenciados por parte das pessoas: rejeição, compaixão, repulsa, medo, solidariedade, paternalismo, assistencialismo, raiva, comparações e juízos de valores. Enfim, a sociedade age de acordo com valores coletivos, refletindo e condicionando a sua visão pessoal. Em termos numéricos, podem-se ressaltar como minoria aqueles que veem a população em Situação de Rua como cidadãos detentores de direitos, afirmações essas que podem ser confirmadas pelas seguintes ideias refletidas por Silva (2001, p. 20):

A vida na rua para a nossa sociedade tem nomes próprios. Indigna, imunda, anormal, marginal são os insignificantes que nomeiam esse modo de existir. Nomes carregados de preconceito, que reduzem toda a complexidade de uma situação a uma dimensão individual que põe sobre os ombros daqueles que vivem na rua toda a responsabilidade pela situação. Curiosamente, aqui o sujeito faz sua emergência. Aparece na dimensão da responsabilidade, ou melhor, da culpa. Ele deve ter feito algo para merecer encontrar-se em tal condição, rompeu certamente o pacto, desobedeceu às normas sociais, e deve ser punido. Para ser punido, o sujeito é reconhecido. Para ser escutado e reconhecido, jamais. Os nomes, as preconceituosas representações sobre esse modo de vida tornam invisíveis os sujeitos, os fazem desaparecer.

Diante de uma prática costumeiramente higienizadora, os governos municipal e estadual tratam essa População como caso de polícia, em que a violência “corre solta” como afirmaram alguns dos relatos. Os entrevistados A, B, e M, relataram que sofrem quando a “polícia baixa”. O entrevistado I disse que já sofreu muita violência da polícia, e essa situação vivenciada na rua reflete a contradição com que a sociedade e a opinião pública tratam o tema. O desconhecimento e medo dessa realidade extrema levam a sociedade a refugiar-se em muros de indiferença ao que acontece com essas pessoas em Situação de Rua.

A quantificação da População em Situação de Rua tem sido uma questão controversa em que muitos estudiosos concordam que até o momento não existe uma pesquisa consistente e com uma metodologia comum para identificar qual é o quadro geral dessa população atual no mundo. Diante de uma população mundial ultrapassando a barreira dos sete bilhões de pessoas, calcula-se a existência de uma população em torno de cem milhões de *homeless* no mundo, contudo torna-se necessária uma quantificação com critérios comuns. Portanto, ainda não temos um dado aproximado da População em Situação de Rua no mundo.

Na realidade, até o momento, não existem pesquisas que retratem as características desse público com abrangência nacional. Trata-se de uma população sem visibilidade para os órgãos oficiais de contagem populacional. O próprio censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como as pesquisas por amostragem domiciliar do mesmo Instituto não computam essa população, em função da falta de referência de moradia como um endereço. Os poucos dados existentes são obtidos em pesquisas realizadas por municípios, ou por universidades, cujos propósitos são refletir, sob um aspecto ou outro, as realidades

locais. Contudo há perspectiva de que no próximo censo do IBGE, seja incluída a População em Situação de Rua.

Em conversa com o teólogo José Comblin, quando o mesmo esteve em Curitiba, na PUCPR, em 2010, ele informou que na Bélgica e Holanda há uma presença mais visível atualmente de pessoas vivendo em situação de Rua. A globalização da economia globalizou também seus frutos como o crescimento de pessoas excluídas no mundo, de certa forma isto configura a globalização dos *homeless*. Segundo Comblin (2002, p.5), “As grandes cidades estão numa situação dramática [...]. O ideal da cidade, o deus que ela venera atualmente, é o dinheiro. Porém esse dinheiro somente está ao alcance de uma minoria”.

Conforme a pesquisa do MDS, em 2008, foram identificadas 31.922 pessoas em Situação de Rua em 71 municípios pesquisados. Essa pesquisa foi coordenada e realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Entre os municípios pesquisados, está Curitiba, contando então com a População de 2.776 pessoas adultas vivendo em Situação de Rua, nas calçadas, sob marquises, mocós ou casas abandonadas. Contudo se somarmos com o contingente encontrado nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre atinge-se um número bem superior ao coletado nas cidades com mais de 300 mil habitantes.

2.3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CARACTERÍSTICAS E VISIBILIDADES

Vieira *et al.* (1992, p. 17) ressalta que “quando se fala de população de rua ninguém tem dúvida de que esse segmento social demonstra uma situação-limite de pobreza, por mais diferente que seja a conceituação em que se desenvolva”. A sociedade expressa um verdadeiro espanto diante da possibilidade de continuarem vivendo e sobrevivendo em precárias condições e vulnerabilidade, conforme o conhecido poema de Manuel Bandeira, “O Bicho”, citado como epígrafe neste estudo.

A População em Situação de Rua apresenta as seguintes características: além da perda do trabalho, grupo familiar fragilizado ou rompido, convive com situações extremas em alguns casos, para continuar sobrevivendo. Seu sustento depende de si mesmo; em alguns casos entra no “rolo” das drogas; necessita de acolhimento; passou por perdas e começa a acreditar que de alguma forma foi responsável por essas perdas; tem baixa autoestima; no dia a dia na solidão das ruas, sofre agressões; apresenta

doenças psicossomáticas e em muitos casos, alguns passam por todas as situações elencadas acima. Porém o desemprego, a busca por moradia e por um trabalho melhor remunerado motiva a saída “em busca da terra prometida”, de algo que mude sua vida.

O Gráfico 5 mostra os principais problemas enfrentados pelas pessoas em Situação de Rua da cidade de Curitiba.

Gráfico 5 - Maiores Problemas enfrentados pelos pesquisados



Fonte: o autor, 2011

A moradia é relatada por quase todos, como entre os problemas enfrentados, o maior e mais grave. Recentemente as lideranças do MNPR estiveram junto ao Governo Federal reivindicando a inclusão a População em Situação de Rua nos Projetos habitacionais do Governo.

Seguindo o *déficit* de moradia, vem o desemprego como questão crucial para a sobrevivência e um reordenamento da vida. Foi convencionado considerar como aceitável, ou seja, o modo de viver com a mínima dignidade: casa, trabalho, alimentação e lazer.

Santos (2003, p. 16) levanta a raiz da questão, fala das principais causas do que se chama **“fenômeno população de rua”** (grifo do autor):

O desemprego, o *déficit* habitacional e os problemas relacionados à saúde são, entre outras, as causas mais perversas do chamado ‘fenômeno população de rua’. Essas causas são, entretanto, resultados de problemas maiores e opções políticas elitistas dos nossos governantes. O alto índice de

desigualdade social que impera no Brasil é responsável pela grande incidência de pessoas vivendo nas ruas. Enquanto poucos esbanjam suas mansões e seus latifúndios, famílias inteiras buscam a sobrevivência em lugares insalubres, perigosos e vulneráveis a todo tipo de violência.

A partir dessas situações começa-se a identificar a População em Situação de Rua de forma diversa e heterogênea. Dessa heterogeneidade, várias ações foram propostas com a constatação de que essa questão deveria ser enfrentada. No início da década de 1990, quando a População em Situação de Rua foi caracterizada como um problema, houve mudança na maneira de encarar a questão. Pois, até então, havia uma ideia de que os que perambulavam pelas ruas, isolados e sós, o faziam por opção, por querer ou por filosofia de vida. Essa visão romântica ainda perdura no discurso de alguns setores no centro urbano, como na área do comércio onde se manifesta as maiores insatisfações com este grupo humano em Situação de Rua.

No início da década de 1980, os poucos que andavam pelas ruas, possivelmente, tinham essa conotação, não esquecendo os aspectos relacionados ao alcoolismo. Ainda nessa década, tendo presente à realidade de São Paulo, segundo Pereira (2007, p. 3):

Dom Paulo Evaristo Arns, na edição de 25 de novembro de 1984, do extinto Jornal Notícias Populares, assim se manifestou com muita firmeza profética. “A Prefeitura tenta, com o fechamento dos viadutos e espaços vãos, ocultar de todos nós esse estado de miséria em que se encontram nossos irmãos, que representam a grande parte de nossa população, composta de favelados, cortiçados, desempregados, etc. Viver na rua é um sofrimento muito grande. Essa gente não tem emprego, não tem perspectiva de um futuro melhor”.

Este contexto de pessoas morando na rua começou a se agravar a partir de meados da década de 1980. Os fatos relevantes dessa época, quando se deu o crescimento desse contingente populacional, como a implantação do modelo neoliberal e, em termos gerais, a globalização da economia e a reestruturação produtiva aliada à submissão ao capital financeiro.

O empobrecimento da população, cuja pobreza, até o momento, era evidente, porém ainda situava-se nas favelas e cortiços, dentro de casa, nos lares brasileiros no âmbito privado. Todavia, ao visibilizar-se nas ruas, já não pode mais ser escondida. A ocupação das ruas das grandes cidades tornou-se então um fenômeno cuja dimensão não pode mais ser ignorada, está visível. Conforme Pereira (2007, p. 5):

No início da década passada, em dezembro de 1990, a revista *Veja*, dedicou ao assunto sua capa e um volumoso artigo. Uma síntese da análise publicada pode ser condensada no seguinte trecho:

Depois do milagre econômico de Médici – A economia vai bem e o povo vai mal; da recessão de Figueiredo – Minha preocupação são os mais necessitados; do desastre geral de Sarney – Tudo pelo Social; os pés descalços e os descamisados do presidente Fernando Collor estão entrando na grande Calcutá brasileira da década de 90. Eles são cada vez mais numerosos. Há hoje 60 milhões de brasileiros classificados como miseráveis com renda familiar inferior ao salário mínimo [...] Há trinta anos eram 30 milhões e residiam no campo. Há vinte, eram 45 milhões, apareceram nas cidades, e foram construir as favelas na periferia. Há dez, começaram a chegar à rua – e nos últimos tempos suas presenças nas calçadas, jardins e viadutos tornou-se mais visível do que em qualquer outra época, transformando os grandes centros urbanos em territórios dos desesperados sociais.

A antropóloga Alba Zaluar (1995, p. 53), que se tem dedicado ao estudo da violência e da criminalidade urbana, ao mesmo tempo em que procura desfazer preconceitos, trouxe aspectos pouco explorados relacionados à População em Situação de Rua:

O estudo sistemático da população de rua, feito em algumas metrópoles brasileiras por órgãos públicos antes encarregados apenas de conter essa população, nos dá hoje condições de desfazer vários equívocos sobre quem está na rua. Em primeiro lugar, descobriu-se que estamos falando de um contingente altamente diferenciado, que vive da rua, mas não necessariamente na rua, ou seja, de muitas pessoas que trabalham na rua ou que dela extraem renda por meio de expedientes de diversos tipos. Camelôs, guardadores de automóveis, vendedores ambulantes, catadores de papel, funileiros, pipoqueiros, baleiros são as principais categorias das que vivem da rua, algumas das quais se valem do clima de insegurança das cidades para cobrar caro pelos seus serviços. Outras conjugam as atividades de trabalho com as de mendicância, apelando para a caridade pública (e algumas vezes apelam para o medo do transeunte como forma de convencê-lo a dar esmola).

Entre os grupos específicos encontra-se a População em Situação de Rua, conforme a Pastoral do Povo da Rua (2003, p. 16), compõem o segmento da população adulta que, nas diversas cidades do Brasil, subsiste sem renda ou com baixíssima renda:

Convém assinalar que a existência de pessoas que se submetem, involuntariamente, à experiência de ‘viver em público a eternidade do transitório’ é a expressão mais nítida e cruel do que se pode chamar de bloqueio à vida. A precariedade da vida que os moradores de rua levam não lhes permite o sagrado direito à liberdade de escolha. Desempregados, atuam na informalidade marginal em ambientes insalubres, como os lixões a céu aberto e nas vias e veias abertas da cidade; quando não vivem na miserabilidade dos casebres e barracos precários, em favelas, improvisam suas casas sob viadutos e marquises ou perambulam de abrigo em abrigo; na fuga de si mesmos, e das mais diversas situações de desencontros intersubjetivos, não são poucos os que ‘pegam o trecho para refrescar a

ideia'. Eles conhecem talvez, muitos palmos de chão do país e, certamente, a dura existência destituída de direitos e cidadania.

Os governos sempre se portaram de forma submissa ao capital. O imperativo do poder do capital para anular o poder de fiscalização por parte do Poder Público tem-se constituído num verdadeiro jogo ideológico cujo refrão é que o Estado não deve intervir na economia, mas os interesses dos grupos econômicos podem influenciar as decisões de governo.

Faz-se necessário analisar a complexa realidade da População em Situação de Rua não com um olhar complacente de conformação, mas com a perspectiva de esmiuçar a face perversa do modo de produção capitalista. Nesse sentido, Martins (2002, p. 35) vai dizer como e qual é o lugar da População em Situação de Rua no modo de produção capitalista:

Eles são apenas o trabalhador potencial, o resíduo crescente do desenvolvimento econômico anômalo. Quando muito, são trabalhadores dos setores secundários e irrelevantes da produção. Por isso são excluídos. Não só, nem principalmente, excluídos das oportunidades ativas do fazer História. [...] São descartáveis. Esse é o extremo histórico da coisificação da pessoa e de sua alienação.

Martins (2002) vai direto ao ponto nevrálgico da questão, rompendo com a ideologia de que a População em Situação de Rua está na rua por querer simplesmente carregando sozinha a culpa pela situação de exclusão em que se encontram. Fruto de um sistema de concentração de renda e exploração da força de trabalho, a População em Situação de Rua acaba sendo como força de trabalho sobrando, à disposição.

A População em Situação de Rua está inserida num grupo populacional diversificado, plural, segundo Silva (2009, p. 3):

[...] mas que possui, em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias.

Observa-se que, do conjunto de motivos que podem levar uma pessoa a morar nas ruas de Curitiba ou outros centros urbanos de grande contingente populacional, o

motivo desencadeador dessa consequência está basicamente na ausência de uma política pública adequada e respeitosa do ser humano. Independente da história pessoal, familiar e subjetiva da pessoa que mora na rua, em situação de vulnerabilidade, convém observar que acompanha essa trajetória, o agravante papel da ausência de uma política pública de moradia, trabalho, educação, saúde e assistência social na cidade em que se encontra.

A população em Situação de Rua tem a rua como a última das alternativas. Portanto, o que se evidencia é justamente a ausência de alternativas por parte do Poder Público. Gonçalves (2001, p. 28) revela o seguinte pensamento, fiel ao contexto contemporâneo sobre a realidade das pessoas em situação de rua:

A rua é uma fronteira. Fronteira entre os de dentro e os de fora, entre o que tem e os que não têm casa, entre os incluídos e os excluídos, entre empregados e desempregados, e assim por diante. Hoje, em todo país, centenas de milhares de pessoas habitam esse espaço indefinido da fronteira. A palavra fronteira, aqui, é entendida não somente em termos geográficos, mas, sobretudo em termos simbólicos, culturais e até psíquicos, uma vez que lhes são negados os direitos básicos à vida e muitas vezes sequer dispõem de documentos de identificação. Sentem-se estrangeiros, estranhos em sua própria pátria. Por isso, veem sua identidade ameaçada, questionada, fragmentada. Inclusive sua fé e esperança, não raro, se veem abaladas, devido aos golpes devastadores da vida.

A exclusão social, que se procura conhecer, tem origens econômicas, já referidas, mas caracteriza-se, também, pela falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda de autoestima. Traz consequências na saúde geral das pessoas, em especial a saúde mental, relaciona-se com o mundo do tráfico de drogas, relativiza valores e estabelece padrões e perspectivas de emancipação social muito limitado. A População em Situação de Rua, ao sentir na pele o peso da exclusão, manifesta sua indignação em formas de ser que agride a “ordem” estabelecida pelo mercado que a quer ver calada e conformada.

A População em Situação de Rua apresenta-se com o que consegue ganhar em termos de vestuário, (roupas e sapatos, casacos, etc.) usados. Desse modo não é difícil reconhecê-los na rua e em seus espaços de moradia na rua, no entanto, conforme Bulla (2004, p. 113) “nos pertences que carregam, expressam sua individualidade e seu senso estético”. Dizem essas autoras que a perda de vínculos familiares, decorrente do desemprego, da violência, da perda de algum ente querido, perda de autoestima, alcoolismo, dependência química, doença mental, entre outros fatores, é o principal motivo que leva as pessoas a morarem nas ruas. São histórias de vida dolorosas,

histórias de rupturas sucessivas e que, geralmente, estão associadas ao uso de álcool e drogas, não só pela pessoa que está na rua, mas por parentes e conhecidos.

Atualmente, é comum encontrar na rua pessoas que há pouco chegaram às grandes cidades e ainda não conseguiram emprego ou um local de moradia. Há ainda aqueles que possuem um trabalho ou subemprego, mas que seu ganho não é suficiente para o sustento, então acaba vivendo nas ruas. Outras pessoas sobrevivem nas ruas, como os catadores de resíduos ou de outros trabalhos eventuais, e acabam dormindo em albergues e abrigos, ou em algum espaço na rua, diante da dificuldade de retorno para casa nas periferias. Muitos dormem no próprio carrinho em que carregam o material reciclável durante o dia. Não conseguem recursos para pagar uma passagem de ônibus e, portanto acabam passando a noite na rua.

Em Curitiba, as vagas dos albergues não passam de 300 para a população superior de três mil pessoas em situação de Rua, sendo insuficientes para atender à referida população. Além da falta de vagas, há muitas reclamações por parte daqueles que na extrema dificuldade buscam o albergue, reclamam desde a falta de higiene até os maus tratos da parte dos que dirigem o albergue.

Quanto à figura dos “andarilhos”, que se deslocam pelos bairros ou de cidade em cidade, geralmente sozinhos, não se vinculando a nada, referem simplesmente que estão “no trecho” ou “trecheiros” (grifos do autor). A Pastoral de Rua, (2003, p. 20) define os ditos “trecheiros (as)” como:

Desvinculados da família e do trabalho, buscam a sobrevivência nos caminhos do país. Caminham de cidade em cidade, de vila em vila, de campo em campo. Raramente retornam à família, por isso seu destino mais fácil é tornarem-se moradores de rua. Quando chegam às cidades, costumam primeiramente procurar abrigo em instituições e albergues. Assim, recebem o nome de albergado, isto é, “gente que se acostumou” a viver de instituição em instituição. Este ator social faz dos albergues, um espaço provisório de descanso, um lugar de recuperação de suas energias físicas, simplesmente para permanecer sobrevivo e “no trecho”. Na sacola os(as) trecheiros(as) carregam poucos pertences; às vezes, nem sequer documentos. Muitas vezes, “pegam o trecho” fugindo de conflitos – nem sempre por eles revelados – vivenciados em sua terra de origem ou até mesmo por razões relacionadas a questões de subjetividade. Certo é que buscam em algum “recanto do mundo” um jeito de melhor administrar os dilemas que assolam suas vida.

Trata-se de um mundo social que não é criado ou escolhido pelas pessoas que vivem no trecho ou nas ruas dos centros urbanos, pelo menos inicialmente, mas para o qual foram empurradas por circunstâncias alheias ao seu controle. Ninguém quer viver

num mocó, mas, conforme as circunstâncias, o mocó pode vir a ser o lugar da segurança e também para fugir do lento.

Vieira, Bezerra e Rosa (1994, p. 94) identificam três situações em relação à permanência na rua revelando contextos bem específicos:

as pessoas que ficam na rua – configuram uma situação circunstancial que reflete a precariedade da vida, pelo desemprego ou por estarem chegando à cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes. Nesses casos, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues, ou locais públicos de movimento.

As pessoas que estão na rua – são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento. É o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de papéis ou latinhas.

As pessoas que são da rua – são aqueles que já estão faz um bom tempo na rua e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso do álcool e das drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência.

Samuel Rodrigues expressa sua impressão como a sociedade os vê: “veem em nós apenas objetos, uma espécie de coisa que está ali e que pode ser removida a qualquer momento para um lado e para outro [...] por vezes somos alvo de projetos, tratados como se fôssemos uma ponte ou uma obra qualquer que precisa de licitação, aprovação, entre outras burocracias”.

O entrevistado F desabafou referindo-se à Fundação de Assistência Social (FAS): “Tratam a gente como se a gente fosse a escória do mundo; o entrevistado G, inconformado com o tratamento desrespeitoso, revela: “Eles podem gritar com a gente, mas qualquer coisa que a gente diz, tiram a gente lá de dentro”. Porém, essas pessoas em Situação de Rua resistem e reafirmam sua luta pela sobrevivência cotidianamente. Há em comum o ato de sobreviver nas ruas e mocós das grandes cidades.

O que se observa neste início do século XXI, é a constatação de que a civilização, ao longo dos anos, não foi capaz de articular forças, de apresentar melhorias sociais e relações simétricas. Como ressalta o entrevistado Samuel Rodrigues: “Agora se abre um novo horizonte, não enxergamos mais as pessoas de Rua extintas das políticas sociais, agora vemos População de Rua como um grupo vulnerável, com os direitos violados vítimas do sistema implantado. Vítima da política que galopa a passos largos, na busca do crescimento econômico não leva em consideração as pessoas que

vivem nesse ambiente, o importante é o crescimento interno, o Produto Interno Bruto – PIB-, importante ter metrô, edifícios, megaventos, mas nunca pensando na lógica social, então o ser humano fica em ultimo lugar”.

Lembra Samuel: a velha frase “Deus criou as pessoas para amar e as coisas para usar, na verdade, usamos as pessoas e amamos as coisas”, e entende que é preciso pensar outro mundo possível, no qual as pessoas sejam valorizadas e amadas e não sejam tratadas como coisa. Propõe o protagonismo como metodologia, na elaboração e acompanhamento de proposição de Políticas Públicas e afirmação dos Direitos Humanos como se explicitará a seguir.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Borin (2003, p. 59) afirma:

No Brasil, sem dúvida, os moradores de rua expressam uma situação limite de pobreza, provocada por uma trajetória perversa de inclusão social, que acarretou falências e desvinculações sociais, conduzindo à precarização de suas condições de vida, na qual não encontraram suporte nem no âmbito privado e nem tão pouco no público, para que pudessem reagir, embora pela Constituição Brasileira, todo cidadão tenha direito a uma vida digna.

Até pouco tempo, pensar a População de Rua como sujeito de direitos era algo praticamente inexistente, pois imperava com mais rigor uma visão preconceituosa tanto da sociedade quanto do Estado. As práticas de higienização ou limpeza da presença de moradores de rua, enxotando-os para outras cidades constituíram e ainda constitui uma prática comum. As tentativas de procurar ajudá-los quando ocorriam, ficaram num assistencialismo ou paternalismo autoritário que na verdade nunca acreditaram na real mudança de vida por parte dos que viviam da mendicância e pior ainda quando se tratava de pessoas em situação de dependência de alcoolismo e dependência química.

Entretanto, parcela significativa da sociedade, ao longo dos anos, abriu espaço para que organizações da sociedade civil, de modo especial os trabalhos sociais desenvolvidos pelas igrejas assumissem propostas solidárias de atendimento; no entanto, em alguns casos, são de cunho assistencialista, distantes, portanto, da noção de política pública, enquanto direito dos cidadãos e dever do Estado como reivindicam a Pastoral do Povo da Rua e parcela do Ministério Público, destacando-se a necessidade

de discussão mais efetiva sobre as Políticas Públicas e ações propositivas por parte do Movimento Nacional da População de Rua.

Houve passos significativos na história recente da População em Situação de Rua que de invisíveis aos olhos do Estado brasileiro, isto quando não se constituíam em alvo de repressão, a sujeitos de Direito. Esse cenário começou a mudar a partir do final da década de 1980 e início dos anos noventa com a Constituição Federal de 1988, denominada Constituição Cidadã, que considerou os direitos sociais como direitos fundamentais de todo cidadão, e com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, reconhecendo a Assistência Social como Política Pública.

2.4.1 Políticas Públicas

A Constituição Cidadã assegura que todas as pessoas devem ser reconhecidas e protegidas por lei, sem discriminação. De acordo com a nova legislação, portanto, o Poder Público passou a ter a tarefa de manter serviços e programas de atenção à População de Rua, garantindo padrões éticos de dignidade e não violência na concretização dos “mínimos sociais” e de direitos de cidadania a esse segmento social. Porém, colocou-se o desafio da fiscalização popular no cumprimento desses direitos.

Até a Constituição de 1988, não havia nenhum vislumbre de Políticas Públicas para com a População em Situação de Rua e muito menos que a entendesse como protagonista. Era a “lei do cão”, como referem algumas pessoas em Situação de Rua mais experientes. Contudo as recentes conquistas só vieram a concretizar-se no final da primeira década do século XXI, pequenas conquistas vão se somando na afirmação dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua.

Observa-se uma evolução quanto aos procedimentos jurídicos como à atuação em relação à População em Situação de Rua, para isto é importante considerar o que havia em termo de lei e o que se vislumbra para o hoje. Vale ressaltar um considerável tempo de criminalização com o Decreto-Lei n. 3.638/41 que criminalizava mendicância. Infelizmente ainda hoje, essa prática é utilizada em muitos municípios. Esta lei foi revogada pela Lei nº 11.983, de 16/07/2009. Como se observa, os avanços nesse campo são muito recentes conforme sintetiza o Quadro 1:

Quadro 1 - Avanços jurídicos em relação a população em Situação de Rua

Ano	Legislação	Acontecimentos
-----	------------	----------------

1988	Constituição 1988	Considerou direitos sociais como direitos fundamentais de todo cidadão, reconhecendo a Assistência Social como Política Pública.
2004	Projeto de Lei 80/2004	Modifica a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93) e inclui a População em Situação de Rua como público prioritário da Assistência Social.
2006	Decreto S/N 25/10/ 2006	Criação GTI para elaborar Política Nacional da População de Situação de Rua (PSR).
2009	Resolução 109 de 11/11/2009	Ministério de Desenvolvimento Social A resolução 109 de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) tipifica o atendimento para as instituições de acolhida e os CREAS POP.
2009	Decreto 7.053 – 23/12/09	O Art. 9 institui o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representante e respectivo suplente de cada órgão afim.
2009	Portaria n. 3.305 – 24/12/2009	Comitê Técnico de Saúde da População em Situação de Rua e a Portaria 408 e 409 do dia 10 de março de 2010 institui o Comitê.
2010	Portaria n. 414, de 18/08/2010	Prioriza entre os candidatos pessoas que se encontrem em Situação de Rua e recebam acompanhamento sócio assistencial do DF, estados e municípios, bem como de instituições privadas sem fins lucrativos, que trabalhem em parceria com o Poder Público.
2011	Portaria n. 940 do dia 28/04/2011	Dispensa População em Situação de Rua e cigano-nômades da apresentação de comprovação de endereço para cadastramento no Sistema Único de Saúde.

Fonte: o autor, 2011

Outra proposta foi a orientação para incluir a população em Situação de Rua no Censo do IBGE; essa questão está para ser implementada no próximo censo e deverá contar com uma metodologia própria, pois o que se tem feito até então é a solicitação das informações nos domicílios. Certamente se coletarão muitos dados pertinentes a essa realidade específica e historicamente esquecida. Porém, é necessária a preparação específica para os recenseadores e que contemple a participação de membros da População em Situação de Rua na discussão, planejamento e execução das entrevistas.

Construir a Política Nacional da PSR é o objetivo dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua. Lembra-se que a luta pelos Direitos Humanos está fundada na perspectiva de Promoção e afirmação de direitos humanos e de cidadania; capacitação de agentes institucionais; implantação de Centro de Direitos Humanos da População em Situação de Rua; federalização de crimes de lesa-humanidade; combate à impunidade.

A População em Situação de Rua demonstra, em todos os momentos, pelo menos para alguns, a inabilidade de resolver esse problema gerado pelo sistema capitalista, que atinge a todos de forma geral. Mesmo que haja certa banalização e naturalização, a População em Situação de Rua, como nos diz Pereira (2007, p. 8): “vivendo em condições subumanas, sem nenhum limite entre o público e o privado, causa situações que vão desde o constrangimento até a repulsa”. Contudo isto revela as

graves e abissais diferenças sociais e ausência histórica de uma política pública de inclusão.

Nesse sentido, tornam-se pertinentes as palavras de Aquino Junior (2001, p. 77) em relação ao papel do modelo de desenvolvimento econômico vigente na situação limite das pessoas em situação de rua:

A vida nas ruas e nos lixões constitui uma das expressões-limite da existência humana em nosso mundo, ao mesmo tempo em que é expressão privilegiada do processo de exclusão social em curso. Aí, deparamo-nos com pessoas concretas, com histórias reais, cujos sofrimentos e necessidades parecem ultrapassar todos os limites de humanidade e de superabilidade. Mas não estão aí nem vivem assim por acaso. Sua situação-limite não é fruto do acaso, do destino bem muito menos da vontade de Deus. Também não é, sem mais, fruto da irresponsabilidade individual ou da preguiça – mesmo que isso não esteja sempre ausente. É, em última instância, fruto de um modelo de desenvolvimento econômico concentrador de riquezas que exclui e descarta uma quantidade cada vez maior de pessoas.

Dados extraídos do jornal Gazeta do Povo apontam isto como uma violência que atinge milhões de brasileiros. Uma reportagem escrita por Perres (2010, p. 14) descreve diferentes formas de exclusão: “Para que José Baptista Pereira pudesse ser atendido em Curitiba, precisou recorrer ao 1º Distrito Policial para abrir um boletim de ocorrência [...] sem documentos não é possível garantir um prato de comida e uma cama”. A População em Situação de Rua, hoje mais visivelmente exposta, pela sua transparência ao figurar como um cenário malvisto denuncia essas condições de injustiças.

Em Curitiba, setores da sociedade civil passaram a articular-se em torno da defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua. Tendo presente a responsabilidade do Estado, esses setores do campo popular vêm se articulando para assegurar que os Direitos sejam garantidos e solidarizar-se com as lutas do MNPR.

No âmbito das lideranças dos Movimentos Sociais e Pastorais, pode-se dizer que houve avanços, quanto ao entendimento de que as Políticas Públicas são o caminho para a realização das ações governamentais. Essas Políticas podem ser elaboradas, executadas e fiscalizadas nos planos municipal, estadual e federal, destacando-se a necessidade de plena participação popular, na qual a própria População em Situação de Rua assume seu papel de protagonista, configurando-se como elemento definidor das possíveis transformações em curso.

Num âmbito geral, nos últimos anos, concretizaram-se poucas iniciativas públicas destinadas a essa população. Para Costa (2005, p. 6):

Merecem destaque os municípios, com experiências criativas e inovadoras, porém restritas diante da crescente demanda. As áreas de Saúde e Segurança atuaram de maneira indireta, restando apenas à Assistência Social equipamentos urbanos e projetos sociais. Paralelo a esse caminho rumo à garantia de direitos sociais, tem perpetuado na cultura nacional o sentimento de repressão e segregação, ou mesmo de desvalia, das pessoas que vivem nas ruas. Situação essa que tem sido o pano de fundo de ações violentas, as quais têm origens dispersas no contexto da sociedade em geral. Fatos viram notícia e, infelizmente, não são isolados: queima de pessoas que estão dormindo, extermínio, execução sumária. Sem falar da violência verbal e simbólica, que é produzida e reproduzida diariamente.

No âmbito Federal, constrói-se uma Política Nacional para a População em Situação de Rua, já no âmbito Estadual e Municipal a caminhada para um desdobramento local dessa política ainda está por construir-se na maioria dos municípios. Contudo, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua juntamente com a Pastoral do Povo da Rua e outros apoiadores como o Ministério Público somam todos os esforços para a ruptura de preconceitos e estabelecimento de novo entendimento na forma de tratar esta realidade complexa e desafiante. O primeiro passo está em considerar a População em Situação de Rua como um grupo humano, conjunturalmente vivendo uma situação de exclusão e tem batalhado contra toda desesperança ao buscar trilhar um caminho de superação desta realidade.

A sociedade civil participa da elaboração e da gestão dessas políticas principalmente por meio dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais. São muitos os Conselhos existentes hoje: da Criança, da Saúde, da Assistência Social, Educação, Meio Ambiente, Segurança Alimentar, entre outros. O olhar atento sobre esta realidade possibilita concluir que as pessoas que vivem em Situação de Rua sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos e, para sobreviverem, utilizam-se de diferentes estratégias. A partir desse momento, passar-se-á à identificação de algumas dessas violações e estratégias.

Em agosto de 2011, no Ato Público na Catedral Nossa Senhora da Luz dos Pinhais e na Praça Tiradentes, no centro de Curitiba, foi denunciada a violência sofrida. Houve dois casos envolvendo graves queimaduras e morte de membros da População em Situação de Rua em Curitiba. Em muitos estabelecimentos comerciais e mesmo residências, é frequente despejarem água e até mesmo álcool para impedir que a População em Situação de Rua possa dormir nestes locais. Por ocasião das Festas de final do Ano houve uma arbitrária ação por parte da Prefeitura de Curitiba, onde a guarda municipal retirou todos os pertences que a População de Rua guardava em

bueiros e buracos na rua XV de Novembro, calçadão do centro de Curitiba. Muitos perderam o pouco que lhes restava, inclusive documentos e cobertores.

2.4.2 Segurança Pública e Justiça

Quanto à Segurança Pública e Justiça, merece destaque o caráter complementar dos Direitos Humanos; nesse aspecto dá-se ênfase para a inclusão de medidas para facilitar o acesso à justiça, viabilização de documentos, registro de ocorrências policiais e combate à impunidade.

As políticas de segurança pública dirigidas à População em Situação de Rua não são voltadas para a sua proteção, mas sim para a criminalização de seus comportamentos e para a “tolerância zero” em relação aos seus atos de transgressão ou rebeldia. Esse entendimento de segurança pública é o mesmo que tem criminalizado os Movimentos Sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento Indígena entre outros, para salvaguardar os interesses do latifúndio, do capital, e dos políticos corruptos que historicamente vêm saqueando as riquezas do Brasil, privatizando o patrimônio público e desrespeitando a diversidade do povo brasileiro.

Desse modo, a forma de atuação dos órgãos de segurança reflete o pensamento ideologicamente imposto pelo senso comum na sociedade, com maior ênfase na classe média, o qual está longe de assegurar a essa População em Situação de Rua a condição de detentora de direitos humanos, e que deve ser respeitada conforme assegura a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948. Em uma adaptação da Declaração, o MNPR afirma na cartilha Direitos do Morador de Rua, em seu guia pela Dignidade e Cidadania, (2008, p. 29) que :

Todas as pessoas nascem livres e iguais, ou seja, “ninguém é melhor que ninguém”. Todos nós formamos uma única família, a comunidade humana: negro ou branco, homem ou mulher, rico ou pobre, nascido em qualquer lugar do mundo e membro de qualquer religião. Assim, todos nós temos direito à liberdade e à segurança pessoal.

Para que esse direito internacional seja assegurado à População em Situação de Rua é importante referir que são poucos os exemplos de agregação da população que

vive nas ruas através de alternativas coletivas de segurança. Geralmente, costumam dormir em grupos e, às vezes, estabelecem comunidades temporárias de convivência, as quais garantem, em alguma medida, uma proteção mútua.

2.4.3 Moradia e Tratamento dispensado nos albergues

Parte da problemática de moradia das pessoas que vivem nas ruas está relacionada com o *déficit* habitacional existente nas grandes cidades do país. Convém lembrar que os espaços para abrigo da População em Situação de Rua têm sido insuficientes, e uma parcela dessa população frequenta ainda que de forma esporádica, devido aos maus tratos sofridos nos abrigos e poucos albergues disponíveis na rede de Assistência Social, a qual se mostra incapaz de atender à grande demanda colocada por essa realidade em Curitiba.

Nos relatos a partir das entrevistas e mesmo conversas entre a População em Situação de Rua convém ressaltar que há casos e casos diante do tratamento recebido dos mecanismos públicos disponíveis.

As reclamações de como são tratados no albergue no município de Curitiba têm sido uma unanimidade entre os pesquisados. Muitos dizem preferir a rua ao albergue, diante das humilhações e maus tratos. Nesse sentido, é relevante apresentar o relato do Entrevistado I expondo sua experiência de mau atendimento em um albergue de Curitiba: “Tem uma vez né, lá na [Fundação de Ação Social] FAS - porque uma época morei lá em São José dos Pinhais e daí fui lá na [...] eles me disseram que era para mim ir lá em São José dos Pinhais, daí respondi que não morava mais lá né. Não tenho mais ninguém por lá, no caso né. Tô aqui agora – to morando no Capanema e eu preciso da ajuda daqui né, como vou pedir em São José dos Pinhais. Tem que ser daqui, fui mal atendido né, não me deixaram albergar lá, tava ruim pra caramba com gripe e única coisa que me deram foi um copo de sopa né [...] sai andando [...] daí já veio falando fui mal educada da minha parte, daí falei que ela tava lá só para comer mesmo né e ganhar dinheiro nas costas dos outros e que não parece uma casa que ajuda as pessoas [...]”. Esse relato evidencia a falta de preparação e humanização por parte de parcela dos funcionários municipais que trabalham junto a População em Situação de Rua.

Todavia, é relevante citar que as mulheres entrevistadas E e H elogiaram o espaço onde elas se encontram. Elas são acolhidas com o trabalho desenvolvido pelas

Irmãs Vicentinas e também pelo Albergue São João Batista, que tem acolhido pessoas que vêm do interior para tratamento médico em Curitiba. É um albergue mantido pela sociedade e se mantém através de doações. É certo também que em Curitiba o número de mulheres em Situação de Rua é bem menor em relação ao público masculino em Situação de Rua.

O entrevistado O desabafou sobre o albergue do município dizendo que “a sopa precisa melhorar, pois parece uma lavagem e os cobertores precisam ser lavados”. O entrevistado I disse que “a janta no albergue é pior do que a comida que a gente encontra nas ruas”. Os serviços de abrigo, algumas vezes, deixam de ser frequentados por parte desta População, diante das regras neles estabelecidas em função da necessidade de organização e convivência. Sob esse ponto de vista, são muito diferenciadas as experiências existentes no Brasil afora, que vai desde locais onde as regras são elaboradas com a participação dos usuários e dizem respeito a questões básicas, como não fazer uso de álcool e drogas no local, não portar arma e tomar banho; até experiências mais rígidas e seletivas, que têm como objetivo implícito a mudança de comportamento e pequenas transformações, como o resgate da autoestima.

Em uma das reuniões do GTIS, algumas pessoas em Situação de Rua reclamaram da violência e desrespeito como foram tratados “num albergue administrado por um pastor que oferece um serviço de péssima qualidade, contudo os recursos que recebe do município era para atender o povo com dignidade”, segundo Leonildo. Esse problema e outros desvios tendem a continuar, caso o município continue com o esse processo de terceirização de sua responsabilidade, como Poder Público.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a rede de serviços assistenciais precisa ser compreendida como espaço de passagem para o acesso às demais Políticas Públicas. Nessa perspectiva, além de ser ampliada, a rede precisa também adequar-se, aproximando-se cada vez mais da realidade de vida dessa população sem moradia. Além disso, o Poder Público em princípio, deve buscar a permanente qualificação da oferta que disponibiliza, garantindo condições dignas de atendimento e acolhimento das pessoas em Situação de Rua.

2.4.4 Saúde mental e dependência química

No âmbito da saúde mental observa-se, conforme Costa (2005, p.8):

[...] que os serviços disponíveis na maioria dos municípios, através do Sistema Único de Saúde, não estão adequados à realidade e necessidades das pessoas em situação de rua. Pode-se dizer que, mesmo quando os serviços são ofertados para a população em geral, não contam com condições de acolhimento e de busca ativa do público que vive nas ruas.

Os tratamentos contra a dependência química são praticamente inexistentes por parte do Poder Público em Curitiba. O que há de alternativa são casas de acolhida organizadas pela sociedade civil e entidades religiosas, como a Toca de Assis, Pe. João Ceconello, Frei Chico, a Comunidade Beato Sarnelli que acolhem jovens e oferece estudo, inclusive universitário, numa perspectiva mais preventiva. Por fim, a recém-inaugurada Chácara de Acolhida a Dependentes Químicos Perpétuo Socorro, dia 03 de março de 2012, localizada no município de Quatro Barras-PR, com atividades desenvolvidas a iniciadas em março de 2012, sob a administração do Centro Redentorista de Ação Social, atividade do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Um dos acolhidos compartilhou: “durante quatro anos vivi no mundo das drogas, sofrendo, maltrapilho pelas ruas, mentindo, manipulando. Perdi minha família, enfim perdi tudo, até que finalmente resolvi pedir socorro e fui acolhido”. Outra dependente manifesta sua gratidão pelas portas abertas, pela acolhida recebida e desabafa: “Peço para todas as pessoas que, ao invés de dar desprezo para quem está nas ruas, deem amor”. Enquanto o Poder Público não assume sua responsabilidade, as Igrejas que têm preocupação social acabam assumindo o que deveria ser responsabilidade do Poder Público.

O alcoolismo está colocado como uma das doenças mais preocupantes para a saúde desta população. O álcool e as drogas fazem parte da realidade das ruas, seja como alternativa para minimizar a fome e o frio, seja como elemento de socialização entre os membros dos grupos de rua. Nas conversas informais, mantidas com os entrevistados, alguns compartilharam que o fato de beberem alguma bebida alcoólica para enfrentar as noites frias de Curitiba, isso estava tornando-os dependentes do álcool. Por outro lado, importa destacar que são poucos e insuficientes os espaços para tratamento e recuperação dos dependentes provenientes da Rua na cidade de Curitiba.

Uma realidade específica como essa necessita de preparação específica, envolvendo todos que trabalham com esta realidade. Neste aspecto, Snow e Anderson (1998, p. 81) afirmam que o uso de álcool e drogas é considerado há muito tempo como uma das dimensões culturais que compõem o estilo de vida de quem vive na rua.

Portanto, estar em abstinência é um grande desafio para essas pessoas, mesmo que disso dependa a própria sobrevivência. Além das dificuldades próprias da Situação de Rua, observa-se que os serviços de saúde não estão preparados técnica e humanamente para o acolhimento dessa população, nem mesmo quando são procurados espontaneamente, ou quando os usuários são encaminhados por outros serviços da rede pública. Ainda fazem parte da realidade da estrutura do atendimento o preconceito e a discriminação com esta população.

2.4.5. Meios de sobrevivência e geração de renda na rua

Das demandas ao Poder Público, essa pode ser considerada uma das mais desafiadoras para a População em Situação de Rua: é a questão da geração de alternativas de ocupação e renda. Em parte, isso ocorre como uma resposta ao que socialmente é esperado; em outra medida, reflete o desejo real das pessoas de conquistarem seu próprio ganha-pão e busca de uma relativa autonomia.

As pessoas em Situação de Rua geralmente dizem que têm uma profissão, mesmo que já não a estejam exercendo há vários anos. Em Curitiba, como no restante do Brasil, o trabalho confere identidade às pessoas. Nessa perspectiva, dizer que tem uma profissão pode ser uma manifestação de resistência à condição de inutilidade taxada pela sociedade. É uma forma de sair da esfera de reprodução do preconceito. De outra parte, sobrevivem em uma perspectiva diária, sem a menor condição de planejamento, a médio e longo prazo, como acontece no caso dos trabalhadores formais.

Para sobreviver em Curitiba, observa-se que a População em Situação de Rua dedica-se à catação de papel, latas e outros resíduos recicláveis, a guarda de carros, panfletagem, o serviço informal, a construção civil, garçonne, ajudante de pedreiro ou auxiliar de pedreiro. Nesse sentido afirmou o Entrevistado B: “Antes fazia serviços gerais, [auxiliar de serviços gerais, cortar grama, limpar quintal] fazia várias coisas, quem mora na rua não tem opções, [...] não tinha emprego fixo [...] então não tinha muitas coisas [...] fazia panfletagens e outras coisas [...] o que me der estou fazendo [...] é geralmente é panfletagens”.

Essas profissões, como não são exercidas com regularidade, não garantem o sustento mais estável. A alternativa de sobrevivência, geralmente, é obtida através de benefícios sociais do Estado e entidades assistenciais como Ação Social das Paróquias

que geralmente organizam a missa do quilo para arrecadar alimentos para socorrer os mais necessitados.

Para essas pessoas, o sonho do emprego é o caminho de saída da rua; em muitos casos concretos não tem condição de tornar-se realidade, diante da fragilidade da condição pessoal decorrente da situação de rua. Cumprir horários, não usar álcool e drogas, apresentar-se adequadamente, readquirir a condição de planejamento de despesas dentro de um mês, são desafios que não estão ao alcance de quem já está na rua há algum tempo. Conforme Costa (2005, p.10),

A necessidade de viabilizar alternativas de geração de renda para esse público é uma das principais tarefas a ser enfrentada na atualidade, não só pelo Poder Público, nas três esferas de governo, mas pela sociedade em geral. Nesse campo reside a possibilidade, ainda que pequena, de que as pessoas que vivem Situação de Rua venham adquirir autonomia e recuperar a autoestima. O desafio está em elaborar alternativas que possam adequar-se à realidade de quem vive nas ruas, especialmente, que levem em conta o estágio em que as pessoas se encontram.

Observa-se que as ações em prol de autonomia do sujeito em Situação de Rua necessitam de ação conjunta para que atinjam os objetivos.

2.4.6 Assistência Social

Pode-se averiguar que o Poder Público tem um olhar limitado da População em Situação de Rua, entendendo-os muitas vezes como um objeto incômodo de sua assistência e não como sujeitos de direito. Conforme Costa (2005, p. 13), por outro lado, vê-se que o financiamento da rede regular de serviços de Assistência Social é insuficiente e muito precário:

Não existe uma fonte de recurso federal destinada à área, e os governos estaduais dificilmente tomam para si a tarefa de financiar programas para a população de rua, restando apenas aos municípios a tarefa de destinar recursos para as necessidades variadas de atendimento. Sendo assim, as entidades sociais que se propõem à prestação de serviços, muito frequentemente, não encontram fonte de financiamento no Poder Público.

E em concordância, com Sposati (1999, p. 95-96), “é de responsabilidade da Política Pública da Assistência Social ofertar um conjunto de seguranças à população-alvo dessa política, entre as quais a autora citada destaca a segurança de convivência”. Costa, (2005, p.14) destaca a necessidade de:

Um trabalho social que pretenda assegurar às pessoas direito à convivência e à individualidade, guiando-se por princípios éticos de respeito à dignidade humana e à realidade de vida das pessoas atendidas, deve autoavaliar-se permanentemente, na busca constante de coerência. O desafio está em vislumbrar como, em uma sociedade com tantas contradições insuperáveis, contrastes e exclusões, é possível criar referenciais positivos para a constituição da identidade valorativa da população que vive em situação de rua, às vezes invisível aos olhos da sociedade formal, às vezes expressão agressiva da contradição social. Estar incluído, sentir-se pertencendo à sociedade e planejar o próprio futuro depende de uma mudança de atitude social no sentido de acolhimento.

Nesse aspecto, ressalta-se que a solidariedade pode ser observada fortemente quando se trata da garantia de necessidades básicas das pessoas em Situação de Rua. Conforme Costa, (2005, p. 12):

[...] são muitos os exemplos de pessoas, famílias, ou mesmo trabalhadores de estabelecimentos prestadores de serviços, que acabam por “adotar” pessoas que vivem nas ruas nas proximidades de suas residências ou locais de trabalho, garantindo-lhes local para dormir, sobras de comida e disponibilidade de água. Outro exemplo de solidariedade são os inúmeros grupos de voluntários que saem à noite para levar comida (geralmente sopa) e agasalho para as pessoas que estão dormindo nas ruas. A avaliação dos profissionais que atuam na área é de que essas ações isoladas, ou ainda quando são periódicas, acabam não contribuindo para a efetiva procura de serviços da rede de Assistência Social, ou mesmo para a saída das ruas.

2.4.7 A solidariedade como alternativa

Nesse sentido, destaca-se, por exemplo, a atitude de um grupo de pessoas advindas do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro que vem visitando a População em Situação de Rua. Geralmente leva-se café e pão para partilhar e depois conversar. Antes fazia-se isto de madrugada, agora num horário entre 22 e 23 horas. O autor desta dissertação esteve participando com esse grupo nessas atividades e depois, na Pastoral do Povo da Rua, que busca pautar suas ações e elabora seu planejamento para compartilhar com a População em Situação de Rua.

De fato, no cenário atual o valor da convivência coletiva encontra-se distanciado no conjunto da sociedade, mas a População em Situação de Rua encontra amparo na Pastoral do Povo da Rua como relatou Samuel Rodrigues: “É a reaproximação com as pessoas, que faz a gente refletir, agradecer pela vida, recebi muito amor afeto né, me sinto parte desta Pastoral como uma pessoa resgatada, eu sou exemplo do êxito da Pastoral, sou grato, tenho relação muito boa com a Pastoral meu contato com poder de

Deus, levar aos mais necessitados, vários momentos difíceis, foram e são momentos cruciais, tornando-me uma pessoa melhor [...].”

Leonildo Monteiro também relata sua história de envolvimento com a Pastoral: “[...] eram mais ou menos 8 horas da noite e veio oferecer-nos um alimento e eu não esqueço jamais, nos convidou a participar das orações todas as terças-feiras [...] na catedral, onde foi né um impulso [...] na mesma hora também né durante sábados nos domingos [...] participava de seminários, encontros, saúde, educação, trabalho, tinha esperança de alguma coisa né, representar essa população de rua, e no final de 2007 conheci o Movimento para representar esta População de Rua”.

Acrescenta Samuel Rodrigues que “[...] o povo da Pastoral me resgatou, e aos pouco foi fazendo a inclusão [...] aos poucos fui inserido, na lógica de direito, mas havia negação do direito, fui recebendo informações, aprendendo com reuniões, participei e soube aproveitar, falo que sempre estou no processo de transformação. A Pastoral ajudou muito para minha formação [...]”, e, por conseguinte, para inclusão social e recuperação de laços afetivos e culturais.

2.5 MOBILIZAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Ao pesquisar estudos realizados nos grandes centros populacionais do Brasil, encontram-se alguns dados que marcaram a história de sofrimento da População em Situação de Rua como o fato ocorrido em agosto de 2004 na região central da cidade de São Paulo onde uma série de assassinatos de pessoas em Situação de Rua se deu. Esse fato gerou protestos de uma parcela da população. Em Curitiba, em 19 de agosto de 2011, o MNPR, a Pastoral do Povo da Rua, o Centro Redentorista de Ação Social, GTI, Paróquias, estudantes da UFPR, e da PUCPR, e outras entidades organizaram um Ato Público contra a Violência. Como estava chovendo, o Ato em memória da População em Situação de Rua assassinados pelo Brasil afora foi realizado dentro da Catedral. Foi feito uma memória de todos os que foram assassinados e também de outras realidades como sem terra, povos indígenas, trabalhadores (as) rurais, ribeirinhos e atingidos por barragens entre outras vítimas da violência.

Aproveitou-se o momento para reivindicar políticas de segurança pública, de moradia, trabalho, saúde, educação, alimentação entre outras. O manifesto consta no anexo desta dissertação assim como o registro fotográfico.

A Pastoral do Povo da Rua que conduziu o Ato no interior da Catedral trouxe uma faixa significativa com um dos mandamentos mais contundentes para os dias atuais, que é: “Não matarás”. Esse mandamento clama por consciência e justiça num contexto em que matar e queimar pessoas em Situação de Rua torna-se perigosamente e absurdamente corriqueiro.

Um fato triste ocorrido em Curitiba, relatado por Leonildo Monteiro, reflete bem o que tem sido o cotidiano violento ocasionado pela ausência de uma Política Pública nessa localidade: “Venho fazer uma denúncia de negligência do Resgate Social da cidade de Curitiba –Paraná -, o beneficiário desse local foi atropelado dias atrás, porém foi liberado após serem receitados alguns remédios para ele, enfim ontem esse cidadão acabou ingerindo bebida alcoólica, pois aqui em Curitiba é muito frio e ontem estava chovendo, quando esse cidadão à tarde tentou entrar no resgate ele foi impedido pelo motivo de embriaguez, então esse cidadão começou a passar mal na porta do resgate de baixo de chuva, quando o socorro veio já era tarde, e esse cidadão veio a óbito, mais um que a falta de política pública de Curitiba mata”.

Pode-se dizer que em Curitiba e em todo o país, o transeunte mais atento pode sentir como seres humanos vivenciam a humilhação social, a partir de algumas cenas cotidianas: pessoas perambulando pelas ruas, deitadas nas calçadas, pedindo ajuda, mexendo nos lixos, carregando sacolas de plástico com trajes surrados, empurrando ou puxando carroças de lixo reciclável, trocando ideias nas ruas ao encontrar outra pessoa em Situação de Rua, enfim, relacionando-se e sobrevivendo. Isso nos alerta para a realidade da População em Situação de Rua que, na verdade, não morre apenas de frio, nem acidente, morre por ausência de Políticas Públicas.

Observa-se que os ambientes da cidade, territórios aparentemente livres, mas contendo barreiras intransponíveis, inviabilizam qualquer perspectiva de que uma pessoa em Situação de Rua ali adentre. Da mesma forma, outros espaços públicos apresentam muralhas invisíveis e intransponíveis para aqueles que se encontram em condições materiais diferenciadas como a População em Situação de Rua. Isto se percebe nas imediações das instituições, órgãos do governo, como Secretarias, Universidades, igrejas, hospitais, *shoppings* e até restaurantes e comércio como o da rua XV de Novembro ou Rua das Flores, em Curitiba.

Nessa rua, composta boa parte dela como calçadão, no início de novembro de 2011, a População em Situação de Rua foi pega de surpresa e denunciaram no GTI, que seus pertences escondidos em bueiros e buracos foram retirados pelo Poder Público,

através da guarda municipal para satisfazer aos interesses dos comerciantes que querem ver a População em Situação de Rua longe de seus estabelecimentos. Isso reflete de certo modo o clima “pré-copa do mundo” em que se teme mais uma política de higienização² e violência contra a População em Situação de Rua.

Essas situações constituem guetos, onde esses seres humanos são apartados da sociedade. Contudo, há alguns momentos de encontro na dinâmica urbana da cidade. Quando isso acontece, os sentimentos variam da compaixão à repulsa com predomínio da indiferença.

Conforme relato da Pastoral do Povo da Rua (2003, p. 11):

Nas paisagens da cidade, o povo da rua se apresenta como um desenho vivo de uma realidade que nos questiona e nos incomoda. Infinitas vezes ficamos perplexos diante dos preconceitos e das ações que governos e sociedade planejam para esconder sua verdade. “Lembramos histórias de “mendigos que foram jogados no rio”; de “mendigos que foram levados compulsoriamente para outras cidades”; de mendigos que foram mortos queimados vivos”. Paralelamente a esses desmandos sociais e governamentais, outras soluções “menos violentas” foram criadas para responder à exclusão. Infelizmente em sua maioria, tem caráter compensatório. Gastam-se milhões simplesmente para esconder este povo, retirando-o para as periferias ou para outros municípios, quase sempre no intuito de livrar-se dele.

A partir dessa constatação, acontecem os julgamentos e juízos de valor, que se refletem nas ações postas à disposição dessa população. Tornam-se de fundamental importância as lutas e conquistas políticas presentes no seio da sociedade, para transformar significativamente essa realidade, anseio cotidiano do MNPR.

2.6 MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA EM CURITIBA

O Movimento Nacional da População de Rua teve diversos momentos que foram decisivos em sua história. O destaque foi para o ano de 2003, que teve início no governo Lula trazendo as primeiras discussões entre os catadores e o Programa Fome Zero, e o ano de 2005, quando foi aprovada a Lei 11.258 que estabelece a obrigatoriedade de criação de programas para a População de Rua na Assistência Social.³

² Política de higienização implica retirar da vista dos turistas e visitantes a realidade “incômoda” da realidade da População em Situação de Rua. Na maioria dos casos, governos das mais diferentes esferas, mas de modo mais frequente, o Poder Público municipal tem utilizado de muita violência, desrespeito e humilhações.

³ Em anexo, encontra-se uma linha do tempo das datas decisivas na história do MNPR.

Em Curitiba, o MNPR - Movimento Nacional da População de Rua - tem sua presença e representação a partir de 2009. Surgiu num contexto em que a sociedade enquanto classe política sequer pensava em discutir política pública para esse público historicamente ignorado. Outro fator determinante no contraponto do senso comum se faz compreender a partir das ações e mobilizações do MNPR – Movimento Nacional da População em Situação de Rua - e de aliados como a Pastoral do Povo da Rua, nas recentes lutas por Políticas Públicas. Tanto o Movimento quanto a Pastoral buscam formar parcerias e inserção nos espaços e planejamentos bem como, onde a Formação e ações de emancipação se desenvolvem na construção de Políticas Públicas específicas.

Entre as ações do MNPR está o a informação para a População em Situação de Rua; desse modo surgiu o Jornal “A Laje⁴”, com o intuito de informar e promover uma articulação entre a População em Situação de Rua de Curitiba e cidades vizinhas da região metropolitana e outras cidades como Cascavel, Londrina, São José dos Pinhais e Paranaguá. O que se tem observado, é um grau elevado de violência e agressão aos Direitos Humanos, como é o caso do Município de Paranaguá onde o Poder Público promove a violência contra a População de Rua, chegando a níveis alarmantes, inclusive com ameaças à integridade física dos aliados, como as ameaças sofridas pela Ir. Inês.

Em Curitiba, no primeiro semestre de 2011, aconteceu o primeiro Encontro Estadual da População em Situação de Rua para tratar especificamente da Moradia. Houve a participação de Moradores de rua procedentes de Londrina, São José dos Pinhais, Paranaguá além dos que convivem em Curitiba. Na abertura do evento, D. Ladislau Biernaski, da Diocese de São José dos Pinhais, ao trazer sua mensagem de apoio às lutas do MNPR, entregou uma pequena planta a Leonildo Monteiro, como sinal de Esperança e amizade.

2.7 ANÁLISE DESTE CONTEXTO

Faz-se necessário entender como se deu o surgimento do MNPR em âmbito Nacional, uma vez a atuação e ações como Movimento em Curitiba é recente, assim como a Pastoral do Povo da Rua, com apenas de três anos de atuação em Curitiba. Observa-se, porém que foram três anos de intensas atividades e caminhada conjunta.

⁴ O Jornal a Laje foi criado no início de 2010, em Curitiba, a partir das reuniões do GTI no Ministério Público Estadual. É um Jornal mensal feito pela População em Situação de Rua e com o apoio de estudantes de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A face embrionária do Movimento Nacional da População de Rua surgiu em meados da década de 1960, quando já se observavam iniciativas de organização da população em Situação de Rua em algumas cidades brasileiras, como São Paulo e Belo Horizonte, e de forma mais intensa, no final dos anos de 1990, nos grandes centros urbanos. Nos anos seguintes, e até o início da segunda década do século XXI, há inúmeras mobilizações frente à ausência de Políticas Públicas, apesar de as pessoas em Situação de Rua nelas envolvidas estarem desprovidas das condições básicas de vida. Nesse processo organizativo, houve sempre a colaboração de organizações sociais de diferentes matizes religiosos e entre elas a Pastoral do Povo da Rua.

Com o objetivo de dar visibilidade à sociedade dessas condições sociais expostas e de avançar nas conquistas fundamentais de seus direitos, foram se consolidando parcerias em algumas cidades, como em Belo Horizonte, São Paulo, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. Essas se traduziram em encontros; fóruns de discussões e de debates; manifestações em Dias de Luta e da presença de pessoas em situação de rua; nos Conselhos de Assistência Social e de Monitoramento, e, no período mais recente (2008), no Conselho Nacional de Assistência Social, que, pela primeira vez, elegeu um representante da População em Situação de Rua, dentre outros espaços.

Em Curitiba, são recentes o surgimento da Pastoral do Povo da Rua e do MNPR nos quais se constata entre os diversos desafios, a Formação e Informação tendo em vista envolver a maioria dessa população. Em nível do Poder Público, constata-se a ausência de políticas públicas consistentes para a População em situação de Rua. Observa-se que se faz necessário ampliar espaços suficientes para acolher a crescente de População em Situação de Rua, pois o atendimento a noite é praticamente insuficiente e inexistente, ou seja, não serve para atender à demanda da População em Situação de Rua. É grave a ausência de tratamento diferenciado para a mulher em Situação de Rua. Nos espaços públicos onde se pode tomar banho, há um único banheiro utilizado por homens e mulheres. As mulheres ficam sem privacidade, segundo relato de algumas delas.

Na visão dos entrevistados, o tratamento dispensado pelo município à População em Situação de Rua tem sido nulo. Há unanimidade nas críticas e testemunhos de maus-tratos. O Entrevistado F disse: “eles deveriam mudar o modo como eles pensam sobre as pessoas. Para eles todos os moradores de rua são iguais, o que não é verdade, pois se fosse assim, todos os professores seriam iguais, motoristas, e outros...”. Observa-se aqui uma reivindicação unânime frente ao despreparo dos funcionários públicos para lidarem

com este grupo humano. O Entrevistado P, ao pedir albergamento no centro, mandaram ir ao bairro novo, mas sem condições de deslocamento, disse: “fiquei na rua tomando cachaça a noite toda, para não morrer de frio”. As bebidas alcoólicas têm sido a alternativa mais imediata para não morrer de frio na rua.

Observam-se manifestações e reivindicações, principalmente em torno da violência e preconceito sofridos pela População em Situação de Rua, da ausência de Políticas Públicas de atendimento eficaz e capaz de saídas autônomas em torno da certeza de que, se não houvesse organização e persistência nesse caminho de lutas e de enfrentamento, as conquistas não seriam efetivadas. Nesse processo, foi importante a proximidade com os catadores de material reciclável que se organizaram em cooperativas de trabalho, que se multiplicaram em muitas cidades brasileiras a partir dos anos de 1990. As alianças se fortaleceram e atualmente nesta segunda década do século XXI tanto os catadores quanto a População em Situação de Rua tendem a se organizar tendo em vista ampliar e divulgar os respectivos movimentos.

A Pastoral do Povo de Rua como uma das aliadas da População em Situação de Rua, tem-se caracterizado pela proximidade, diálogo simétrico, presença nas ruas como sinal de uma Igreja Samaritana na qual a prática do amor deve ser concreta (Lc 10, 25-37). A compaixão do samaritano reergueu o homem ferido, caído, e quase morto, e sua ação trouxe vida a essa pessoa não importando sua religião, cor, nacionalidade ou classe social. Dessa mística e caráter se envolve a Pastoral do Povo da Rua.

Apresentado os aspectos e complexidade da População de Rua, segue agora no próximo capítulo, o tema da Vulnerabilidade e Bioética, contudo dentro de uma perspectiva de bioética-social, que traz questionamentos a partir da Bioética de Intervenção e Bioética da Proteção.

3 VULNERABILIDADE E BIOÉTICA: UMA VISÃO SOCIAL

O objetivo do presente capítulo é buscar construir uma epigênese e elucidar o conceito de vulnerabilidade, que muitas vezes parece claro e inequívoco, porém, contém aspectos importantes a serem considerados quando ligados à bioética, e sua peculiar interface envolvendo a questão da vida, em relação às pessoas em Situação de Rua e a questão da ética articulada à teologia. Desse modo apresenta-se neste capítulo uma abordagem sobre vulnerabilidade, contexto histórico conceitual de Bioética, e a relação da vulnerabilidade e bioética, de modo a delinear especificamente a bioética da proteção e bioética de intervenção.

3.1 VULNERABILIDADE

O conceito de vulnerabilidade é muito antigo e faz parte da condição básica de existência das pessoas. O ser humano desde a gestação, nascimento, crescimento e desenvolvimento perpassa um caminho de possibilidades de ser ferido e, portanto de vulnerabilidade. Para o melhor entendimento, seguem as afirmações de Neves (2007, p. 29 - 30), que apresenta a derivação da palavra vulnerabilidade e a sua origem:

Vulnerabilidade é uma palavra de origem latina, derivando de *vulnus (eris)* que significa ferida. Assim sendo, ela é irredutivelmente definida como susceptibilidade de ser ferido. Esta significação etimológico-conceitual, originária e radical, mantém-se necessariamente em todas as evocações do termo, na linguagem corrente como em domínios especializados, não obstante o mesmo poder assumir diferentes especificações de acordo com os contextos em que é enunciado e com a própria evolução da reflexão e da prática bioética.

A vulnerabilidade humana tende a ser inicialmente entendida como condição humana, considerando todos os seres humanos como permanentemente expostos à possibilidade de serem feridos e, portanto, frágeis. Caracteriza-se como uma condição inerente a todo ser humano. Outro autor que faz considerações interessantes a respeito do conceito de vulnerabilidade é Kaztman (2001, p. 4):

Vulnerabilidad no es exactamente lo mismo que pobreza se bien la incluye. Esta última hace referencia a una situación de carencia efectiva y actual mientras que la vulnerabilidad trasciende esta condición proyectando a futuro la posibilidad de padecería a partir de ciertas debilidades, que se constatan en el presente.

Esse autor busca escapar de uma interpretação reducionista. Afinal, nem todo vulnerável é necessariamente pobre. Contudo o pobre ou o empobrecido tem sido cada vez mais vulnerabilizado pelo capitalismo global. No caso da População em Situação de Rua, um fenômeno majoritariamente urbano e ao mesmo tempo pouco debatido em nossa sociedade do espetáculo e da indiferença, tem-se constituído em um grupo humano empobrecido e vulnerabilizado. Conforme o teólogo Hugo Assmann (1991, p. 14) “o polo opressor, por ter chegado a um ponto onde realmente já não precisa utilizar mecanismos de exploração direta do trabalho dos que ficaram a margem global, resistirá ainda mais em admitir que os explora” ou seja, o trabalho desse grupo humano. Vulnerabilidade aqui entendida como fruto do sistema está, portanto, vinculada ao modo de produção capitalista neoliberal, dentro do capitalismo global.

Complementa ainda Kaztman (2001, p.4):

En su sentido amplio la categoría de vulnerabilidad refleja dos condiciones: la de los “vulnerados”, que se asimila a la condición de pobreza es decir que ya padecen una carencia efectiva que implica la imposibilidad actual de sostenimiento y desarrollo y una debilidad a futuro a partir de esta incapacidad y la de los “vulnerables” para quienes el deterioro de sus condiciones de vida no está ya materializado sino que aparece como una situación de alta probabilidad en un futuro cercano a partir de las condiciones de fragilidad que los afecte.

Na visão desse autor, alguns elementos contribuem para a compreensão do conceito de vulnerabilidade, agravado pela condição de pobreza, bem característica da América Latina que tem vivido historicamente essa realidade do empobrecimento, todavia, não se pode vincular a vulnerabilidade exclusivamente à questão da pobreza.

Hottois e Missa (2005, p.921) apresentam a seguinte noção de vulnerabilidade:

La noción de vulnerabilidad expresa unos dos aspectos más universales de la condición humana, a saber, la finitud y la mortalidad. La descripción de un ser como vulnerable evoca normalmente un apelo ético al cuidado, la protección y la responsabilidad perante ese ser.

Essa definição retoma a questão da ética e da responsabilidade para com o vulnerável. Ao ver a realidade de vulnerabilidade não tem como não se posicionar e

passar, como se o quadro visto não estivesse manchado com o sangue do inocente e as agressões antiéticas à População em Situação de Rua acalantadas pela indiferença.

A vulnerabilidade, entendida como ausência de uma segurança ou amparo mínimo como abrigo, alimento e saneamento, mostra que um aspecto determinante da vulnerabilidade está na ausência de Políticas Públicas que garantam amparo ou segurança mínima a que todo ser humano tem direito. Desse modo, uma atitude permanente nesse processo está no questionar e cobrar a respeito de Políticas Públicas adequadas no serviço aos mais vulneráveis.

Na visão de Vignoli e Figueira (2001 *apud* AMBRAMOVAY, 2002, p. 34 -35),

[...] o conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que os afetam.

Foi o que aconteceu em Curitiba no primeiro semestre de 2011: quatro pessoas foram queimadas enquanto dormiam nas ruas, sem contar outros casos de violência que atingiram a população em Situação de Rua. Esses casos ainda não foram esclarecidos; foram solicitadas informações via ofício e também pela internet, mas até o momento não houve resposta sobre como se encontra a investigação da Secretaria de Segurança Pública.

Nesse caso, até o acesso a informação está comprometido, dificultando o estabelecimento de Políticas Públicas tendo em vista a superação do agravamento do quadro de violência e barbárie contra esse grupo; portanto em situação de extrema vulnerabilidade. Os quadros de violência tendem a agravar-se à medida que impera a impunidade e no caso desse grupo estigmatizado como pessoas a serem combatidas, e invisibilizadas, daí porque se utilizam várias formas de violência para aterrorizá-los, como se o fato de estarem nas ruas fosse um processo isolado e a pessoa em Situação de Rua fosse uma ameaça.

Existem ainda pesquisadores que apontam a vulnerabilidade como falta por parte de quem tem o poder de atendimento às necessidades básicas. Um desses autores é Dieterlen (2001, p.19), que assim argumenta:

Y una forma de vulnerabilidad consiste en tener necesidades básicas, puesto que las personas que carecen de los medios necesarios de subsistencia dependen del ejercicio del poder de aquellos que pueden proporcionarles o

negarles los medios de vida. Las necesidades básicas reflejan una falta de poder, y por lo tanto una situación de vulnerabilidad.

Por exemplo, a ausência de Políticas Públicas pode ser considerada um dos fatores principais de consolidação da exclusão, marginalização e vulnerabilidade da População em Situação de Rua. No caso do Município de Curitiba, existem apenas 300 vagas nos albergues da Fundação de Ação Social da Prefeitura Municipal de Curitiba – FAS-, considerada de péssima qualidade, conforme relata a própria População em Situação de Rua que eventualmente consegue uma vaga, conforme relato do Entrevistado D: “a gente passa humilhação pra entrar no FAS e quando consegue entrar encontra os cobertores sujos, fico com medo de pegar uma doença”. Todos os dias pelo menos mais de duas mil pessoas estão dormindo nas ruas de Curitiba, sem nenhuma assistência do Poder Público que inclusive resistiu em aceitar os resultados e constatações da pesquisa do Ministério de Desenvolvimento Social.

Conforme apontam Schramm (2005, p.21) e Oswald (2006, p. 250), a vulnerabilidade pode ser considerada uma categoria *sui generis* servindo para qualquer ser vivo que poderá ser ferido, mas não o será necessariamente; contudo vulnerabilidade não pode ser confundida com vulneração. Ainda sobre o entendimento de vulnerabilidade pode-se citar as seguintes afirmações de Almeida (2010, p. 537) que vai trazer a ideia de vulnerabilidade como liberdade ou capacidades limitadas:

A exigência de proteção aos indivíduos vulneráveis aplica-se a pessoas incapazes de exercer sua liberdade, por contingências físicas, naturais e os grupos incapazes por consequências sociais e políticas. Encarada como capacidade ou liberdade limitada, a ideia de vulnerabilidade aplica-se a grupos específicos que por alguma circunstância física, psíquica ou social (incluindo também o aspecto econômico) poderão ser considerados vulneráveis, sendo importante a exigência ética de sua defesa.

Kottow (2004, p. 73) fala sobre o ser vulnerável: “O vulnerável sofre de necessidades não atendidas, o que o torna frágil, predisposto a sofrer danos. É também propenso a ser facilmente atingido, dada a sua baixa resistência ao mal”.

Portanto, de acordo com Almeida (2010, p. 539), “[...] o ser vulnerável é alguém que possui cidadania frágil, que não consegue exercer seu direito à integridade física e psicológica como condição de acesso à plenitude existencial em sociedade”.

Kottow (2004, p.72 - 73) faz ainda algumas considerações em relação ao conceito de vulnerabilidade e ao ser vulnerável e sua relação com a filosofia:

Desde que J.G. Herder (1744-1803) reconheceu os seres humanos como criaturas importantes comprometidas com a incerta tarefa de desenvolver o próprio ser contando apenas com suas forças culturais, a filosofia tem considerado a vulnerabilidade uma dimensão antropológica essencial da existência humana. [...] Ser vulnerável significa estar suscetível a, ou em perigo de, sofrer danos. Estar vivo é uma improbabilidade biológica altamente vulnerável a perturbações e à morte, e mais ainda se vidas humanas quão humanas têm de ser construídas, sendo, portanto desproporcionadamente frágeis e propensas a desordens e disfunções. A vulnerabilidade intrínseca às vidas humanas também foi reconhecida por filósofos políticos que propuseram ordens sociais destinadas a proteger da violência a vida, a integridade corporal e a propriedade (Hobbes), ou a proteger os indivíduos da violação de seus direitos básicos (Mill).

Em todos os conceitos encontrados, o ser vulnerável sempre está ligado à condição de fragilidade, seja por não possuir suas necessidades atendidas, seja por não ter acesso a condições dignas de sobrevivência. Percebe-se a necessidade de reorganizar a ordem desorganizada pelos interesses dos que detêm o poder. Um exemplo marcante de agressão a uma forma de organização tradicional ou milenar aconteceu com organização social dos diversos povos indígenas que habitavam nas terras hoje denominadas de Brasil. A desordem causada pelos colonizadores e sua sede insaciável de riquezas e lucros causaram grave desordem na ordem equilibrada que havia antes da dita “civilização” vir agredir, eliminar e vulnerabilizar os diversos povos que aqui viviam.

Sass (2004, p. 79-80) apresenta a seguinte afirmação em relação à cultura, a estrutura social e política e sua interferência na vulnerabilidade:

Na verdade, as culturas e as estruturas sociais e políticas foram desenvolvidas justamente para combater a vulnerabilidade e a exploração. As diferenças entre tradições culturais ou sociais parecem refletir prioridades em termos de riscos percebidos e da proteção preferida contra a vulnerabilidade. Mas, sejam quais forem essas diferenças, parece haver uma noção *a priori* e aceita de que as ameaças mais essenciais à condição humana, como a fome, a doença, a dor, a exploração, o assassinato e a tortura são universais, estabelecendo uma base para os direitos humanos e civis que independe de prioridades sociais e culturais específicas. Quanto mais as sociedades e culturas foram tendo sucesso em libertar as pessoas da vulnerabilidade a forças naturais cruéis, tanto mais aquelas se tornaram vulneráveis a forças estabelecidas por seres humanos.

Junges (2006, p. 213) revela um conceito de vulnerabilidade mais aplicado à atualidade, dando destaque ao aspecto social:

O ser humano é vulnerável não só no aspecto somático, mas também nos aspectos psíquico, social e espiritual. Hoje, sentem-se menos os efeitos somáticos da vulnerabilidade devido aos progressos das ciências da saúde.

Entretanto, ela é mais visível em suas faces social, psíquica e espiritual, crescente causa de sofrimento e dor para muita gente. Os referenciais culturais não ajudam a integrar essa vulnerabilidade; ao contrário, negam-na, oferecendo próteses e “placebos” de sentido.

Contudo os excelentes avanços no campo das ciências biotecnológicas e da saúde estão circunscritos ao território das elites. Para transpor esse muro e esses avanços e de fato chegar a atender aos mais vulneráveis como a População em Situação de Rua torna-se uma missão quase impossível devido a todo um aparato de exclusão organizado pela sociedade de consumo. Mesmo com os avanços na universalização do acesso a saúde pública assegurado em termos legais pelo SUS. A grande maioria da População em Situação de Rua, frente ao constante constrangimento sofrido por parte de funcionários despreparados para atendê-los com educação e respeito, não procura o serviço público para o qual em tese teriam direito a atendimento por parte do Poder Público.

Neves (2007, p. 44) aponta a relação entre vulnerabilidade e solidariedade:

O princípio da vulnerabilidade excede a lógica preponderante da reivindicação dos direitos que assistem às pessoas e anuncia a da solicitude dos deveres que a todas competem, visando à complementaridade entre uma consolidada ética dos direitos, assente na liberdade do indivíduo e desenvolvida pelo reforço da autonomia, e uma urgente ética dos deveres, assente na responsabilidade do outro e desenvolvida pelo reforço da solidariedade.

Existem diversos estudos que tratam de diferentes tipos de vulnerabilidade, sendo que, em resumo, a esses estudos pode-se citar os seguintes autores e as seguintes gradações: Kottow (2005, p.45) diz que, em primeiro âmbito, estariam todas as pessoas, pois pelo fato de estarem vivas, são vulneráveis e podem ser feridas. De acordo com Schramm e Braz (2008, p.1), em segundo lugar estão os suscetíveis, ou seja, os grupos que possuem maior risco de serem atingidos como, por exemplo, as pessoas em Situação de Rua. Conforme Braz (2003, p.80) e Kottow (2005, p.48), em terceiro lugar estão os vulnerados, que já foram de fato feridos; por último, os desmedrados que não tiveram a chance de desenvolver suas capacidades e potencialidades.

A População em Situação de Rua perpassa praticamente todos esses aspectos da vulnerabilidade. Conforme entrevista realizada com o ex-morador de rua, identificado nesta pesquisa como sujeito D, que morou na rua por mais de 20 anos, ao comentar os assassinatos ocorridos em Curitiba desabafa: “Independente se foi assassinato ou não, a

pessoa foi morta na rua! A situação é triste de qualquer forma! Existem pessoas que dormem tranquilas enquanto pessoas estão morrendo na rua: queimadas, atropeladas e de outras formas de violência”. E continua seu desabafo: “a pessoa não morre porque é louca, morre porque não tem saída”. Vários depoimentos como esse têm revelado as situações de extrema vulnerabilidade com relação à População em Situação de Rua em Curitiba.

Macklin (2000, p.59) comenta a respeito da relação entre vulnerabilidade e proteção:

A questão da vulnerabilidade e da proteção tem grande amplitude, abrangendo grande número de áreas da ética clínica, da ética de pesquisa e da ética nas Políticas Públicas. Restrinjo esse exame a duas áreas. A primeira é o contexto da pesquisa multinacional, em que podem ser exploradas pessoas vulneráveis mesmo que não sejam prejudicadas, bem como prejudicadas ainda que não sejam exploradas. A segunda é a situação de mulheres que se tornam vulneráveis em ambientes culturais ou países inteiros nos quais são oprimidas e impotentes. Diante dos valores e práticas culturais, ou de políticas governamentais, essas mulheres veem seriamente prejudicada sua saúde e até a sua vida.

As mulheres que compõem parcela da População em Situação de Rua e que estão na condição de migrantes têm nas ruas uma dupla jornada pela sobrevivência, driblando todos os tipos de agressão da sociedade, mas também, inclusive de alguns companheiros que mesmo estando na mesma situação de extrema vulnerabilidade, reproduz a opressão num nível microconjuntural ao subjugar a mulher e coagi-la. Nessa condição, para não sofrerem violência estas mulheres têm que se impor para não serem subjugadas ou ameaçadas. Essa tarefa, segundo relato da entrevistada E, é muito estressante, “pois nunca se sabe o dia de amanhã”. Uma delas desabafou, dizendo que quando reagiu frente ao desrespeito do homem que tentou agredi-la, ela não conseguiu dormir, temendo retaliação. **“Isto não é vida”**. Geralmente em alguns casos os desentendimentos ocorrem por conta do alcoolismo. Uma delas ao defender-se, acabou tirando a vida do agressor. As drogas também estão constituindo um dos quadros de grave instabilidade àqueles “que entram nesse barco furado, nessa fria” completa a entrevistada E.

Nesse sentido, além da própria vulnerabilidade inerente ao ser humano, Kottow (2004, p. 72) faz referência às circunstâncias desfavoráveis que podem tornar um indivíduo ainda mais vulnerável:

Além dessa vulnerabilidade básica intrínseca à existência humana, alguns indivíduos são afetados por circunstâncias desfavoráveis nas quais a pobreza, a falta de educação, as dificuldades geográficas, as doenças crônicas e endêmicas ou outros infortúnios os tornam ainda mais vulneráveis. O florescimento humano depende, além disso, da aquisição de algumas virtudes intelectuais e morais, empreendimento que pode ser perturbado por deficiências biológicas, educacionais ou outras de cunho social que constituem então vulnerabilidades adicionais.

Dentro do que foi exposto aqui como vulnerabilidades adicionais, a essa se pode acrescentar a ausência de Políticas Públicas que atendam minimamente contra as condições para assegurar a sobrevivência física de grupos humanos em Situação de Rua. Desse modo, então, pode-se considerar que a opção pela ausência de uma política pública específica, configura-se na realidade uma opção política, que muitas vezes opta pelo extermínio de povos e culturas, na história da humanidade.

O Entrevistado G resumiu à situação de vulnerabilidade em que vive ao dizer: “a minha vida é baseada numa mochila, tudo o que eu tenho cabe numa mochila”. Ele reforçou dizendo o que leu num cartaz “A população de rua não morre de frio, nem acidente, morre por falta de políticas públicas”.

A vulnerabilidade, por não estar restrita apenas às relações interpessoais, apresenta várias interfaces. A seguir apresentam-se algumas delas que mais se encaixam com o tema desta investigação e estudo sobre vulnerabilidade:

a) Vulnerabilidade Individual: Ayres *et al.* (2003, p. 123) trazem o conceito de vulnerabilidade individual como sendo relacionada:

[...] ao comportamento pessoal e refere-se ao grau e à qualidade da informação de que os indivíduos dispõem sobre o problema; à capacidade de elaborar essas informações e incorporá-las aos seus repertórios cotidianos. Refere-se ainda ao interesse e às possibilidades efetivas de transformar essas preocupações em práticas protegidas e protetoras.

b) Vulnerabilidade Social: Ayres *et al.* (2003, p. 123) trazem o conceito de vulnerabilidade social como sendo relacionada a:

[...] obtenção de informações, à possibilidade de metabolizá-las e ao poder de incorporá-las a mudanças práticas; depende do acesso aos meios de comunicação, escolarização, assim como a disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidades de enfrentar barreiras culturais, estar livre de coerções violentas ou poder defender-se delas.

c) Vulnerabilidade Física e Psicológica: A vulnerabilidade física diz respeito a doenças a que a pessoa possa estar exposta, e a vulnerabilidade psicológica refere-se a algum tipo de desequilíbrio mental que impeça a pessoa de levar uma vida normal.

d) Vulnerabilidade Econômica: Diz respeito aos problemas de desigualdade econômica que afetam diversos países, que acabam excluindo as pessoas menos favorecidas, como reforça Santos (2001, p. 29) na afirmação abaixo:

Através da conquista do mercado mundial e da exploração da força de trabalho, os grupos hegemônicos vão impondo seu domínio. O processo de acumulação, concentração, centralização e internacionalização do capital, que se constitui na própria essência do sistema capitalista, leva a uma crescente polarização. Os contrastes sociais são cada vez maiores: de um lado emergem enormes contingentes de desamparados, sem moradia e condições mínimas de sobrevivência e, de outro, os guetos da opulência e o luxo supérfluo dos condomínios fechados e mansões. Formam-se dois extremos: polos de riqueza, concentrados em poucas mãos e, ao mesmo tempo, imensos polos de pobreza.

A População em Situação de Rua tende a ser a expressão mais realista do contingente de desamparados, principalmente pela ausência de uma Política Pública e de sua não implementação. Contudo a partir de 2008, o presidente Luis Inácio Lula da Silva encampou a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, processo que vinha sendo gestado com ampla discussão, envolvendo Ministérios, apoiadores e o MNPR.

A implementação dessas políticas nos Estados e de modo especial nos Municípios, estão à mercê dos interesses da política local que busca maquiar a realidade, conforme as possibilidades de recursos. Nos casos em que se preveem recursos, há uma forma arcaica de pensar que entende os serviços públicos direcionados à população pobre devam ser de qualidade inferior. Isto é visível no cotidiano da População em Situação de Rua, necessitada do serviço público, como relata o sujeito de pesquisa Samuel Rodrigues “[...] o posto de saúde é para todos, menos para morador de rua, a escola é para todos, menos para o morador de rua, tudo é para todos, menos para morador de rua, e isto é uma violação dos direitos, os governos que teriam de proteger a população mais vulnerável são os algozes deste processo”, conclui esse experiente lutador dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua.

Outro conceito essencial, ao tratar desta realidade, envolve a compreensão de Bioética, como se verá a seguir.

3.2 BIOÉTICA

Neste item será abordada a elaboração do conceito de Bioética. Para isso foi realizada uma epigênese do conceito Bioética, não apenas como uma construção da história do conceito, mas de modo especial, com a aproximação do conceito a partir de nossa realidade latino-americana e especificamente brasileira. Aqui se tem um contexto em que se encontram extremas disparidades entre extrema riqueza ao lado de extrema pobreza e na ponta da pobreza estão as pessoas em Situação de Rua.

A crítica ética na defesa da vida encontra na Bioética seu amparo frente aos embates de dimensões transdisciplinar. Por isso, faz-se necessário buscar também uma epigênese do conceito de bioética. Seu surgimento contemporâneo diante dos avanços da biotecnociências traz novos desafios e embates frente aos interesses econômicos.

3.2.1 Definição de Bioética

O contexto do surgimento do conceito bioética vem acompanhado de posturas carregadas de valores e, portanto nada neutra, para desencanto dos que postulam a sacralidade da neutralidade nas ciências. Para buscar a compreensão desse processo, faz necessário conhecer a desumanização de que a sociedade e as ciências estão imbuídas, até ouvir dentro desse contexto, o apelo ético pela vida e de modo especial pela vida do mais vulnerável, do mundo vulnerável.

Para Siqueira (2007, p. 9), “a pedra fundamental da nossa *agora* bioética foi colocada em 18 de fevereiro de 1995, com a criação da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB)”. E informa que, em 1996, realizaram o primeiro congresso da sociedade nas dependências do Instituto Oscar Freire, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Durante esse estudo, foram encontradas diversas definições de bioética, cada uma revelando significado e aspectos diferenciados. O termo bioética teve seu surgimento no início da década de 70, quando “Van Rensselaer Potter introduziu, oficialmente, o neologismo “Bioética” utilizando esse termo no seu livro “*Bioethics, bridge to the future*”.

Potter (1971, p. VII - VIII) descreveu o seguinte conceito de bioética:

[...] Esta nova ciência, *bioethics*, combina o trabalho dos humanistas e cientistas, cujos objetivos são sabedoria e conhecimento. A sabedoria é definida como o conhecimento de como usar o conhecimento para o bem social. A busca de sabedoria tem uma nova orientação porque a sobrevivência do homem está em jogo. Os valores éticos devem ser testados em termos de futuro e não podem ser divorciados dos fatos biológicos. Ações que diminuem as chances de sobrevivência humana são imorais e devem ser julgadas em termos do conhecimento disponível e no monitoramento de parâmetros de sobrevivência que são escolhidos pelos cientistas e humanistas.

Essa definição e compreensão de Bioética protagonizada por Van Rensselaer Potter traz a vitalidade da dimensão plurimultitransdisciplinar e o seu sentido mais pleno de possibilidades de reflexões que pensam globalmente uma realidade local. Esse modo de compreender a bioética não a amarra aos interesses de um único modo de pensar, mas considera diversos pontos de partida para determinada reflexão. Considera-se aqui a importância do marco histórico da Bioética, pensada por Potter, e que se desdobrou a partir de diversos olhares e realidades, específicas ou globais.

Correia (1996, p.30) fala sobre a abrangência da definição de bioética:

Bioética – de vida e ética – é um neologismo que significa ética de vida. Esse primeiro sentido já indica um conteúdo de enorme abrangência: tudo o que é vida lhe compete. Decorre daí a dificuldade de se dar à bioética uma definição sumária e adequada, uma vez que as definições tendem sempre a fixar fronteiras e a bioética não tem fronteiras, não se definindo, por isso, como as demais disciplinas.

Vale ressaltar que o termo bioética evoca a pluralidade como inerente ao seu *ethos*, daí porque se reforça sua perspectiva pluri e transdisciplinar. A bioética só é possível em diálogo e corresponsabilidade, pois tende a requerer uma opção fundamental na compreensão da vida como um todo e da vida do ser humano, afetado pelo meio.

O termo bioética deriva do grego em que *bios* significa vida e *ethos*, ética. Portanto, *bios* diz respeito ao conhecimento biológico, a ciência dos sistemas vivos e “ética” ao conhecimento dos valores humanos, do sentido e o porquê das coisas. O valor da vida está colocado de uma forma ou outra nos debates bioéticos.

De acordo com Schramm, Anjos e Zoboli (2007, p.36),

De fato, a bioética pode ser definida, hoje em dia, de várias maneiras pertinentes; e isso é resultado da situação de pluralismo tanto moral como metodológico em princípio vigente no mundo e na academia, nos quais existe não só uma pluralidade de sistemas organizados e coerentes de normas e valores para orientar a ação humana que envolva outros humanos (e outros

seres vivos não humanos), mas também uma pluralidade de métodos de justificação de tais sistemas, além de uma pluralidade de tendências legítimas do saber bioético.

Reich (1995), na Enciclopédia de Bioética⁵, define bioética como:

O estudo sistemático das dimensões morais – incluindo visão, decisão, conduta e normas morais – das ciências da vida e da saúde, utilizando uma variedade de metodologias éticas, num contexto interdisciplinar.

É interessante observar a preocupação abrangente da bioética, englobando o todo da vida, como o meio ambiente e toda sua biodiversidade, de modo especial o cuidado com os mais frágeis e a redescoberta do ser humano como ser autônomo e corresponsável.

Outra definição que vem complementar a conceituação proposta por Reich é a seguinte, citada por Garrafa (1995, p. 166):

[...] a bioética significa ética aplicada à vida solucionadora de problemas e se apresenta como a procura de um comportamento responsável por parte daquelas pessoas que devem decidir tipos de tratamentos, pesquisas ou posturas com relação à humanidade.

Garrafa (1995) expressa a necessidade do pensar bioético não descontextualizado do nosso realidade e lugar social brasileiro. Ao refletir a bioética em nosso contexto, é fundamental entender o modo de produção e a conjuntura sociopolítico econômica de um país que carrega a cruz do desenvolvimentismo nos ombros de uma população de mais de 16 milhões vivendo abaixo da linha da pobreza. Como pensar em princípios da bioética num contexto em que muitos ainda estão na condição de suprir e superar a fome? Entre esses, encontra-se a População em Situação de Rua, fruto da histórica ausência de Políticas Públicas tendo em vista a superação de miséria, da fome, dos graves problemas de moradia, saúde pública, saneamento, trabalho e educação.

Para Sanches (2004, p.21), bioética é “a ciência do comportamento moral dos seres humanos frente a toda intervenção da biotecnociência e das ciências da saúde, sobre a vida, em toda a sua complexidade”. Toda ação implica uma reação. Daí porque Sanches chama a atenção sobre a necessidade de reflexão e ação ética frente aos interesses colocados nesse campo da biotecnociência. Os grupos econômicos se

⁵ Enciclopédia publicada nos Estados Unidos, tendo três edições, 1978, 1995 e 2004.

“arrepiam” diante da possibilidade de fiscalização e avaliação, pois sabem do resultado nefasto das ações depredadoras da vida e da biodiversidade. Um estado colocado a serviço desses interesses manipula resultados e muitas vezes liberam ações de graves e irreversíveis impactos. Portanto é preciso resgatar a ação ética, como ação prática (SANCHES, 2004).

Nesse sentido pode-se dizer que a bioética tem uma identidade que se constrói como uma reflexão articuladora, contudo não apenas ligada aos avanços científicos e tecnológicos e seus impactos, mas como fios que tecem toda a trama da vida em seus mais complexos níveis para entender e reeducar o agir humano.

Pessini e Barchifontaine (2010, p. 199) revelam visão diferenciada acerca da bioética quando essa tem seus horizontes ampliados:

Ao situar a bioética num horizonte amplo, ela se torna o desaguadouro de duas grandes formas de conhecimento humano: o saber simbólico e o saber científico. Então, ela ganha visibilidade total e pode ser descrita assim: a bioética é o debate sobre as recentes descobertas tecnocientíficas em biologia, biofísica, bioquímica, genética e ciências médicas que trazem novos problemas às ciências humanas dos valores éticos, das convicções milenares de pessoas, de escolas filosóficas, teológicas e jurídicas que tratam do sentido da vida e da morte, da convivência política e da relação da natureza com o ser humano.

Na visão de Junges (2006, p. 11), a “bioética é um saber que surgiu para ajudar na tomada de decisões concretas que implicam a vida em geral e a saúde humana em particular”.

Nessa direção, um exemplo do debate bioético, a nível micro aconteceu em Curitiba, quando o MNPR, em parceria com várias entidades, entre elas a Pastoral do Povo da Rua e o Ministério Público Estadual cedeu o auditório de sua sede em Curitiba para que fosse realizado, no dia 12 de novembro de 2011, um fórum para debater a saúde da População em Situação de Rua, com o foco na saúde mental. Participaram cerca de 100 pessoas de Curitiba e também de outras cidades do Estado do Paraná onde teve articulação do Movimento Nacional da População de Rua. Foi abordada uma reivindicação nacional do Movimento, que é o Consultório de Rua e as políticas atuais de atendimento à saúde da População em Situação de Rua. A luta pelo acesso à saúde pública pode configurar-se num pré-debate ao discutir a bioética.

De acordo com Diniz (2008, p. 16) a Bioética tem

[...] como paradigma o respeito à dignidade da pessoa humana, que é o fundamento do Estado Democrático de Direito (CF/88, art. 1º, III) e o cerne de todo o ordenamento jurídico. Deveras, a pessoa humana e sua dignidade constituem fundamento e fim da sociedade e do Estado, sendo o valor que prevalecerá sobre qualquer tipo de avanço científico e tecnológico. Consequentemente, não poderá a Bioética admitir conduta que venha a reduzir a pessoa humana à condição de coisa, retirando dela sua dignidade e o direito a uma vida digna.

Garrafa e Porto (2004, p. 36) apontam duas categorias de bioética em relação aos tipos de situações que compreende:

A bioética das situações persistentes relaciona-se com a historicidade das condições que teimosamente persistem entre as sociedades humanas desde a Antiguidade, como a exclusão social, a discriminação das mulheres, o racismo, a iniquidade na alocação e distribuição de recursos de saúde, o abandono de crianças e idosos, o aborto, a eutanásia, entre outras. Já a bioética das situações emergentes diz respeito às questões decorrentes do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico que surgiram (emergiram) nos últimos cinquenta anos, entre as quais as novas técnicas de reprodução (incluindo a clonagem reprodutiva e a terapêutica), o Projeto Genoma Humano e os avanços no campo da engenharia genética, os transplantes de órgãos e tecidos humanos, etc.

A bioética das situações persistentes exemplificada por Garrafa e Porto (2004) vai ao encontro da realidade da População em Situação de Rua, que paralelamente a caminhada da Bioética tem construído pertinentes proposições para uma Política Pública como as assumidas pelo governo Federal em sua Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008). Esses autores trazem com muita pertinência aspectos do nosso contexto latino-americano e brasileiro; ou seja, o contexto das extremas desigualdades que constitui uma realidade bem específica na qual ao tratar bioético não cabe prescindir da realidade de exclusão social e organização da sociedade a partir do mercado como um absoluto. Tratar da bioética em nosso contexto compreende também rupturas ideológicas e questionamentos sobre a pretensa neutralidade das ciências.

Hossne, Albuquerque e Goldin (2007, p. 146) destacam a importância da multidisciplinaridade em Bioética:

A reflexão bioética exige, não só a multidisciplinaridade, isto é, a incorporação da visão ética de uma disciplina nas outras e vice-versa. Essa característica da multi e transdisciplinaridade necessária para a Bioética parece ser suficientemente forte para o reconhecimento da Bioética como merecedora de espaço próprio dentro da ética.

Observa-se que esses autores colocam a expressão da própria identidade da bioética como caráter multipluritransdisciplinar que ela carrega e como condição para realizar sua vocação de ser ponte ou fio no tecer de uma rede de compreensões em debate permanente, tendo o agir ético sua razão de ser.

Kottow (2006, p. 35) concebe bioética como:

[...] que amálgama conhecimentos teóricos de ética, se submete aos rigores do debate analítico, abre-se para o conhecimento empírico e o incorpora à medida que o requer para avaliar as realidades, as projeções, os dilemas e as situações problemáticas que ocorrem no âmbito da reflexão. O discurso da bioética se submete a critérios de racionalidade, razoabilidade ou plausibilidade, prudência, coerência interna dos pronunciamentos e coerência externo do que é asseverado em relação aos antecedentes históricos e à realidade social contemporânea.

Outro aspecto importante a ser ressaltado são os campos de atuação da bioética. Nesse sentido Hossne, Albuquerque e Goldim (2007, p. 146) enfatizam: “o primeiro aspecto que pode ser considerado é o campo de atuação da Bioética: ela é a ética das e (nas) ciências da vida, da saúde, e do meio ambiente. Trata-se de um campo bastante abrangente”.

Nesse sentido, torna-se pertinente a reflexão de Sotolongo (2005, p. 133) acerca do campo de atuação da bioética:

La Bioética constituye un campo social, conflictual, atañente al desarrollo sostenible de la vida en todas sus manifestaciones, vegetal, animal y humana. Este campo tiene un fuerte e indefectible asidero en las contradictorias – por injustas – realidades del mundo en que nos ha tocado vivir. Son estas realidades contradictorias las que otorgan a la práctica bioética su sentido más legítimo.

No entendimento de Kottow (2006), quanto mais universal é um enunciado bioético, mais necessária será sua veracidade. Por isso, não teria como se falar de bioética sem levantar os seus diferentes paradigmas, ou seja, os princípios mais utilizados, que serão apresentados a seguir de forma sintetizada:

a) Paradigma principialista: É um dos modelos de análise bioética mais divulgados, idealizado por Tom Beuchamp e James Childress, que possui quatro princípios: princípio da beneficência (relaciona-se ao dever de ajudar as outras pessoas, promover o bem); princípio da não maleficência (relaciona-se ao fato de abster-se de fazer qualquer mal a outras pessoas, não causar-lhes qualquer dano e não colocá-las em

risco); princípio da autonomia (como a própria palavra diz, revela que cada um tem o direito de decidir sobre si mesmo) e o princípio da justiça ou equidade (diz respeito à distribuição adequada de deveres e benefícios sociais).

Quando se tem presente a realidade da População em Situação de Rua, esses princípios ganham outra configuração para além do contexto biomédico e considerando a vida ou as vidas em questão em uma complexidade maior.

Em relação a esse paradigma, Sgreccia (1997, p. 168) estabelece uma visão diferenciada:

[...] se retomarmos, portanto, o paradigma principialista no contexto da prioridade do valor fundamental do bem da pessoa humana, poder-se-á ter a atenção tanto ao dado experiencial moral como à intencionalidade do agente (a ação não é mera aplicação extrínseca de princípios, mas comportamento orientado para a realização do bem próprio e do outro). Os princípios fornecem indicações gerais de comportamento, mas é o valor ético do bem da pessoa como fim último a ser atingido que confere o sentido último da ação.

b) Paradigma “libertário”: Trata-se de um paradigma mais polêmico. Seu maior precursor é Tristram Engelhardt. Segundo Pessini, Barchifontaine, (2010, p. 46) e é baseado na defesa da autonomia e dos direitos e da propriedade dos indivíduos, assumindo inclusive o corpo como propriedade da pessoa, propiciando a venda de sangue ou até mesmo de órgãos. A noção de pessoa, da qual se excluem os embriões e fetos por não possuírem consciência de si, é no mínimo controversa, mas ao colocar a ética num plano secular para uma análise “mais neutra”, Engelhardt recebeu boa apreciação.

c) Paradigma das virtudes: representado por Edmund Pellegrino e David Thomas. De acordo com Pessini e Barchifontaine (2010, p. 47):

Colocam a tônica no agente, particularmente nos profissionais da saúde, integrando o paciente a seu processo de decisão. Sendo a virtude uma disposição que se aperfeiçoa pelo hábito, enfatiza-se a ação pela educação dos profissionais da saúde e pela prática clínica, o que conduziria naturalmente à prática do bem.

Reagindo à perspectiva individualista, Zoboli (2004, p.30) também elaborou uma definição relacionada ao paradigma das virtudes: “Esse entendimento da ética é particularmente assumido pela bioética, com a virtude sendo vista como a motivação para a ação e compreendendo-se que a descrição de um ato pode ser abstraída do caráter do agente”.

d) Paradigma “casuístico”: Defendido por Albert Jonsen e Stephen Toulmin, e sendo a forma oposta do principialismo diz respeito à análise de caso a caso podendo estabelecerem se analogias com casos semelhantes.

Já o contexto da realidade da População em Situação de Rua aponta para a compreensão do todo da vida, desde as necessidades primárias, como o alimento para superar a fome, até as questões como saneamento básico, moradia, acesso à saúde pública, trabalho, educação. Enfim, uma efetiva política pública que possa suprir essas necessidades que são as pré-condições para o principialismo.

e) Paradigma fenomenológico e hermenêutico: para Pessini e Barchifontaine (2010. p. 47):

Esse modelo enfatiza a necessidade de reconhecer que toda experiência está sujeita a interpretação. Existem sempre duas dimensões em cada situação, uma subjetiva e outra objetiva. A fenomenologia coloca a subjetividade entre parênteses numa tentativa de penetrar na situação em si mesma. Esse processo de clareamento permite a emergência de significados que podem ser analisados e partilhados.

f) Paradigma narrativo: Revela que contar e seguir histórias faz parte da vida e da cultura das pessoas fazendo-as adquirir identidade e intimidade.

g) Paradigma do cuidado: Tem como precursora Carol Gilligan atribui às mulheres o valor do cuidado (percepção das necessidades das outras pessoas) e aos homens o valor da justiça.

h) Paradigma do direito natural: elaborado por John Finnis, em que ele argumenta a existência de alguns valores que determinam a moralidade de qualquer ação. De acordo com Pessini e Barchifontaine (2010. p. 48), estes valores são os seguintes: “o conhecimento, a vida, a vida estética, a vida lúdica, a racionalidade prática, a religiosidade, a amizade”.

i) Paradigma contratualista: Possui como precursor Robert Veatch. De acordo com Pessini e Barchifontaine (2010. p. 48),

[...] tem como ponto de partida a denúncia das insuficiências de fundo que a ética hipocrática encerra. Defende um triplo contato: entre o médico e os pacientes, entre os médicos e a sociedade, e um contato mais amplo com os princípios orientadores da relação médico-paciente. Para regular essas relações, é importante obedecer a alguns princípios fundamentais: o da beneficência, o da proibição de matar, o de dizer a verdade e o de manter as promessas. Os mais críticos dizem que esse modelo desconhece a prática clínica.

Seria muito interessante que essas teorias pudessem checar seus argumentos a partir das demandas colocadas por grupos excluídos e marginalizados historicamente como a População em Situação de Rua. Contudo para isso é necessária uma postura aberta para entender as complexas questões da bioética a partir de referenciais surgidos nos países ditos periféricos.

j) Paradigma antropológico personalista: Possui vários autores que o defendem. Pessini e Barchifontaine (2010, p. 49) referem-se da seguinte forma a esse paradigma:

[...] Trata-se de uma antropologia filosófica como conhecimento do homem como sujeito em sua globalidade, e de uma filosofia humanista preocupada em compreender o homem em todas as suas dimensões e, por isso, um humanismo o mais integral possível. Não assume uma natureza descritiva, nem procura estabelecer normas de ação. Antes, desenvolve um raciocínio deontológico, de fundamentação teológica, que considera o ser humano, em sua dignidade universal, o valor supremo do agir.

Esse humanismo integral que compreende todas as dimensões e significados ao homem inclui também necessariamente sua dimensão espiritual que está latente em todo ser humano. Esse fato permite tecer questões fundamentais, como o sentido da existência do ser humano. Por que a sociedade está organizada dessa forma e nesse modo de produção? Como tornar explícito as graves contradições e considerar que tudo o que historicamente foi criado pode, portanto, historicamente ser transformado.

Um exemplo de realidade que pode ser transformada está na presente realidade da População em Situação de Rua. Evidentemente que é necessário, em âmbito local, no Município de Curitiba, agregar todas as forças para implementar o que determina a atual Política Nacional para a População em Situação de Rua. O Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009, traz históricas bandeiras de luta do Movimento Nacional da População de Rua. Contudo como se constata, há uma lentidão da parte das autoridades públicas municipais que ainda não esboçaram nenhuma ação nesta direção.

Para Cohen (2008, p.474):

A Bioética se apresenta nesta tentativa de apreender e compreender o verdadeiro significado do novo, capacitando-nos a uma possível adaptação. Ela nos permite expressar o nosso pensamento ético, o que nos possibilita encontrar consensos de qual será o comportamento moral mais adequado frente a uma determinada questão. Entendo que estes sejam os motivos de como deveríamos perceber, pensar e agir sob a égide da Bioética.

Através dos estudos realizados acerca da bioética pode-se perceber que a mesma pode apresentar diferentes significados, porém sempre atenta à dignidade do ser humano quando em situação de desigualdade e opressão no sentido de reaver seus direitos assegurados. A questão dos direitos humanos vem como o complemento *sine qua non* da Bioética, para que possa desenvolver-se sem esquecer o caráter estabelecido em sua origem., e assim possibilitar sua natureza dialógica das realidades em situação de ameaça e vulnerabilidade social.

3.2.2 Contexto histórico da Bioética

A bioética é uma ciência interplurimultitransdisciplinar como ponte e perspectivas de reflexão para uma ética aplicada nos mais diversos contextos em que se dá a vida com seus limites e potencialidades. Desse modo, a defesa da vida do que se encontra em extrema vulnerabilidade compõe o agir bioético. Contudo é preciso compreender os contextos sociopolíticos, históricos, econômicos e culturais nos quais se dá a reflexão bioética como os Estados Unidos, a Europa e o Brasil.

Segundo Pessini (2008, p.21), recentes pesquisas no âmbito da bioética nos trazem uma novidade em relação às suas origens na Alemanha:

Somos levados a recuar no tempo e história e encontrar, em 1927, na Alemanha, em Halle, na der Saale, Fritz Jahr. Publicou no influente periódico científico alemão *Kosmos* um artigo intitulado *Bio-ethics*: uma revisão do relacionamento ético dos humanos em relação aos animais e plantas.

O Código de Nuremberg, em 1947, sobre a Experimentação Humana configura na História da Bioética, seu nascimento prático, após o fim da Segunda Guerra Mundial quando os médicos nazistas foram julgados pelo Tribunal de Nuremberg.

Dentre os percussores da bioética europeia pode-se citar Francesc Abel que, conforme Pessini e Barchifontaine (2007, p. 383),

[...] fez doutorado em Medicina nos Estados Unidos com tese sobre fisiologia fetoplacentária. É o fundador do primeiro Instituto de bioética europeu, o instituto Borja de Bioética (1975). Este centro de bioética localiza-se em Sant Cugat Dell Vallés (Barcelona, Espanha) e a partir do ano 2000 foi integrado como Instituto Universitário à Universidade Ramon Llull (Barcelona).

Durand (2007, p.359) destaca como marco histórico da bioética europeia a criação do Comitê Diretor para a Bioética:

Vários países europeus se reuniram no seio de organismos que se interessam pela bioética. Desse modo, o Conselho Europeu, que reúne 40 países, criou o Comitê Diretor para a Bioética em 1985 (então chamado de Comitê ad hoc de Especialistas para os Problemas de Bioética). Esse comitê, composto por três especialistas de cada país – um jurista, um cientista e um eticista –, assim como por observadores externos, tem a função de estudar as questões de bioética e de emitir recomendações que visam à instauração de normas éticas comuns. Essas recomendações são então submetidas à aprovação do Comitê de Ministros do conselho europeu e do Parlamento europeu. Várias dessas recomendações foram adotadas. Elas tratavam especialmente da pesquisa médica com seres humanos, dos testes genéticos pré-natais e da utilização das análises de DNA no quadro do sistema de justiça penal. O trabalho mais importante desse grupo, contudo, foi a elaboração de uma convenção de bioética intitulada Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e da Dignidade do ser Humano diante das aplicações da biologia e da medicina: Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina (1996).

Ao falar do nascimento do conceito de bioética, também é importante citar o nome de Andre Hellegers, que foi o primeiro a usar o termo bioética, em Winconsin, também em 1970, em um contexto mais institucionalizado, mais semelhante ao conceito admitido atualmente. Contudo o contexto em que se emprega o termo bioética estão presentes fatos que impelem a uma atitude e procedimento ético frente à vida em estado de vulnerabilidade e muitas vezes ameaçadas.

Pessini e Barchifontaine (2010, p. 51) falam da abertura que a bioética teve nos Estados Unidos nos anos 70:

No final dos anos 70, cresceu muito a credibilidade da bioética. O campo começou a mostrar que tinha algo a dizer. As pessoas interessadas podiam ser ajudadas e, além disso, estavam abertas a conversar de uma forma totalmente secular. Ficou também claro que o novo campo não seria caracterizado por uma bioética policialesca. A ética, agora, é bem-aceita na medicina.

Toda a preocupação e os estudos éticos norte-americanos, imediatamente posteriores à utilização do termo bioética, estavam relacionados com o controle social da pesquisa em seres humanos. Diante dos graves relatos de situações em vulnerabilidade constatados no Relatório Belmont coloca-se a extrema necessidade de controle e fiscalização permanente da sociedade, para inibir abusos à integridade física e moral das pessoas em estado de vulnerabilidade.

Pessini e Barchifontaine (2010, p. 56) referem três casos que fizeram a opinião pública americana voltar seus olhos para as questões éticas envolvendo pesquisa em seres humanos:

Em particular, três casos notáveis mobilizaram a opinião pública e exigiram regulamentação ética: 1) em 1963, no Hospital Israelita de doenças crônicas de Nova York, foram injetadas células cancerosas vivas em idosos doentes; 2) entre 1950 e 1970, no hospital estatal de Willowbrook (NY), injetaram hepatite viral em crianças retardadas mentais; 3) desde os anos 40, mas descoberto apenas em 1972, no caso de Tuskegee Study no Estado de Alabama, foram deixados sem tratamento quatrocentos negros sífilíticos até 1972, apesar da descoberta da penicilina em 1945. O governo norte-americano, em 1996, pediu desculpas públicas àquela comunidade negra pelo que foi feito.

Após a divulgação desses casos, o governo norte-americano, em 1974, criou uma comissão a fim de realizar uma pesquisa que identificasse princípios éticos básicos para nortear as pesquisas envolvendo seres humanos, nas áreas do comportamento e da biomedicina. Essa comissão intitulou-se *National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research* (Comissão Nacional para a Proteção dos Seres Humanos da Pesquisa Biomédica e Comportamental).

A comissão em questão acabou demorando 4 anos para publicar o relatório, intitulado Relatório Belmont, que foi promulgado em 1979. A denominação Belmont se deve ao nome do local onde ele foi redigido. O Relatório Belmont tornou-se de suma importância no estudo da vulnerabilidade e da bioética, porque nele estabeleceu-se de forma inédita o uso sistemático de princípios (respeito às pessoas, beneficência e justiça) com enfoque bioético. De qualquer forma coloca-se a necessidade de um controle social como forma de prevenir abusos.

Pode-se dizer que nesse caso, observa-se a influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ao afirmar o “reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. Vale ressaltar, nas vicissitudes ocorridas no cumprimento da Declaração pelos Estados signatários com ampla adesão da Europa, identificou-se a necessidade de reconhecer as diversidades e diferenças para concretização do princípio da igualdade.

O que se reafirma nesse sentido é que toda pessoa tem direitos inerentes à sua natureza humana, sendo respeitada sua dignidade e garantida a oportunidade de desenvolver seu potencial de forma livre, autônoma e plena. Desse modo, para que isto

seja uma realidade é necessário cada vez mais uma soma de esforços e no caso da bioética, um caminhar intertranspluridisciplinar, conforme já foi exposto no início.

De acordo com Drane (1995, p. 15), a ética europeia é mais ligada à teoria filosófica:

Ao estar na Europa e ao identificar-me com o horizonte mental e com as preocupações de meus colegas, observo o caráter pragmático e casuístico de nosso estilo de proceder a partir de vossa perspectiva. Certamente, nossa forma de fazer ética não é correta e as outras são erradas. De fato, estou convencido de que todos nós temos de aprender uns dos outros.

Conforme pesquisas realizadas em *sites* e revistas especializadas, a Europa apresenta as seguintes associações importantes em relação à bioética: Associação Europeia dos Centros de Ética Médica (AECM), Associação Internacional Direito Ética e Ciência (Grupo de Milazzo), European Society for Philosophy of Medicine and Health Care e Societas Ethica: European Society for Research in Ethics.

Pessini e Barchifontaine (2010, p. 65) apresentam as seguintes perspectivas da bioética europeia:

A perspectiva europeia privilegia a dimensão social do ser humano, com prioridade para o sentido de justiça e equidade preferencialmente aos direitos individuais. [...] A bioética de tradição europeia avança numa busca sobre o fundamento do agir humano. Para além da normatividade da ação, em campo de extrema complexidade, entrevê-se a exigência de sua fundamentação metafísica.

Essa perspectiva recorda que os princípios históricos dos Direitos Humanos são orientados pela afirmação do respeito ao outro e pela busca permanente da paz que, em qualquer contexto, sempre tem seus fundamentos na justiça, na igualdade e na liberdade. O fato memorável que foi o reconhecimento e a incorporação dos Direitos Humanos no ordenamento social, político e jurídico, deve-se à Declaração Universal dos Direitos Humanos, proposta em 10 de dezembro de 1948. Esse fundou os alicerces de uma nova convivência humana, tentando sepultar os absurdos do nazismo com seus ódios e horrores como o holocausto, a eliminação de pelo menos cinquenta milhões de vidas humanas nos seis anos de guerra e mortandade.

Os diversos pactos, tratados e convenções internacionais que a ela sucederam, construíram, passo a passo, um arcabouço mundial para a proteção dos Direitos Humanos. Um exemplo foi quando ocorreu a Conferência de Viena, em 1993. A Comunidade Internacional atualizou a compreensão os elementos básicos desses

instrumentos, fortalecendo os postulados de universalidade, individualidade, indivisibilidade e interdependência. Universalidade estabelece que a condição de existir como ser humano é requisito único para a titularidade desses direitos. Indivisibilidade indica que os direitos econômicos, sociais e culturais são condição para a observação dos direitos civis e políticos, e vice-versa. Daí porque o conjunto dos Direitos Humanos perfaz uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada. Sempre que um direito é violado, rompe-se a unidade e todos os demais direitos são comprometidos.

A Conferência de Viena tem valor histórico em toda a trajetória dos Direitos Humanos, não apenas na Europa, mas em todo o mundo. Essa Conferência firmou o acordo sobre a importância de que os Direitos Humanos passassem a ser conteúdo programático da ação dos Estados Nacionais; por isso recomendou que os países formassem e implementassem Programas e Planos Nacionais de Direitos Humanos. Essa Conferência teve enorme pertinência não apenas para a Europa, que já vinha firmando esta preocupação com os Direitos Humanos, mas de modo especial, em relação aos países no Continente Latino-Americano, Caribenho e Africano.

Foi uma conquista histórica da bioética em âmbito internacional. Para Pessini (2008, p.33), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), aprovou no dia 19 de outubro de 2005, em sua 33ª Assembleia Geral:

Um importante documento de bioética, fruto de mais de dois anos de trabalhos, estudos, consultas e discussões internacionais envolvendo especialistas na área científica, ética e da saúde do mundo inteiro. Trata-se da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, que versa sobre ‘as questões éticas relacionadas à medicina, às ciências da vida e às tecnologias associadas quando aplicadas aos seres humanos, levando em conta suas dimensões sociais, legais e ambientais’.

Hossne, Albuquerque e Goldim (2007, p. 147) referem que a Bioética não conseguiu espaço anteriormente no Brasil porque na década de 70 o país passou por um “regime político de exceção” que se ampliava para a área acadêmica, universitária e científico-cultural. Somente na segunda metade da década de 80, com a redemocratização, foi aberto o espaço para os debates sociais com estabelecimento dos direitos sociais e fundamentais e com a revisão do Código de Ética Médica.

Pessini e Barchifontaine (2010, p.17) apresentam um pouco do cenário brasileiro que antecedeu a entrada da bioética no Brasil:

Essa democratização do país trouxe a discussão política e ética que determinou a revisão da Constituição (Constituição da República Federativa do Brasil), que ficou conhecida como a “Constituição cidadã” da qual um dos pontos altos foi a questão dos direitos humanos [...]. Como consequência, outras mudanças se seguiram, como a elaboração de um novo Código de Ética Médica (1988), que introduzia em seu bojo questões éticas inovadoras para a sociedade de então, entre outras a questão dos direitos humanos, a dos transplantes e da pesquisa com seres humanos. [...] Surgiu então a Resolução n. 1/1988, do Conselho Nacional de Saúde, que praticamente ficou no papel. Esse processo foi retomado alguns anos mais tarde (1995-1996) quando da aprovação da Resolução n. 196/1996 (Ministério da Saúde / Conselho Nacional da Saúde). Todo esse processo ganhou visibilidade, foi alvo de discussão pública e hoje o Brasil tem novas diretrizes éticas para a pesquisa com seres humanos, com controle social.

No Brasil, a Bioética teve sua origem apenas no início da década de 1990, com a conquista da democracia e a abertura de espaço para as discussões políticas e éticas. Todavia, os conceitos da bioética no Brasil tem a fundação da Sociedade Brasileira de Bioética, ocorrida em 1992, com registro como pessoa jurídica em 1995, e com sede na UNESP, em Botucatu – SP.

O primeiro livro de bioética publicado no país, em 1991 foi “Problemas atuais de Bioética”, tendo como autores Leocir Pessini e Christian de P. de Barchifontaine. Após ele, foi lançada em 1993 a Revista Bioética do Conselho Federal de Medicina cujo objetivo é propiciar a reflexão e despertar o debate em relação às questões éticas do Brasil, com ênfase especial, à ética na saúde. Em 2005, a Revista da Sociedade Brasileira de Bioética.

Hossne, Albuquerque e Goldim (2007, p. 149) apontam como outro marco histórico da bioética brasileira a realização do 1º Congresso de Bioética:

Em 1996, realizou-se o 1º Congresso de Bioética, em São Paulo, contando apenas com bioeticistas brasileiros, já em número suficiente para tal atividade. Merece destaque a respeitabilidade adquirida em tão pouco tempo pela SBB, a ponto de ser solicitada a dedicar um período do Congresso para discussão daquela que veio a ser a Resolução 196/96, criando um sistema de avaliação ética dos projetos envolvendo seres humanos.

No Brasil, ao longo das últimas décadas, os direitos Humanos passaram a ocupar posição de destaque no ordenamento jurídico brasileiro. O País avançou decisivamente na Proteção e promoção dos Direitos Humanos e à promoção do direito às diferenças. Porém o peso negativo do passado continua a projetar no presente uma situação de profunda iniquidade social.

Infelizmente, no Brasil, o acesso aos direitos fundamentais continua enfrentando barreiras estruturais, resquícios de um processo histórico, marcado pelo genocídio dos indígenas. Diversos povos indígenas nas terras que hoje chamamos de Brasil foram eliminados. Ao todo, segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), (2002, p. 5), havia no Brasil em torno de 1.200 Povos Indígenas. Sobreviveram 215. Esse massacre marca negativamente a história do Brasil e jamais poderá ser esquecido, pois o esquecimento é motivador de novos massacres. O Brasil passou pelo massacre e holocausto dos povos indígenas, pela escravidão e por períodos tristes, períodos ditatoriais e por fim, o golpe militar. Isto ainda repercute em práticas discriminatórias, que continuam a ecoar em comportamentos, leis e na realidade social como a vivenciada na pele pela População em Situação de Rua.

É sob o impulso dinâmico dos movimentos que os Direitos Humanos vão se fortalecendo, erguendo como bandeira a democratização permanente do Estado e da própria sociedade. Pode-se dizer que é da pressão do Movimento Popular Organizado e agora mais recentemente entrando, o MNPR no conjunto dos demais Movimentos, que o Estado vem colhendo crescentes demandas e exigências para incorporá-las à sua ação programática nas diferentes Políticas Públicas.

A Constituição Federal de 1988 tem uma relação de grandes mobilizações e articulações para assegurar a afirmação da dignidade da vida dos mais vulneráveis. O reconhecimento e a incorporação dos Direitos Humanos no ordenamento social, político e jurídico brasileiro resultam desse processo de conquistas em que Movimentos Populares, Pastorais, aliados, entidades parceiras fizeram valer o grito dos mais pobres e vulneráveis, daí porque leva o nome de Constituição Cidadã.

Nos anos que se seguiram, os Movimentos passaram a consolidar-se por meio de redes com abrangência regional ou nacional, firmando-se como sujeitos na formulação e monitoramento das Políticas Públicas. Nos anos de 1990, desempenharam papel fundamental na resistência a todas as orientações do neoliberalismo, de flexibilização dos direitos sociais, privatizações, dogmatismo do mercado e enfraquecimento do Estado. Nesse mesmo período, multiplicaram-se pelo país, experiências de gestão estadual e municipal em que lideranças desses movimentos, em larga escala, passaram a desempenhar função de gestores públicos e isto traz questões desde autonomia do Movimento até a Responsabilidade do Estado.

Oliveira, Villapouca e Barrosi (2006, p. 19 e 20) também trazem importantes considerações a respeito da Bioética no Brasil:

[...] a partir dos anos 1990, percebe-se a construção paulatina de uma perspectiva bioética brasileira, contextualizada e voltada para a elaboração de aportes teóricos que consideram a realidade dos países latino-americanos. Tudo isso aconteceu como consequência direta do surgimento de núcleos de estudo em bioética, que proporcionaram a pesquisa por bioeticistas pátrios. [...], no ano de 2002, a bioética brasileira alcançou um importante patamar no debate mundial ao sediar, em Brasília o Sexto Congresso Mundial de Bioética da Internacional Association of Bioethics.

Com as eleições de 2002, no Brasil, alguns dos setores mais organizados da sociedade trouxeram reivindicações históricas acumuladas, passando a influenciar diretamente a atuação do governo e vivendo de perto suas contradições internas.

Nesse sentido, Oliveira, Villapouca e Barrosi (2006, p. 19-20) afirmam que:

[...] no Brasil, pode-se destacar dois eixos principais para a consolidação desse saber: 1) o da construção e aprimoramento de teorias éticas fundamentais no contexto brasileiro; 2) o da discussão e elaboração de um estatuto epistemológico, cujo cerne é o questionamento ontológico da bioética e sua caracterização como campo de conhecimento.

Com relação à População em Situação de Rua, observa-se que inicia um novo cenário na proposição protagonista em que se estabelece o diálogo entre Estado e a Sociedade Civil que assumiu especial relevo, com a compreensão e a preservação do distinto papel nesse processo. A interação é desenhada por acordos e dissensos, debates de ideias e pela deliberação em torno das propostas, requisitos imprescindíveis ao pleno exercício da democracia, cabendo à sociedade civil, exigir, pressionar, cobrar, criticar, propor e fiscalizar as ações do Estado.

Schramm, Anjos e Zoboli (2007, p.33) falam da identidade do saber bioético no Brasil:

[...] a identidade do saber bioético no Brasil, que, como saber relativamente jovem, tem tido a capacidade de integrar – numa autêntica “antropofagia cultural” – as discussões internacionais e de afirmar-se em âmbito regional e internacional como saber com marcadas preocupações, e propostas normativas de solução, dos conflitos morais no âmbito das Políticas Públicas de saúde. Destacam, portanto, a dimensão coletiva das práticas em saúde, mas sem esquecer as questões emergentes – relevantes para o próprio campo da saúde pública – como aquelas relativas aos progressos da biotecnociência, às transformações do meio ambiente, aos direitos humanos presentes e futuros, entre outros.

Essa concepção de interação democrática construída entre os diversos órgãos do Estado e da sociedade civil ocasionou resultados práticos em termos de Políticas Públicas e avanços na interlocução de setores do Poder Público com toda a diversidade social, cultural, étnica e regional que caracteriza os Movimentos Sociais e Populares no Brasil. É o caso do MNPR, em Curitiba. Avançou-se fundamentalmente na compreensão de que os Direitos Humanos constituem condição para a prevalência e prioridade da dignidade humana e que devem ser promovidos e protegidos por meio de esforço conjunto do Estado e da Sociedade Civil como tem sido o papel da Pastoral do Povo da Rua.

As Diretrizes nacionais que orientam a atuação do Poder Público no âmbito dos Direitos Humanos foram desenvolvidas recentemente, em 1996, ano do lançamento do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II). Outros autores apresentam a distinção da bioética brasileira, trazendo à tona os “desafios decorrentes das situações de injustiça e exclusão social”, típicas dos países em desenvolvimento, são Pessini, Barchifontaine e Prado (2007, p. 215):

Embora a bioética brasileira tenha surgido num contexto globalizado e dinâmico, no qual os principais problemas da pauta das discussões bioéticas da atualidade já estavam formulados (por exemplo, questões, como aborto, eutanásia, transplante de órgãos, etc.), esta trouxe para a agenda bioética problemas específicos e originais, vinculados à realidade social, econômica, política e cultural dos povos da América Latina e, especialmente, da realidade brasileira, como os problemas de saúde pública e os desafios decorrentes das situações de injustiça e exclusão social.

Atualmente, a Bioética do Brasil conta com o apoio de algumas instâncias como o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), Núcleos de Bioética, Comitês de Bioética, Conselho Nacional de Bioética e o Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS).

Hossne, Albuquerque e Goldim (2007, p. 182) ainda apontam “algumas características comuns às diferentes escolas da bioética brasileira”:

(1) Defesa do vulnerável: considerando como vulnerável tanto o indivíduo fragilizado quanto o meio ambiente em que ele vive. Com relação ao ser humano, as condições apontadas pelas diferentes escolas identificam as variáveis, sexo, raça / etnia, exclusão social, desamparo espiritual e existencial.

(2) Exercício do diálogo: Embora seja consensual a característica prevalentemente laica da bioética brasileira, todas as escolas manifestam-se com ênfase pela construção conjunta, por meio do diálogo incluyente, o que pressupõe convivência de moralidades antagônicas em ambiente de profícuo

diálogo entre adeptos dos modelos laicos com os defensores da bioética de inspiração na teologia da libertação.

(3) Defesa da dignidade da pessoa humana: Essa é uma característica presente em todas as escolas, que defendem a dignidade da pessoa humana a partir de recortes distintos. Para a bioética brasileira, a dignidade está diretamente associada ao respeito ao indivíduo, a grupos e segmentos sociais, respeitando ainda eventual ênfase a segmentos mais vulneráveis, como o apontado pela bioética feminista, ao defender os direitos humanos das mulheres.

Dentro do que se pode considerar na bioética brasileira está o sujeito desta pesquisa incluso, pois a realidade da População em Situação de Rua revela fortes contradições sociais no Brasil, traz para a bioética o desafio de buscar entender melhor esse fenômeno em amplo crescimento nos grandes centros urbanos.

O desafio lançado à bioética é entender a proteção como garantia dos direitos elementares aos mais vulneráveis e estar atento para a necessidade de intervenção diante das arbitrariedades com relação à vida desses grupos humanos. Aqui entra diretamente o embate com o Poder Público. Em relação às perspectivas da bioética no Brasil, Pessini, Barchifontaine e Prado (2007, p. 231) desenvolvem alguns comentários significativos afirmando que:

As perspectivas para a bioética no Brasil podem ser consideradas muito positivas, tanto pelo número e diversidade de iniciativas e de instituições que tem se dedicado a área como pelo caminho que os bioeticistas brasileiros vêm trilhando. Entende-las como positivas não significa ignorar o que há por fazer em termos de aprofundamento da reflexão brasileira, para a construção de modelos epistemológicos mais completos, mas sim reconhecer seu avanço em tão pouco tempo de existência no país.

Ainda nesse sentido, Arreguy e Schramm (2005, p. 118) afirmam que a Bioética tem-se mostrado no Brasil como:

[...] um legítimo e eficiente instrumento para a análise crítica da moralidade das Políticas Públicas na área da saúde e para as tomadas de decisão, eticamente justificadas, por ações de saúde que garantam em princípio a distribuição equânime, logo socialmente justa, dos recursos disponíveis para as várias populações necessitadas. Visando, em particular, a assegurar que a cobertura, tanto em termos de quantidade como de qualidade dos serviços oferecidos, não prejudique o atendimento das necessidades de saúde das populações mais vulneradas.

O Brasil, só em 2009, oficialmente inaugurou uma nova postura em relação a assegurar direitos e estabelecer a Política Nacional para a População em Situação de

Rua⁶. Em todo caso, a pré-história da inclusão dos vulneráveis encontra seu amparo comum na Constituição Federal de 1988, que afirma “que todas as pessoas devem ser reconhecidas e protegidas por lei, sem discriminação”.

Aqui está um aspecto próprio dos direitos humanos, abrindo espaço para inclusão do atual decreto que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

É importante assinalar que a implementação das referidas Políticas Públicas, apontadas pelo governo Federal é resultado das reflexões e debates do Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração da Política Nacional. A consolidação das ideias inseridas percorreu um processo necessário de discussão de seu texto nos diversos fóruns de debate de Políticas Públicas Sociais, de forma a permitir a mais ampla participação de diferentes segmentos da sociedade e principalmente a População em Situação de Rua.

3.3 VULNERABILIDADE E BIOÉTICA

O conceito de vulnerabilidade está totalmente ligado a bioética, uma vez que esta trata da dignidade humana e do ser humano. O termo vulnerabilidade vem sendo utilizado no campo da Bioética Médica, quanto no Campo Social e “tem-se apresentado frequentemente em bioética como um desafio para a ação do sujeito autônomo diante de sujeitos vulneráveis” (ANJOS, 2006, p. 174). O ser humano passível de ser ferido traz ao debate bioético a necessidade de ampliar a visão exclusivamente bioética para a visão social dos grupos em extrema vulnerabilidade.

Neves (2007, p.29), faz a seguinte relação entre vulnerabilidade e bioética:

Vulnerabilidade é um termo comum na linguagem corrente, que principalmente na última década, se tem vindo a tornar cada vez mais frequente no discurso bioético. Esse processo culminou com a enunciação do respeito pela vulnerabilidade humana como princípio ético na Declaração Universal de Bioética e Direitos do Homem, da UNESCO, aprovada em outubro de 2005.

Hammes (2006, p. 71) apresenta o conceito de vulnerabilidade em bioética da seguinte maneira: “O conceito de fragilidade, mais conhecido como vulnerabilidade,

⁶ Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009, assinado pelo então Presidente Luis Inácio Lula da Silva e demais ministros de seu governo. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

aparece na bioética associado à experiência de passagem e finitude, a ponto de se afirmar que a essência da humanidade é a vulnerabilidade”.

Ferrer e Álvarez (2005, p. 45) também ressaltam a importância da proteção das vulnerabilidades do sujeito humano na concepção histórica da bioética moderna:

Quando examinarmos as origens históricas da moderna bioética veremos que um dos fatores que contribuíram para o seu nascimento foi precisamente a necessidade de proteger as vulnerabilidades dos sujeitos humanos na pesquisa científica e dos pacientes nos contextos clínicos.

Macklin (2003, p. 473) afirma que a vulnerabilidade é uma preocupação em bioética porque “os grupos vulneráveis estão sujeitos à exploração e esta é moralmente errada”. Como se pode observar a ligação dessas teorias com a realidade da População em Situação de Rua está em um mesmo patamar ao estar na condição de extrema vulnerabilidade e passível de ser ferido e explorado.

Zuben (2007, p. 62) elucida o conceito de vulnerabilidade sob o entendimento da bioética: “Pela vulnerabilidade pode-se entender, o montante, na origem da Bioética, as reações diante de denúncias de abusos contra a dignidade da pessoa humana [...]”. De acordo com Kemp (2004, p. 33), os princípios de vulnerabilidade, autonomia, integridade e dignidade são interdependentes e se complementam auxiliando na prática da bioética. Considerando o conceito de vulnerabilidade ligado a Bioética, Neves (2007, p. 30) se reporta ao primeiro texto ligado à bioética que apresentou o conceito de vulnerabilidade como significação ética:

[...] foi o Belmont Report: *ethical principles and guidelines for the protection of human subjects of research*. Este documento, finalizado em 1978, corresponde ao trabalho desenvolvido durante quatro anos pela *National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research*, estabelecida pelo Congresso Norte – Americano para formular os princípios éticos básicos a respeitar em toda a investigação envolvendo seres humanos. A noção de vulnerabilidade é introduzida no Relatório Belmont para classificar, de forma particular (apenas alguns são ditos vulneráveis) e em termos relativos (comparativamente aos ditos não vulneráveis), tanto pessoas singulares, na seção acerca da voluntariedade, como populações, na seção dedicada à avaliação sistemática de risco e benefícios, que se encontrem numa situação de exposição agravada a serem feridas, isto é, no âmbito da investigação biomédica e, mais especificamente, no da experimentação humana.

Em relação à vulnerabilidade enunciada na Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, apresentada acima por Neves (2007), torna-se interessante

transcrever o artigo que fala sobre o respeito pela Vulnerabilidade Humana e pela Integridade Individual:

Artigo 8 – Respeito pela Vulnerabilidade Humana e pela Integridade Individual. A vulnerabilidade humana deve ser levada em consideração na aplicação e no avanço do conhecimento científico, das práticas médicas e de tecnologias associadas. Indivíduos e grupos de vulnerabilidade específica devem ser protegidos e a integridade individual de cada um deve ser respeitada.

Nessa perspectiva colocada por Neves (2007), inclui-se a População em Situação de Rua que vivencia a falta de proteção no seu cotidiano, capitaneada pela ausência de uma efetiva política pública. Nesse caso, a vulnerabilidade é criada e muitas vezes justificada, pois a não maleficência ou aquilo que é possível evitar pode ser diferente ou trazer um resultado a não causar prejuízos à vida das pessoas em situação de vulnerabilidade induzida.

Kemp (2004, p. 36) diz que os princípios de vulnerabilidade, autonomia, integridade e dignidade são interdependentes e se complementam auxiliando na prática da bioética. Desse modo, a afirmação dos direitos elementares da dignidade humana acompanhado de uma opção fundamental pela vida, tende a ser transformador dessa mesma realidade.

Garrafa e Prado (2002, p. 80) também exprimem a importância do termo vulnerabilidade para o entendimento de certas questões bioéticas:

[...] Os problemas sociais, por mais cruciais que se mostrem são reduzidos às suas dimensões biológicas. O indivíduo-cidadão passa a ser desconsiderado e criam-se “categorias de indivíduos” ou “subindivíduos”, que merecerão abordagens especiais, “cientificamente” definidas e “diplomaticamente” determinadas em um novo contexto “humanitário” mundial. Nesse sentido, para que se analise detalhadamente toda essa questão, é indispensável que seja discutido, à luz da bioética, o significado de vulnerabilidade dos sujeitos sociais (individual e coletivamente considerados) [...].

A vulnerabilidade colocada por Garrafa e Prado (2002) remete às constantes violações de direitos a que estão sujeitas as pessoas que vivem nas ruas ou mesmo trabalham nas ruas e lixões de nossas cidades, que vêm já há algum tempo gerando debates acerca da falta de mecanismos específicos de apoio na sua defesa e promoção.

Os homicídios, as remoções arbitrárias, a falta de acesso às Políticas Públicas, a discriminação e o preconceito, fizeram com que movimentos organizados pela População em Situação de Rua e de Catadores de Materiais Recicláveis, juntamente

com instituições parceiras como a Pastoral do Povo da Rua, formulassem a proposta de criação de um Centro de Defesa dos Direitos Humanos, capaz de responder a esses desafios.

Kottow (2004, p.71) faz importante consideração em relação à preocupação da bioética com a vulnerabilidade do ser humano: “A bioética tem particular preocupação com essa vulnerabilidade secundária e circunstancial por causa dos riscos que correm as pessoas vulneráveis de serem prejudicadas pela exploração advindas das ações biomédicas”.

Porém, para além das ações biomédicas, no Brasil a implantação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis vem atender a um dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua, previsto no Decreto Presidencial 7.053/2009.

Nas pesquisas realizadas em relação à bioética e vulnerabilidade surge a seguinte questão: O que esperar da bioética em relação às pessoas vulneráveis? A resposta para esse questionamento foi encontrada nas ideias de Kottow (2004, p. 73):

[...] deve-se poder esperar que a reflexão bioética detecte e condene tudo o que maltrate pessoas vulneráveis ou predispostas. A predisposição dos destituídos a sofrer danos ou serem vítimas de ações malévolas é uma preocupação direta e essencial da bioética, o que nos leva a discutir a exploração.

Tendo em vista essa reflexão e fazendo uma breve síntese desta pesquisa, a População em Situação de Rua é constituída por pessoas ou famílias que tiveram praticamente todos os seus direitos humanos negados ou violados, em razão de uma série de ações ou omissões da família, comunidade, sociedade e do Poder Público, que resultaram na perda dos laços sociais. Outra categoria irmã da População em situação de Rua, os Catadores de Materiais Recicláveis, em sua maioria possuem trajetória de rua e, através do trabalho árduo, em condições insalubres, têm resistido a inúmeras privações para assegurar a sua sobrevivência.

Garrafa e Prado (2002, p. 80) também estabelecem a seguinte relação entre bioética e vulnerabilidade:

O surgimento e consolidação da Bioética aparecem ligados às conquistas referentes aos direitos humanos e também aos conflitos morais decorrentes dos rápidos e constantes avanços tecnológicos e científicos. E essa preocupação mundial com a retomada da reflexão ética tem a eticidade das pesquisas com sujeitos humanos como um de seus principais focos de

atenção, pela situação de vulnerabilidade dessas pessoas e a evidente necessidade de serem protegidas.

É importante assinalar que o sair das ruas constitui-se num processo que acontece com a superação do mero assistencialismo e aponta para a emancipação do sujeito em situação de rua, como afirmação dos direitos elementares para assegurar a vida.

Nesse sentido, no caso da área biomédica, Kottow (2004, p. 71) afirma que a bioética “[...] tem particular preocupação com essa vulnerabilidade secundária e circunstancial por causa dos riscos que correm as pessoas vulneráveis de serem prejudicadas pela exploração advinda de ações biomédicas”.

No campo da saúde, em relação à População em Situação de Rua, às Políticas Públicas assumidas pelo Governo Federal, está a garantia da atenção integral à saúde das pessoas em Situação de Rua e adequações das ações e serviços existentes, assegurando a equidade e o acesso universal no âmbito do Sistema Único de Saúde, com dispositivos de cuidados interdisciplinares e multiprofissionais.

3.4 AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA SOB A ÓTICA DA BIOÉTICA

A realidade da População em Situação de Rua expõe a ferida aberta de um sistema e sociedade que se organiza a partir de uma mentalidade elitista e ávida de lucro fácil, sem nenhum cuidado com a depredação ambiental e social.

E uma grave ferida têm sido os frequentes assassinatos da População de Rua. Não são de hoje os relatos de assassinatos dos ditos “moradores de rua”, contudo os crimes contra essa População em Situação de Rua estão se tornando corriqueiros nos grandes centros urbanos. Para citar um exemplo mais recente: em Curitiba no dia 28 de fevereiro de 2012, na Praça Santos Dumont, na Saldanha Marinho com Ermelino de Leão, Igor H., de 31 anos teve queimaduras de segundo grau no abdome, tórax, mãos e braços. Ele relatou ao Siate que estava dormindo, quando acordou com um líquido sobre o corpo, e em seguida foi ateadado fogo. Colegas de Igor disseram que viram uns rapazes carecas saírem correndo, e que pareciam *skinheads*. Esse fato somado à impunidade traz preocupações quanto à extrema vulnerabilidade da População em Situação de Rua.

Em entrevista com Samuel Rodrigues, ao partilhar sua vivência e superação na rua, expõe que a vida na rua, muitas vezes, leva ao extremo da resistência humana e “tem nos forjado, cotidianamente, com pensadores da nossa própria causa e história”.

Muitas vezes a rua pode apresentar-se como o pior dos lugares para viver. Para ele, a falta de habilidade para viver na rua, os coloca em grande desvantagem com relação às demais pessoas da sociedade. Enfatiza ainda “o que vivemos no dia a dia vai nos calejando e nos preparando para a guerra que se intensifica cada vez mais”. O sofrimento decorrente do frio intenso e da chuva não são nada diante das violações por parte das autoridades e da sociedade. “Tais violações causam danos muitas vezes irreversíveis ou até mesmo a morte de muitos de nós”, desabafa Samuel por ocasião da inauguração do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (CNDDH) da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais recicláveis, em 2011.

As pessoas em Situação de Rua podem ser consideradas vulneráveis por não possuírem as condições mínimas de sobrevivência e por estarem fragilizadas, propensas a serem “feridas”, uma vez que já estão sendo privadas de seus direitos básicos. Isto decorre do fato de a sociedade estar organizada dentro de um sistema que elege o lucro como valor mais importante que a vida do ser humano.

Nessa perspectiva da realidade social contemporânea, ninguém reconhece que a população de rua como grupo humano tem direitos. Apresenta-se como aparentemente sem direitos, sem casa, sem terra, sem cidade. Nesse cenário de um grupo humano sem direitos pode-se observar um aumento do número de chacinas, e com execuções e barbárie cada vez mais fortes e absurdas como atear fogo em moradores de rua que dormem nas calçadas e embaixo de marquises. De fato, o atear fogo a essas pessoas tem-se tornando uma prática comum nos grandes centros urbanos, como se a população em Situação de Rua não fosse ser humano, uma vez que geralmente esses casos ficam na impunidade.

A intolerância ao diferente e de maneira peculiar quando esse diferente é um “morador de rua” tem sua justificativa ideológica na indiferença diante da violação dos Direitos Humanos relacionados a esse grupo humano. Em sua batalha diária contra o frio, o ódio e o preconceito a População em Situação de Rua busca criar alternativas quando se senta para pensar juntos no Ministério Público, na Pastoral, no Sindicato dos Trabalhadores que trabalham na Justiça e outros espaços,

Falando em pessoas em Situação de Rua, não se pode deixar de relatar as seguintes afirmações do teólogo Assman (1994, p.5), feitas em seu livro “Crítica à Lógica da Exclusão” em relação aos excluídos da sociedade:

Trata-se de ingentes multidões de seres humanos descartáveis (*expandable*, como se passou a chamá-los em inglês), que já não se encaixam na “lei da rentabilidade”, nem representam “valor” econômico, como o eram os escravos. Como fazer para que a sua dignidade humana volte a ser a referência de “valor”? Nem sequer parece correto aplicar-lhes o conceito clássico de “exército industrial de reserva”, porque só uns poucos deles entram nos cálculos de rotatividade do trabalho barato.

Oliveira, Villapouca e Barroso (2006, p. 33) também vêm reafirmar a importância da bioética e seu papel frente à proteção e o auxílio aos mais necessitados quando dizem que cabe à bioética brasileira: “[...] a tarefa de ressaltar a proteção dos suscetíveis, desamparados, excluídos, com autonomia reduzida, bem como dos oprimidos”.

Outra abordagem da vulnerabilidade que se aplica à população estudada é o de Busso (2001, p. 25), que assim argumenta:

O enfoque da vulnerabilidade tem como potencialidade contribuir para identificar indivíduos, grupos e comunidades que por sua menor dotação de ativos e diversificação de estratégias estão expostos a maiores níveis de risco por alterações significativas nos planos sociais, políticos e econômicos que afetam suas condições de vida individual, familiar e comunitária.

Registra-se aqui o nascimento de um novo sujeito político, o morador de rua, aqui denominado População em Situação de Rua, que lança sobre a cidade outro olhar. Atribui novas funções aos espaços públicos e às instituições, expressa seu desejo de viver com dignidade e de ser respeitado. Ele tem direito, é assegurado pelas leis e pela Constituição. O Estado deve dar proteção a esse cidadão, e criar condições para que ele possa exercer plenamente sua cidadania, implementando Políticas Públicas que atinjam suas demandas e necessidades. Isso tendo em vista a transformação da realidade que gera vulnerabilidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos garante que todos devem ser reconhecidos e protegidos por lei, sem discriminação e violências. Por exemplo: se alguém sem recursos estiver com alguma pendência na Justiça, terá direito a ser defendido por um advogado, gratuitamente, e a ter uma audiência justa e pública porque é um cidadão e deve ser tratado como tal.

Vale recordar que no Brasil, esses direitos, mesmo para aqueles que não têm moradia, estão assegurados na Constituição Federal, lei que está acima de todas as outras leis. Faz-se necessário fugir da ideologia que afirma que os sem casa, sem terra, e demais despossuídos não têm direitos, muitas vezes querendo criminalizá-los quando se

organizam para assegurar direitos. A População em Situação de Rua tem buscado organizar-se com o objetivo de lutar por esses direitos e assim conquistar as Políticas Públicas desse seu processo inicial de discussão.

Pessini e Barchifontaine (2010, p. 41) falam sobre a diversidade de temas que podem ser estudados sob a ótica da bioética. Revelam que além das questões sociais que, por exemplo, envolvem as pessoas em situação de rua, a bioética apresenta estudos na área de “cibernética, clonagem, dignidade humana, embrião e feto, pesquisa com células-tronco embrionárias, tecnologia médica e melhoramento humano, nanotecnologia, o envelhecer e o idoso”, entre outros.

Garrafa e Porto (2004, p.35) fazem importantes considerações em relação ao aparecimento dos debates bioéticos relacionados aos problemas dos países periféricos como é o caso da População em Situação Rua:

A partir dos anos 1990, novas perspectivas teóricas críticas emergiram no contexto da bioética. Esses questionamentos trouxeram para a pauta dos debates mundiais aspectos até então considerados apenas tangencialmente pelas abordagens tradicionais. Problemas persistentes constatados no cotidiano dos países periféricos – como a exclusão social e a concentração de poder; a globalização econômica internacional e a evasão dramática de divisas das nações mais pobres para os países centrais; a inacessibilidade dos grupos economicamente vulneráveis às conquistas do desenvolvimento científico e tecnológico; e a desigualdade de acesso das pessoas pobres aos bens de consumo básicos indispensáveis à sobrevivência humana com dignidade, entre outros aspectos – passaram a ser parte obrigatória de pauta dos pesquisadores que desejam trabalhar com uma bioética transformadora, comprometida e identificada com a realidade dos chamados países “em desenvolvimento”.

E ainda acrescentam Garrafa e Porto (2004, p. 35):

Deve-se ter em mente que, entre outras razões, a bioética surgiu para reforçar o lado mais frágil de qualquer inter-relação historicamente determinada. Diante disso, é fundamental que a bioética dos países periféricos, e os da América Latina, particularmente, passem a não aceitar mais o crescente processo de despolitização dos conflitos morais. O que está acontecendo, muitas vezes, é a utilização de justificativas bioéticas como “instrumentos”, como “ferramentas” metodológicas, que acabam servindo de modo neutral apenas para a leitura e interpretação (acríticas) dos conflitos, por mais dramáticos que sejam. Dessa maneira, é atenuada (e até mesmo anulada, apagada...) a gravidade das diferentes situações, principalmente aquelas coletivas e que, portanto, acarretam as mais profundas distorções sociais.

Ligando à realidade da População em Situação de Rua, percebe-se uma identificação com essa bioética transformadora. Questiona-se a ausência de política

pública local, pois entende-se que o principal patrimônio de um país ou de um município são as pessoas e não apenas os monumentos e as praças da cidade. As autoridades não podem cuidar unicamente dos bens materiais (prédios, ruas, calçadas, canteiros); elas têm que levar em conta as pessoas que se estabeleceram nos lugares públicos ou que precisam desses espaços para sobreviver. Como diz o artigo 3º da Constituição Federal de 1988, o objetivo do país é construir uma sociedade justa e solidária, acabar com a pobreza e diminuir as desigualdades sociais. Qualquer pessoa em Situação de Rua que sofrer ameaça, ou prejuízo a algum direito poderá, gratuitamente, pedir na Justiça a punição dos responsáveis. Ninguém pode ser ameaçado de prisão ou ser preso ilegalmente.

Todos devem ser tratados com respeito (Constituição Federal de 1988, art. 5º). Se houver abuso de poder ou ilegalidade, qualquer pessoa poderá requerer o pedido de *habeas corpus* para o juiz de Direito, gratuitamente, sem necessidade de um advogado como mediador. O *habeas corpus* é um pedido feito ao juiz para que ele conceda liberdade ao preso.

As pessoas têm o direito de ficar nos espaços públicos e são livres para estar nesses locais, não podendo ser desrespeitadas no seu direito de ir, vir e permanecer. Porém o que mais observa-se são às violações dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua em Curitiba e também em outros centros urbanos.

Nas entrevistas realizadas com homens e mulheres em situação de Rua, nenhum deles afirmou estar na rua por filosofia de vida, ou por querer, como se manifesta no senso comum. A grande maioria da População em Situação de Rua afirma que não queria estar na rua. A rua foi resultado de um infortúnio e tem sido causa de muito medo e sofrimentos. A rua para alguns iniciou sendo um lugar passageiro e muitos desses lugares ganharam adaptação e o que era para ser provisório vai ganhando um caráter permanente.

Neste sentido, o Entrevistado I assim argumenta: “ah morar na rua ninguém quer né, ninguém quer comer coisa de lixo né”. Ao ser questionado sobre os motivos que o levou a morar na rua, relatou o Entrevistado B: “Meus pais separaram quando eu tinha sete anos de idade, meu pai foi por um lado e minha mãe para o outro. Morei um tempo com meu pai e depois com minha mãe, eu, minha irmã e meu padrasto, mas, quando eu chegava em casa meu padrasto não gostava de mim e eu não gostava dele, gerava muita briga e muita confusão e aí fui morar na rua. Fui morar em albergue, em casas especiais, morei na rua [...] uma situação muito complicada [...] meu

padraço bebia né [...] daí quando eu chegava em casa ele queria me bater me surrar né [...] eu pegava e escapava, saia correndo ia para o jardim, ficava na rua ficava lá e ele me olhava com cara feia [...]”.

O Entrevistado C também relatou: “o principal fator que me levou a morar na rua mesmo é muita discussão, [...] discutir em família [...] existe muita coisa de jovem, liberdade [...] até você ter uma cabeça formada, não imagina a consequência”.

Portanto, observa-se a partir das entrevistas que essa afirmação de que estão na rua porque querem, não tem sustentação, pois essas pessoas têm motivos que as levaram a tomar a decisão de morar na rua, sendo o principal, com base nos relatos a violência no âmbito doméstico. A maioria quer sair dessa realidade, mas, os graves empecilhos ocasionados pelo desrespeito à vida dos mais pobres e omissão do Estado diante da responsabilidade de promover a cidadania e inclusão social, tem dificultado um desfecho adequado ao que se pretende como superação da miséria e da fome.

Braz e Schramm (2011, p. 2036) falam sobre o envolvimento da bioética com as questões da vulnerabilidade, dentre essas, as questões socioeconômicas que por sua vez envolvem as pessoas em situação de rua:

A bioética, que já completou quarenta anos, tem-se debruçado sobre as questões envolvidas com a vulnerabilidade e a possibilidade de exploração de populações suscetíveis, seja por motivos socioeconômicos, culturais, seja por problemas de saúde física ou mental.

Isso revela a vocação da bioética, na abertura em ver o todo do ser humano e o que o envolve, como o ser vulnerabilizado. Emerge aqui a pertinência de uma ética prática, de modo especial na afirmação da dignidade da vida de todo ser humano.

Em relação ao papel da bioética sobre as pessoas mais vulneráveis, Siqueira (2007, p. 26) afirma que “a bioética pede que deixemos o conforto de nossas macias poltronas e assumamos a direção do teatro da vida para encenar novo enredo que reconheça plena cidadania a todos os seres humanos, sobretudo aos mais vulneráveis”.

Oliveira, Villapouca e Barroso (2006, p. 34) afirmam que “[...] a bioética brasileira destaca o Estado como agente principal na superação de fragilidade pessoal e coletiva. Principalmente, no tocante ao papel estatal na alocação de recursos e na supressão das iniquidades sociais”.

Neves (2007, p. 31) observa que: “com efeito, a qualificação de pessoas e populações como vulneráveis impõe a obrigatoriedade ética de sua defesa e proteção, para que não sejam feridas, maltratadas, abusadas”.

Assim, no próximo item será apresentado um pouco mais da bioética considerada aqui como brasileira e latino-americana, neste caso, a Bioética de Proteção e Bioética de Intervenção.

3.5 BIOÉTICA DE PROTEÇÃO

Essa bioética cujo representante é o filósofo Fermin Roland Schramm (2008) traz algo novo no contexto da bioética brasileira, lugar social de grandes desigualdades e injustiças. Essa vertente da bioética diz respeito diretamente aos sujeitos vulnerados em situação de risco de serem feridos, sem plena autonomia e muitas vezes resultado de políticas injustas e excludentes. Pode-se aqui identificar grande parcela da População em Situação de Rua, como expressão mais contundente dos vulnerados do cenário urbano não apenas de Curitiba, mas dos grandes centros urbanos do Brasil.

A Bioética de Proteção visa a refletir, a descrever e também a resolver conflitos de interesses entre quem tem dinheiro e, portanto, acesso aos mais avançados meios tecnológicos e os que não têm nem o suficiente para alimentar-se durante um dia. Esta bioética trata das realidades em situação de vulnerabilidade e aqui se pode incluir a População em Situação de Rua.

Schramm (2008, p. 11) busca traçar o sentido e o contexto da Bioética de Proteção ao esclarecer que:

A expressão Bioética da Proteção contém dois conceitos: 1) ‘bioética’, com o significado genérico de ética da vida, e 2) ‘proteção’, que indica uma prática consistente em dar amparo a quem necessita e que se refere à função principal do *ethos*, que é, justamente, a de proteger os vulnerados (e não genericamente os “vulneráveis”). Mas, bioética pode ter um significado mais restrito, pois é, literalmente, a ética aplicada ao *bíos*, à vida humana naquilo que ela teria de específico: a vida moral, isto é, a competência em distinguir entre o bem e o mal, que constituiria – de acordo com Montalcini – **o mais alto grau da evolução darwinista**. Tais conceitos estão, por um lado, intimamente ligados, mas, por outro, também distintos. Ligados porque, com a emergência, cada vez mais patente, de amplos grupos humanos indigentes, vulnerados e excluídos da globalização, e das questões ambientais percebidas e ‘sentidas’ em termos catastróficos, a **bioética** parece instada a assumir tais questões como uma de suas preocupações específicas, e a dar soluções normativas e pragmáticas para tentar resolvê-las da maneira mais razoável e justa possível.

O conceito “proteção” compreende a ação moral do compromisso com a defesa da vida do vulnerado, identificando a raiz que gera a vulnerabilidade para então apontar os problemas e exigir respostas de quem os promove como o Poder Público refém da classe dominante, quando, pela sua função e natureza, deveria proteger e assegurar vida digna a todos os membros da sociedade, de modo especial os que se encontram em risco de vulnerabilidade (SCHRAMM, 2008). Um Estado ausente de sua responsabilidade para com todos os cidadãos torna-se um Estado de barbárie e injustiças consentidas.

Do ponto de vista teórico, segundo Schramm (2011), o projeto da bioética de proteção surgiu da necessidade de pensar uma ferramenta distinta do tradicional principialismo bioético, tendo em conta as especificidades dos intitulados países em desenvolvimento e subdesenvolvimento, nos quais prevalece a pobreza, a dependência e a falta de poder, como é a condição humana da maioria da população. Com mais precisão analítica a bioética de proteção: se ocupa de compreender os conflitos da maneira mais racional e imparcial possível; e também se preocupa em resolver conflitos indicando ferramentas apropriadas para proscrever os comportamentos considerados incorretos e prescrever aqueles considerados corretos, graças à correta articulação entre fornecer os meios práticos capazes de proteger suficientemente os envolvidos em conflitos.

A Bioética de Proteção, no entender de Schramm (2008, p.17), esclarece que os interesses em conflitos resultam em outro tipo de conflitos “chamados – conflitos morais – e que só podem ser resolvidos dando suporte (protegendo) aos afetados para que possam desenvolver suas potencialidades e deixem de precisar dessa proteção”. Identifica-se aqui um aspecto da autonomia do vulnerado, no sentido de promover sua emancipação da situação que o aflige.

As Políticas Públicas de distribuição de recursos em saúde, com restrições de acesso a determinadas tecnologias, dão origem a dilemas éticos relacionados aos princípios de beneficência, não maleficência, autonomia, justiça e dignidade da natureza humana. Tudo isto para tratá-lo como fim e não como meio, na tomada de decisão diante desses dilemas quando devem ser considerados valores sociais, éticos e critérios técnicos. A Bioética de Proteção reconhece as desigualdades que ferem a estrutura social, preocupa-se com a população e com as maiorias que sofrem restrições da liberdade decorrentes de privações, falta de emancipação, predisposição ao aumento de susceptibilidades e possibilidades de serem feridos.

Essa bioética tem como característica principal, a proteção, entendida aqui como dimensão ética, que vem participando da vida política, social e filosófica. Instalada na base da trama social que tem no modo de ação preventiva a finalidade de colocar cada ser humano em condição de segurança. Para Kottow (2003, p. 72), além da vulnerabilidade intrínseca à existência humana, “alguns indivíduos são afetados por circunstâncias desfavoráveis nas quais a pobreza, a falta de educação, as dificuldades geográficas, as doenças crônicas e endêmicas ou outros infortúnios os tornam ainda mais vulneráveis”.

Ao abordar esses aspectos, Kottow (2006, p. 35), nessa perspectiva, define a bioética como:

Uma disciplina que amalgama conhecimentos teóricos de ética se submete aos rigores do debate analítico, abre-se para o conhecimento empírico e o incorpora à medida que o requer para avaliar as realidades, as projeções, os dilemas e as situações problemáticas que ocorrem no âmbito da reflexão. O discurso da bioética se submete a critérios de racionalidade, razoabilidade ou plausibilidade, prudência, coerência interna dos pronunciamentos e coerência externa do que é asseverado em relação aos antecedentes históricos e à realidade social contemporânea.

A partir de 2005, a bioética é marcada por um fato histórico e de suma importância, que foi a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, estimulando o diálogo frente às questões sociais e desigualdades no mundo. A Bioética da Proteção e a Bioética de Intervenção encontram-se inseridas nessas preocupações, quando articulam um pensar bioético para além do principialismo, ao observar a realidade latino-americana e constatar a realidade de exclusão social, injustiças e ausência de Políticas Públicas que acabam por gerar mais situações de vulnerabilidade e vulnerados como é o caso da População em Situação de Rua com um crescimento cada vez mais visível em Curitiba.

3.6 BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO

Entre seus teóricos, destacam-se Volnei Garrafa e Dora Porto. Aqui também a realidade da População em Situação de Rua encontra guarida. Conforme Anjos (2007, p. 168),

A Bioética de Intervenção entende a necessidade de abarcar a totalidade dos sujeitos sociais, analisando as relações de poder entre os indivíduos, grupos e

segmentos e os padrões éticos que orientam tais relações, a fim de revelar e provocar a reflexão sobre as desigualdades sociais.

Para Garrafa (2005), a Bioética da intervenção pretende apontar em que direção deve conduzir-se a luta política para garantir tal liberdade, sua adoção viabiliza a luta das cidadãs e cidadãos que logram sua inclusão social, seja no contexto ou nos contextos mais amplos, a partir da tomada de consciência sobre as forças que os oprimem e pela ação concreta entre elas.

A intervenção deve ocorrer para preservar a todos os seres humanos os direitos de primeira geração, relacionados ao reconhecimento da condição de pessoa como requisito único, universal e exclusivo para a titularidade de direitos, lembrando que os direitos individuais relacionam-se à sobrevivência física, social dos seres humanos. (PORTO; GARAFFA, 2007).

Observamos que no Brasil se encontra uma das mais graves e inaceitáveis desigualdades sociais. A População em Situação de Rua, grupos humanos vulnerados tornam o espelho que reflete essa realidade de exclusão, que não se pode mais esconder. Um dos aspectos desse fenômeno está na lógica de exclusão e descarte desses grupos humanos pelo capitalismo neoliberal, desafio para a bioética diante da vida ameaçada dos vulnerados, descartados pelo mercado e invisibilizados pelo poder público. Em Curitiba o poder público deve ser considerado um exemplo dos que buscam invisibilizar esse grupo humano. A prova está na resistência e negação, por parte da Prefeitura através da Fundação de Ação Social (FAS), em relação aos dados coletados pelo MDS em 2008.

O município de Curitiba, ao contestar dados do MDS, que identificou 2.776 pessoas adultas em Situação de Rua na cidade, afirma que existem apenas 1.095 pessoas vivendo na rua na capital, segundo o diretor de Proteção Social da FAS que entende que “houve um equívoco nessa pesquisa” do MDS (CRISTO, 2005, p. 1). Contudo os dados da pesquisa do MDS são respaldados pelo MNPR que inclusive, segundo Leonildo Monteiro, “esse número já deve ter aumentado”.

Retomando a bioética para esse fato, faz-se necessário indagar ao poder público municipal de Curitiba, como conseguiu esconder ou colocar na invisibilidade mais de 1.680 pessoas em Situação de Rua. As reclamações da População em Situação de Rua frente ao tratamento recebido em Curitiba vêm se arrastando por vários anos e mesmo recentemente, quando em 2009, a Presidência da República, com o decreto 7.053

instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, as autoridades municipais não demonstraram qualquer interesse em implementar essa política de abrangência nacional. No município de Curitiba, como afirmam as lideranças do MNPR, “caminha em marcha ré”. Repete-se o dilema de que quando há uma Política Pública Nacional, específica, nesse caso, para a População em Situação de Rua depara-se com o imobilismo do poder público municipal. Nesse sentido, a omissão do município vai de certa forma, agravando a situação dos historicamente vulnerados.

Desse modo, a Bioética de Intervenção se aproxima e se compromete com a realidade desses vulnerados, contudo na perspectiva de superação e emancipação da realidade que necessita ser transformada para não criar dependência. Entende-se também que esse processo emancipatório deve contar com a plena participação do sujeito vulnerado para que seja uma conquista pessoal, que inicia na pessoa que decide emancipar-se e transforma o coletivo, o que pode resultar em mudanças objetivas da realidade. Compreende ao mesmo tempo transformação pessoal e transformação coletiva.

Argumentam Garrafa e Dora (2003, p.36) que

Este novo enfoque teórico, propõe uma aliança concreta com o lado historicamente mais frágil da sociedade, incluindo a reanálise de diferentes dilemas entre os quais **autonomia versus justiça/equidade**, benefícios individuais, *versus* benefícios coletivos, individualismo *versus* solidariedade; omissão *versus* participação, mudanças superficiais e temporárias *versus* transformações concretas e permanentes.

Essa Bioética aposta numa mudança de atitude em relação ao mercado, ao consumo, da despreocupação com a depredação do meio ambiente e da vida como um todo para uma preocupação que desperta cidadania. Faz-se necessário colocar um freio na avidez por lucros fáceis e mesmo uma rigorosa fiscalização e controle da sociedade frente ao acelerado processo de depredação da biodiversidade restante e ao mesmo tempo reafirmar os valores como a dignidade da vida e justiça no caso da População em Situação de Rua.

Para Garrafa (2005), a Bioética da intervenção pretende apontar em que direção se deve conduzir a luta política para garantir tal liberdade, sua adoção viabiliza a luta das cidadãs e cidadãos que logram sua inclusão social, seja no contexto, seja nos

contextos mais amplos, a partir da tomada de consciência sobre as forças que os oprimem e pela ação concreta entre elas.

Siqueira, Porto e Fortes (2007, p.172), ao tratarem das linhas temáticas da Bioética no Brasil afirmam que:

A Bioética de Intervenção propõe incluir estes temas na pauta para reflexão de todos os pesquisadores que desejam trabalhar por uma bioética transformadora, comprometida e identificada com a dura realidade dos problemas persistentes que envergonham a humanidade que ingressa nesse novo milênio já envelhecida moralmente. Avalia que somente utilizando-se o instrumento da luta política, pode-se garantir a libertação da imensa legião dos marginalizados sociais que o modelo capitalista gerou. Conclama os intelectuais dos países periféricos a não mais aceitarem o crescente processo de despolitização dos conflitos morais proposto pelos modelos de reflexão oriundo dos países centrais.

Por ocasião do VI Congresso Mundial de Bioética, cujo tema central foi Bioética: poder e injustiça, Volnei Garrafa e Dora Porto propuseram uma ética de intervenção diante da despolitização dos conflitos morais e indiferença frente às injustiças sociais. Apresentam desse modo, a proposta de bioética dura como bioética de intervenção, sendo uma forma de defesa dos mais excluídos e abandonados por conta das estruturas injustas e desumanas, que geram vulnerabilidade aos mais pobres e excluídos, agora cada vez mais globalizada.

A Bioética da Proteção, assim como a da Intervenção, colocam em evidência as questões que geram exclusão social e miséria, fato a que a Teologia da Libertação já havia refletido, anteriormente.

Esse diálogo pode romper as barreiras, e a bioética, segundo Anjos (2003), pode ganhar muito com a libertação dos preconceitos que cercam o diálogo interdisciplinar do qual ela se alimenta e constitui seu caráter. Defende, portanto, a libertação da Teologia e a Libertação da Bioética para que se possa criar as condições mínimas para o diálogo interpluritranstisciplinar.

É importante assinalar que para a bioética da intervenção e a inclusão social é a ação cotidiana de pessoas concretas e precisa ser tomada na dimensão política como um processo no qual os sujeitos sociais articulam sua ação. Nascimento e Garrafa (2011, p.297) enfatizam que a Bioética da intervenção propõe a chamada solidariedade crítica como um dos caminhos possíveis na busca e na conquista, principalmente para os grupos mais desvalidos e vulneráveis da sociedade.

Ao analisar a revolução neoliberal no Brasil na década de 90, e o agravamento da exclusão social, Inácio Neutzling (2003, p.112) argumenta em relação às mudanças que:

O trabalho que era predominantemente manual passa a ser cada vez mais intelectual. Passa-se do material ao imaterial. [...] O paradigma mudou [...]. Desse modo Neutzling, (2003, 112) entende que não é possível criar um novo projeto de nação, onde caibam todos e todas, sem a criação de uma nova cultura, a cultura da solidariedade em contraposição a cultura da competitividade hegemônica.

Para ele a missão de todos e todas seria:

Criar um novo imaginário onde conste a possibilidade de refazer e de recriar um país, uma nação onde todos e todas possam viver em comum, felizes e seguros. Pensar a transformação social, educar para ela, sabendo dar razões da esperança, é se empenhar com audácia, na busca e na nossa capacidade de pensar um projeto de país onde caibam todos e todas.

A População em Situação de Rua, como resultado de uma violência institucionalizada configurando uma realidade de vulnerabilidade e complexidade, aponta para a necessidade de se viabilizar um diálogo entre Teologia e Bioética, tendo em vista avançar na promoção e afirmação da dignidade de cada ser humano, de modo especial os mais empobrecidos e vulnerabilizados, que almejam a superação desta realidade.

No capítulo seguinte se desenvolverá a reflexão a partir da teologia e em diálogo com a bioética frente aos desafios para o enfrentamento da realidade da População em Situação de Rua. Também a Pastoral do Povo da Rua e seu proceder são analisados.

4 A TEOLOGIA E BIOÉTICA NO TRATAMENTO DA VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O compromisso com os pobres dentro de uma perspectiva teológica não se limita ao espaço social, mas encerra em si um conteúdo profundamente espiritual e um fundamento cristológico. O evangelho de Lucas nos traz uma questionadora parábola do **mau rico e do pobre Lázaro**, da qual recordamos aqui apenas duas frases: “Havia um homem rico que se vestia de púrpura e linho fino, e dava banquete todos os dias e um pobre chamado Lázaro, cheio de feridas, que estava caído à porta do rico...” (Lc 16,19 e 20). É essa a situação da humanidade hoje. Lázaro representa o pobre, que é jogado a insignificância, submetido ao anonimato e nas estruturas sociopolíticoeconômicas, são considerados como peças descartáveis.

Do ponto de vista da Teologia da Libertação, em sua postura profético-crítico do sistema, os marginalizados são na maioria das vezes, fruto e vítimas de um sistema econômico-social. Observa-se também que hoje há diversas dimensões de pobreza: física, monetária, de informação, de conhecimento, de uso e acesso às novas tecnologias. A exclusão social que se busca conhecer além de suas origens econômicas, caracteriza-se pela falta de pertencimento social, de perspectivas e de esperanças. A sociedade tende a menosprezar o diferente. O mundo da riqueza pensa que já possui “salvação” e os meios que conduzem a ela são a riqueza e a avareza. No entanto não haverá salvação e nem humanização, se do mundo dos pobres não procederem impulsos redentores, como aponta a narração do Evangelho de Lucas.

A Teologia da Libertação se apresenta para o nosso objeto de estudo como um campo fértil de reflexão. Segundo Clodovis Boff, a essa “conseguiu reencontrar a organicidade fundamental da teologia graças a seu horizonte específico – a libertação, que é ao mesmo tempo profundamente bíblico e decididamente vital” (2009, p.617). Para esse teólogo⁷ essas articulam o enfoque originário da fé, ancorado na Escritura com o enfoque da libertação direcionada à prática.

⁷ Para Clodovis Boff a origem semântica do termo teologia tem suas origens na antiguidade greco-romana: “Em sua origem histórico-filológica, a palavra grega ‘Teologia’ era o que significa literalmente: uma palavra (*logos*) divina (*theos*). Continha uma conotação de proclamação: era anúncio sobre Deus ou sobre os deuses, Primitivamente eram chamados de ‘teólogos’ os poetas religiosos, os sacerdotes de Delfos ou os ministros de culto do imperador. Portanto, mais que um conteúdo doutrinário, ‘teologia’ tinha um conteúdo homológico (confissão de fé) e profético (proclamação). (2009, p. 548).

A Teologia da Libertação se desdobrou em diversos campos como: liturgia da libertação, cristologia da libertação, espiritualidade da libertação, ética da libertação sem com isso perder a unidade de fundo.

Neste capítulo contemplamos alguns aspectos da Teologia da Libertação latino-americana para tratar do fenômeno da População em Situação de Rua dos grandes centros urbanos e em particular, o da cidade de Curitiba/PR. Serão também abordadas questões que envolvem a relação entre Teologia e Bioética. Em ambas se fazem presentes sinais de Esperança e perspectivas de futuro para os mais necessitados da sociedade. A Pastoral do Povo da Rua é aqui analisada a partir de suas ações que a identificam na mística de uma Igreja samaritana, que busca tornar o amor uma prática concreta conforme a parábola do Bom Samaritano (Lc 10,25-37). Essa Pastoral tem-se configurado como uma das principais aliadas nas lutas pelos direitos e dignidade da vida da População em Situação de Rua em âmbito nacional e em sua fase embrionária na Arquidiocese de Curitiba.

De acordo com o Documento de Aparecida, em seu número 508: “A opção preferencial pelos pobres de raiz evangélica, exige atuação pastoral voltada aos construtores da sociedade”, pois os pobres hoje não estão apenas à porta dos ricos. Os pobres lutam em busca de condições melhores de vida, de fraternidade e de solidariedade. “A cidade, e os ambientes urbanos são lugares de liberdade e oportunidades para as pessoas se conhecerem e interagir, mas são também lugares de pobreza, violência, individualismo e exclusão”.

Nos pobres deste mundo, a teologia deve perguntar-se pelo lugar de encontrar a Deus. Para Sobrino, Medellín proclamou “a Igreja dos pobres” e remeteu a fé e a Igreja não mais ao mundo, mas aos pobres”. Esse autor faz o mesmo com a teologia (2008, p.112). A teologia, como atividade intelectual, concedeu aos pobres o privilégio hermenêutico. Dessa forma, a partir do dinamismo teológico do “a partir dos pobres” se pensou também o **lugar** de onde provém a salvação.

A opção preferencial foi também uma das preocupações do V CELAM (2007). Nos números 391, lê-se: “A opção preferencial pelos pobres é uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha”. O número 392 diz: “Nossa fé proclama que ‘Jesus Cristo é o rosto humano de Deus e o rosto divino do homem. Por isso, ‘a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza”. Assim, o mistério dos pobres nos leva a Deus e a seu Cristo. Os novos rostos pobres nos

impulsiona a distinguir, hoje entre as diversidades de formas de pobreza e a **fundura** humana, antropológica e social de qualquer uma delas e de todas elas em seu conjunto. Há um grande número de pessoas para as quais o fato de viver é uma carga pesada, cujo peso provém tanto de limitações naturais quanto históricas. As necessidades que configuram os pobres afetam em primeiro lugar os próprios pobres, mas também os que os geram e os que se comportam como expectadores.

Para o teólogo Ignacio Ellacuría (1984, p.163), ao procurar responder à questão em que sentido são “lugar teológico” os pobres na América Latina, responde:

Los pobres en América Latina son lugar teológico em cuanto constituyen La máxima y escandalosa presencia profética y apocalíptica Del Dios Cristiano y consiguientemente, el lugar privilegiado de La praxis y de La reflexión Cristiana. Esto lo vemos y lo palpamos en la realidad histórica y en los procesos que vive América Latina, y lo reconfirmamos en la lectura que desde ese lugar hacemos de La palabra de Dios y de toda historia de La Salvación.

Esclarecendo o que se entende por “lugar teológico” diz:

“Lugar Teológico”, se entiende aquí, en primer lugar, el lugar donde el Dios de Jesús se manifiesta de modo especial porque el Padre así lo há querido. Se manifiesta no solo a modo de iluminación relevante, sino también a modo de iluminación relevante, sino también a modo de a La conversión. Los dos aspectos están estrechamente enlazados entre si; sin conversión a los pobres, como lugar donde Dios se revela y llama, no se acerca uno adecuadamente a la realidad viva de Dios y a su luz clarificadora, y sin la presencia y gracia de Dios que se nos da en los pobres y a través de ellos, no hay posibilidad plena de conversión (ELLACURÍA, 1984, p.165).

A população em Situação de Rua encontra-se aqui nessa perspectiva, como lugar teológico, lugar da conversão e da experiência de Deus. São esses rostos atuais da pobreza que serão tratados no próximo item.

4.1 O ROSTO DOS NOVOS POBRES À LUZ DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

O modo como a Teologia da Libertação tratou da diversidade da pobreza lançou um questionamento radical e englobante à consciência humana e à maneira de perceber a fé cristã. Desde o seu início, a Teologia da Libertação teve presente as diferentes dimensões da pobreza. Ela foi atenta a não reduzir a pobreza somente ao seu aspecto econômico, mas parte do contexto de opressão e empobrecimento, vivenciado na América Latina. Hoje, é evidente que a pobreza se expressa em forma de fome, de

enfermidades relacionadas com a fome, com a violência intrafamiliar, extrafamiliar, com o abuso sexual, com prostituição forçada tanto virtual quanto real, problemas relacionados ao saneamento básico, etc. Muitas são as sequelas da pobreza que limitam o crescimento harmônico das pessoas, especialmente dos jovens e assim gera exclusão e alienação que afetam a própria identidade pessoal e social. Considerando que a pobreza econômica exprime profunda carência humana, antropológica e social, o que diz a Boa Nova de Jesus às vítimas da aniquilação e do empobrecimento antropológico, hoje? O olhar da Teologia da Libertação sobre a diversidade da pobreza alargou e aprofundou o mistério dos pobres.

Entre os diversos teólogos da libertação e suas contribuições destaca-se Gustavo Gutierrez, contemporâneo de Medellín (1968) e Puebla (1979), que escreve o primeiro tratado sistemático da Teologia da Libertação. Gutierrez (2003, p. 12) afirma que a Teologia da Libertação:

[...] Como toda compreensão da fé, ela nasce num lugar e num momento precisos, buscando responder a situações históricas mutáveis por natureza, situações que desafiam e, ao mesmo tempo, abrem novos caminhos para a tarefa evangelizadora da Igreja. A compreensão da fé é, por isso, permanente, como esforço de entendimento exigido pelo dom da fé, sendo ao mesmo tempo transciente enquanto resposta a interpelações concretas ao dado mundo cultural.

Em relação à Teologia da Libertação, Gutierrez (2003, p. 13) comenta, ainda:

Ao nosso ver, sua contribuição fundamental gira em torno da chamada opção preferencial pelos pobres. Ela ordena, aprofunda e, eventualmente, corrige muitos compromissos assumidos nesses anos, bem como as reflexões teológicas a eles vinculadas. A opção pelos pobres é radicalmente evangélica, constituindo, por isso, importante critério para a realização de uma triagem nos incontidos acontecimentos e correntes de pensamento dos nossos dias.

Hoje, em situação de grandes e graves desigualdades sociais e com a ditadura do sistema capitalista global, cada vez mais, grandes massas de grupos humanos tornaram-se os ditos “sobrantes” e são descartados pelo mesmo sistema que os criou. Diante da grande massa de excluídos a População em Situação de Rua torna-se a mais clara visibilidade da contradição deste sistema e suas promessas de um paraíso na terra via mercado. Daí a pertinência da Teologia da Libertação, que traz em seu interior a opção fundante e fundamental pelo pobre, o excluído e o refletir teologicamente a partir do

lugar social dos pobres, lugar da vulnerabilidade. E isto se dá na história e não fora dela, pois toda e qualquer opção traz consequências.

A variedade de enfoques depende da convicção teológica de cada um dos autores. Mas a história mostra que não costuma funcionar baseando-se em uma única explicação, por muito *omniexplicante* que pareça, e, sobretudo quando se trata do mistério. Por isso do fenômeno da diversidade de explicações talvez possa aprender duas coisas. Uma é que também nossa contribuição na linha da libertação, embora a consideremos positiva, precisará ser complementada pela dos outros, agora e no futuro. E a outra é o sentimento ao menos, e talvez também a convicção teórica, de que o confrontar-nos com a ressurreição de Jesus, o mistério da presença da escatologia na história - é a coisa que se deve fazer por princípio, embora sem fáceis concordismos nem ecletismos - ‘entre todos’ (SOBRINO, 2000, p. 56).

Os teólogos Libânio e Murad esclarecem que “o ser humano quer compreender sua fé. Pela fé, ele lança ponte intermédia que o liga a Deus. Não quer fazer qualquer estudo de Deus. [...] Portanto, a teologia define-se como reflexão crítica, sistemática sobre a inteligência de fé” (2007, p. 67). Já para Sobrino (2000, p. 106), a fé é também razoável, e sua razoabilidade, provém da conjunção de várias coisas, do cúmulo de indícios.

A primeira é a existência de textos que nos confrontam ao mesmo como pergunta pela presença escatológica na história, e dão a essa pergunta uma resposta positiva e quem responde parecem pessoas honradas. A segunda é a experiência em nossa atual história de algum tipo de encontro. A terceira é que a aceitação na fé da ressurreição de Jesus gera maior humanização pessoal, em suma, aqui como a fé em Deus, depende de cada pessoa o dizer-se a si mesma em que consiste o razoável dessa fé.

Codina expõe de forma clara que “a teologia não pode ser neutra, nem situar-se acima dos conflitos históricos existentes, mas deve optar pela leitura da realidade a partir dos deserdados da história” (1993, p.14). Nessa perspectiva e na trilha do diálogo Teologia e Bioética, o teólogo Sanches (2004, p. 126) apresenta a visão da Teologia como transcendência que inclui a realidade histórica:

A Teologia, que se alimenta da inspiração das religiões, afirma que a realidade humana e de toda a criação, com toda a sua complexidade, encontra seu sentido último a partir de uma perspectiva transcendente. Isto insere no debate, um dado novo e fundamental: as realidades temporais estão inseridas numa dimensão mais ampla, a da eternidade; os seres vivem exatamente com sua rica composição bioquímica, estão mergulhados num cosmo que só se explica pela existência do Absoluto, do Transcendente, do Eterno.

Nessa perspectiva, a Pastoral do Povo da Rua, relendo o Livro de Êxodo 14, 10ss, e 16, 3 mostra que Deus e o povo caminham no deserto **adentro e afora**. Os desafios do caminho e o medo de uma situação ainda pior que a anterior, desperta no povo a “saudades” do Egito e a vontade de recuar. O desejo de transformar-se em um “novo” faraó e oprimir seus irmãos, bem como o uso da religião para legitimar sua opressão é uma ameaça permanente, contra a qual os profetas não se cansam de denunciar e alertar.

Metz, ao referir-se ao Evangelho de João (Jo 6, 35.48) “Eu sou o pão da vida”, entende que o “pão da vida” eucarístico fortalece a nossa sensibilidade para o sofrimento e para os sofredores. Ele afirma:

Uma vida que se alimenta deste pão admite o sofrimento sob uma nova forma, mostra-nos os sofrimentos alheios, para que eles se tornem nossos sofrimentos. De novo não é tanto o sofrimento que nos faz alheio a nós próprios e nos priva da vida, quanto propriamente a repressão e a coisificação do sofrimento, a mera fuga do sofrimento. Só aquele que permanece capaz de sofrer, não faz os outros sofrerem arbitrariamente, mas se acha capacitado e está pronto a sofrer com os sofrimentos dos outros e a se inserir nas lutas de libertação dos torturados e explorados (METZ, 1984, p. 52).

Observa-se aqui uma proposta de engajamento a partir do ser solidário ao sofrimento do vulnerabilizado, da compaixão e indignação frente às injustiças que causam sofrimento. Essa perspectiva teológica de colocar-se no lugar do outro, estar ao lado e com a População em Situação de Rua, que a Pastoral do Povo da Rua busca vivenciar, carrega uma mística do companheirismo e solidariedade. A centralidade da Fé cristã recorda que em Jesus, Deus continua sendo **Deus Libertador e Criador**. Sua proximidade e comprometimento são tantos, que podem ser chamado “Abba”, paizinho: Nele se pode confiar, pois dele vem Salvação e vida. Em Jesus, Deus permanece o Deus dos pobres. Seu Reinado consiste exatamente em curar os doentes, recuperar a vista aos cegos, libertar os cativos, fazer sentarem-se à mesa os excluídos, anunciar e realizar a Boa Notícia aos pobres. Jesus participa do destino dos pobres pela cruz. Um Deus crucificado, muitas vezes recrucificado nas lutas dos pobres por dignidade e vida, como tem se revelado a População em Situação de Rua nesse estudo. Essa vive o mais completo despojamento, insegurança e vulnerabilidade.

O teólogo Sobrino, ao tratar deste tema, relata:

E o ‘povo crucificado’ não exprime uma negatividade qualquer, mas específica. Economistas e sociólogos falavam de mundo de miséria e

pobreza, de dependência, injustiça e opressão. Mas aos poucos, talvez com exceção monsenhor Romero [...] formularam a realidade com profundidade extremada que o conceito de povo crucificado exprime. [...] Este povo crucificado em sua negatividade é ‘signo’. Usando conceitos da *Gaudium et Spes*, n. 4 (1945), Ellacuría afirma que o povo crucificado caracteriza centralmente nosso tempo, não é só algo factual, que pode ser levado em conta, sem o qual ninguém toma sobre si, de modo cabal a realidade (SOBRINO, 2008, p. 21)

Ainda, esclarece Sobrino que Ellacuría conhecia bem a tradição bíblico-jesuânica, na qual a negatividade pode ser veículo de positividade,

Certamente, assim é em Cristo crucificado, confessado como filho de Deus e salvador, mas, em Marcos, sobretudo, o é em e através da cruz (Mc15, 38). Mais perto do nosso tema, Isaías apresenta, nos cânticos do servo de Javé (Is 52,13-53,12), uma figura misteriosa - real ou imaginária, indivíduo ou coletividade - destroçada pelos pecados do mundo e que traz salvação. Este servo é, em primeiro lugar, homem de dores, acostumado ao sofrimento, levado à morte - pelo que os outros fazem - sem defesa e sem justiça, depreciado, desprezado por todos. Em segundo lugar, não só não é considerado como possível salvador, mas exatamente o contrário; é considerado um leproso, condenado, ferido por Deus e humilhado, e aparece, além disso, como pecador: deram-lhe sepultura com os malfeitores e foi contado entre os pecadores (SOBRINO, 2008, p. 22).

Observando a População em Situação de Rua em Curitiba, crucificada no cotidiano das ruas, em busca da sobrevivência, nota-se uma identificação com esse relato de Isaías.

Sobrino (2008, p. 23) completa dizendo: “Então se diz que justificará a muitos. Em nossa linguagem se diz que salvará a todos, também seus vitimários, e a razão é que carregou os crimes deles”. O Reino de Deus, realidade de Deus e seu Povo, constituem e se definem por sua fidelidade aos pobres da terra, através de uma ação libertadora. O Evangelho de Mateus expõe com clareza “Todas às vezes que o fizestes a um desses mais pequeninos, que são meus irmãos, foi a mim que o fizestes” (Mt 25,40). E completa “cada vez que não o fizestes a um desses menores a mim também não fizestes (Mt 25,43).

Sobrino (2008, p. 121), ao tratar do Reino de Deus diz que “quando Deus reina, o mundo se torna o Reino de Deus, por isso antes do Reino, é preciso mencionar o Reinado de Deus. O reinado de Deus deve ser compreendido como libertação de opressões” (sinal do Reino)

Das ruas vêm os clamores, lamentos e súplicas que a População em Situação traz em seu sofrimento. Nas conversas com essa população, percebeu-se que vários deles/as

encontram em Deus a única força para continuar viver estando na situação de rua. São palavras dos sujeitos da pesquisa: “Ah, antes de eu sair por aí, peço forças para Deus que me abençoe, muito bem [...]” (B); “Eu sonho, eu acredito em Deus e luto para vencer os problemas” (C).

Os participantes da pesquisa revelam sentir a presença de Deus, sobretudo quando a solidão é quase absoluta. Percebem em Deus uma presença consoladora que faz com que não entreguem os pontos, mas deem a volta por cima, como disse o entrevistado N “como uma luz no fim do túnel”. São testemunhos de fé num contexto de desesperança e preconceitos. Relata o entrevistado I: “Olha, na verdade eu fico sentado né, rezando pedindo para Deus né, a gente não tem saída né. E às vezes parece do nada assim né! a chave do problema [...] às vezes o problema é resolvido que nem vejo [...] sem fazer mal para ninguém sem roubar né, às vezes é Deus né”.

Nesse sentido afirma o entrevistado A: “O momento mais duro e difícil na rua é quando você pega o trecho⁸ e sai sem rumo ou destino. Você não sabe o que vai acontecer e tem que estar preparado para tudo. Até para o pior. Todos os que já pegaram o trecho sabe o que é isso”.

Libânio e Murad (2007, p.35-36) também apresentam a ideia de teologia como companheira do homem moderno:

A teologia difere das outras ciências no sentido de querer ser mais companheira do que objeto a ser conhecido. As ciências oferecem elementos para que se organize, se pense, se construa o mundo e se aja nele. A teologia prefere dispor-se, de maneira gratuita, a ser companheira de viagem da solidão do homem moderno.

Para Gutiérrez (2000, p. 57), a teologia é inerente à vida que procura ser autêntica e plena, portanto, inerente à partilha dessa fé na comunidade eclesial:

Em todo crente, mais ainda, em toda comunidade cristã, há, pois um esboço de teologia, de esforço de compreensão da fé. Algo assim como uma pré-compreensão de uma fé que se fez vida, gesto, atitude concreta. Sobre essa base, e só graças a ela, é que se pode erguer o edifício da teologia, no sentido preciso é técnico do termo. Não é unicamente um ponto de partida. É o solo em que a reflexão teológica, tenaz e permanentemente, deita suas raízes e do qual extraí seu vigor.

⁸ Pegar o trecho aqui pode ser entendido, como luta pela sobrevivência em outro espaço. O trecho não é apenas o lugar da provação da dramaticidade, da fuga. Como deserto, ele é também o lugar da possibilidade, o lugar da busca, da luta: “a esperança é a última que morre”. Pegar o trecho nesse caso é levantar a cabeça, esperar contra toda esperança, ou em outras palavras, “não entregar os pontos”.

Nesse contexto insere-se a chamada Teologia da Libertação, considerada por Mondin (1980, p. 25) “um movimento teológico que quer mostrar aos cristãos que a fé deve ser vivida numa práxis libertadora e que ela pode contribuir para tornar essa práxis mais autenticamente libertadora”. É uma teologia propriamente cristã; por isso, utiliza a Bíblia como pressuposto necessário de seus discursos.

Segundo Assmann e Sung (2010, p. 56), a Teologia da Libertação “sempre defendeu a tese de que o momento a partir do qual e sobre o qual se faz a Teologia da Libertação é o da prática de libertação dos pobres”. Desse modo, a noção de prática de libertação foi construída e entendida em oposição a dois tipos de práticas ou estratégias de ação: a assistencialista e a reformista. Desse modo, pode-se afirmar que Teologia da Libertação é a que mais se encaixa no trabalho desenvolvido pela Pastoral do Povo da Rua, com as pessoas em Situação de Rua e por este motivo, constitui o norte teológico desta dissertação.

Codina (1993) considera necessário expor à compreensão de uma eclesiologia, nesse caso a eclesiologia latino-americana, a partir dos pobres. Nessa Perspectiva, a Pastoral do Povo de Rua encontra sua identidade e respaldo teológico. Dentre os motivos teológicos para fazer essa opção estão a práxis de Jesus e sua opção pelos pobres.

À luz do evangelho, da práxis de Jesus, de sua opção pelos pobres, de sua pregação sobre o reino de Deus, descobre-se, clara parcialidade de Deus pelos pobres, de forma que eles não são só os destinatários privilegiados do reino, mas o lugar onde a revelação é captada com maior profundidade. Formulado de forma mais teológica, os pobres são o lugar privilegiado para a teologia e, concretamente, para a eclesiologia. É o sinal dos tempos, hoje mais relevante, já que o anseio de libertação é sinal claro do Espírito (CODINA, 1993, p.15).

A eclesiologia e teologia subjacente à Pastoral do Povo da Rua são sensíveis às injustiças sociais e violações dos direitos mais elementares do ser humano. Nessa teologia, tudo é contemplado a partir do reverso da história, ou seja, a partir dos pobres e crucificados, que ficaram à margem do banquete da humanidade. Codina (1993) recorda que para alguns, essa descoberta levou a considerar a religião, como ópio do povo. Para os cristãos ao contrário, essa chave levou à redescoberta de Deus como o Deus da vida, misericordioso e terno, que deseja o direito e a justiça com o povo pobre. Cristo é visto como Jesus de Nazaré, anunciador da Boa Nova do Reino aos pobres, que vai até a morte como consequência de suas opções históricas e que ao ser ressuscitado

por seu Pai, recebe não só o triunfo sobre a morte, mas a confirmação de que seu caminho era o verdadeiro. Esclarece ainda, que a vida cristã é vista como seguimento de Jesus, o Filho do Pai. E diz: “esta chave de raízes bíblicas, defendidas pelos padres e correntes proféticas, é a que a Igreja da América Latina assumiu em Medellin e Puebla, e se expressa na eclesiologia libertadora latino-americana” (CODINA, 1993, p. 220).

Vale assinalar que a comunidade nesse contexto tem forte ligação com a solidariedade, essa se percebe como sinal da presença e ação do Espírito Santo junto ao Povo da Rua. Independentemente da miséria material em que se encontram as pessoas em Situação de Rua, elas vão construindo laços de solidariedade. Nesta pesquisa a solidariedade foi constatada na partilha do alimento recebido, do cigarro, da roupa, do calçado, da cachaça, do papelão para enfrentar o frio. Reparte-se muitas vezes a única peça de roupa que tem na sacola ou o único pão ou “marmitex” que recebeu. Nota-se nessa fraternidade sinais das exigências da eucaristia, conforme José Maria Castillo (1981, p.338):

En los primeros siglos de la Iglesia existió entre los cristianos una sensibilidad especial para captar las exigencias de la eucaristia encunto se refiere a la unidad entre los hombres, a la libertad evangélica de los creyentes, a la puesta en práctica del amor y de la justicia.

Esses sinais de solidariedade, essa práxis no deserto urbano entre a População em Situação de Rua lembra o gesto libertador de Jesus. Esses gestos são expressão da uma fé articulada à Vida. Teólogos, como Assmann, descrevem a importância de a teologia interagir com outros saberes.

Na América Latina estamos acostumbrados a dizer que não se pode refletir sobre questões religiosas unicamente a partir delas mesmas; que não se pode fazer teologia ficando preso naquilo que tradicionalmente se pretendeu definir como terreno próprio da teologia. A reflexão teológica precisa utilizar mediações provenientes de todos aqueles saberes que analisam a realidade. Fechada em si mesma, a teologia não conseguiria falar, de maneira relevante, acerca do mundo real ASSMANN (1991, p. 46).

Esses e outros dados fazem ver que o mundo está cada vez mais polarizado e a distância que separa os ricos dos pobres é um dado real. A exclusão no plano político, econômico e cultural reforça a exclusão econômica e nela se apoia. Essas realidades estão dando lugar aos “pobres insignificantes” em que sua dignidade de filhos e filhas de Deus não é reconhecida pela sociedade contemporânea. A pesquisa sobre a

População em Situação de Rua em Curitiba fez-nos compreender que pobreza significa morte. Morte precoce e injusta. A pobreza, tal como percebemos em nosso estudo, é uma questão global que interpela toda a consciência humana e uma concepção cristã da vida. Os pobres, insignificantes e excluídos, não são pessoas passivas à espera que lhes estendam a mão. Eles não são e nem representam carências. O pobre em Situação de Rua é muitas vezes detentor de uma cultura dotada de valores próprios e eloquentes que vêm de sua etnia, de sua história, de seu contexto de origem e de sua língua.

Na reflexão sobre a fé, a teologia é convocada a ser uma hermenêutica de esperança em nosso tempo; esperança no Deus da vida: “Conheço sua tribulação e sua pobreza. Mas você é rico [...] Não tenha medo do sofrimento que vai chegar [...] Será para vocês uma provação [...] Seja fiel até à morte. Eu lhe darei em prêmio a coroa da vida. Quem tem ouvidos, ouça o que o espírito diz às igrejas” (Ap 2,9.10.11). A tarefa principal do anúncio do Evangelho é contribuir para dar sentido à vida. O compromisso com o pobre passa pelo amor a Deus e ao próximo. A teologia do pobre é uma hermenêutica da esperança vivida como um dom do Senhor. Em seguida, se fará a reflexão sobre Teologia e Bioética.

4.2 TEOLOGIA E BIOÉTICA

No que se refere à População em Situação de Rua e o tema da vulnerabilidade, percebe-se mais especificamente na Teologia da Libertação uma identificação, interesse e cumplicidade do apelo ético. Sendo uma Teologia com perspectiva essencialmente transformadora, entende os sujeitos envolvidos como sujeitos protagonistas de seu processo emancipatório e conquista da cidadania.

A bioética, neste estudo não se reduz ao terreno da área biomédica ou a deontologia, mas abre-se à complexidade maior da vida. E nesse caso, da vida dos que estão em vulnerabilidade, fruto da desigualdade e injustiças sociais que fazem perpetuar o empobrecimento e crescimento de massas de excluídos. Muitos sem alternativas e meios de sobrevivência, encontram a rua como alternativa “provisória permanente” frente à ausência de Políticas Públicas adequadas.

O teólogo Marcio Fabri dos Anjos (2003, p.455) considera que:

[...] a teologia tem uma importante contribuição neste diálogo, especialmente diante dos fundamentalismos religiosos. Seu método (Teologia da Libertação) favorece a compreensão do poder biotecnológico inserido no

jogo do poder em sociedade. Ajuda assim a colocar a Bioética de frente com as grandes injustiças e desigualdades sociais.

Diante disso, procura-se estabelecer um paralelo entre as diversas contribuições de teólogos e bioeticistas. A discussão por parte dos teólogos está mais relacionada à eutanásia, aborto, liberdade e autonomia dos pacientes (temas trabalhados pela bioética) e que vem de longa data, conforme afirmam Pessini e Barchifontaine (2010, p. 29):

Muitos proeminentes teólogos não ficaram alheios a esses desenvolvimentos da ciência médica e na área da saúde. Uma figura exponencial, o teólogo episcopal Joseph Fletcher, escreveu um livro em 1954 intitulado *Morals and medicine*, diferente de qualquer obra anterior sobre o assunto. Enquanto os teólogos católicos já discutiam longamente questões como eutanásia e aborto, Fletcher partiu de uma análise teológica que enfatiza sobretudo a liberdade e a autoridade do paciente. Esse ponto de vista levou-o a defender uma posição sobre os direitos dos pacientes.

Potter (1994) traz uma grande contribuição na conceituação da relação entre bioética e teologia. Esse autor aponta para a promoção do diálogo entre ciência e religião em relação à sobrevivência humana e da biosfera:

Durante séculos, a questão dos valores humanos foi considerada como estando para além do campo científico e propriedade exclusiva dos teólogos e filósofos seculares. Hoje devemos sublinhar que os cientistas, não somente têm valores transcendentais, mas também os valores que estão embutidos no *ethos* científico necessitam ser integrados com aqueles da religião e filosofia para facilitar processos políticos benéficos para a saúde global do meio ambiente (POTTER, 1994, p. 3).

As palavras de Potter (1994) compreendem a plenitude do conceito bioética que traz em seu interior a multi e transdisciplinaridade, e entre elas a religião e a teologia. Essa postura aberta para o diálogo vem de uma compreensão de mundo com horizontes ampliados e humildade para reconhecer a complexidade que os desafios atuais apresentam. Esse autor, desse modo, traça o caráter e a natureza da bioética. Sua natureza humanizadora é de defesa da vida dos mais vulneráveis e seu caráter formativo, interpluritransdisciplinar, no qual o diálogo é o motor desse processo formativo.

Martin (2010, p. 145) revela que o que liga a bioética à teologia é a preocupação que ambas possuem com a vida e a morte:

A teologia e a bioética têm em comum a preocupação com a vida e a morte. Confrontadas pelo mistério que é o ser humano, procuram rasgar o véu de incompreensão, construindo universos de sentido, traçando pistas de ação num momento histórico em que as antigas certezas, para muita gente, parecem movediças. Com grande frequência, porém, numa cultura cada vez mais pluralista e relativista como a nossa, surgem situações de fronteira que questionam as certezas e os pressupostos estabelecidos e provocam na teologia e na bioética a busca de sentidos mais amplos e de normas para a ação mais adequadas. O nascer, a saúde do viver, a dignidade no morrer são desafios que constantemente questionam e provocam tomadas de posição.

Assim como Potter (1994), também Martin (2010) aposta no diálogo para que as contribuições tenham pertinência e possam avançar para uma nova realidade mais respeitosa da dignidade humana. Contudo tanto a teologia, quanto a bioética para serem coerentes, necessitam considerar o excluído, o vulnerado como protagonista de seu processo libertador e afirmador da vida. Pode-se considerar aqui a População em Situação de Rua como uma dessas categorias de excluídos, sobrevivendo em situação de vulnerabilidade. Esse povo que vive nas ruas dos grandes centros urbanos – “atual servo de Deus”, na linguagem de Monsenhor Romero, continua sendo “luz das nações”. Sua mera existência revela nosso pecado e o pecado do mundo. Como esclarece D. Oscar Romero (2000, p. 2), “pecado é aquilo que deu morte ao Filho de Deus e o pecado continua sendo aquilo que dá morte aos filhos de Deus”. Esse autor enfatiza aqui a responsabilidade pessoal e estrutural, nesse caso, do sistema capitalista que vem abreviando muitas vidas, principalmente dos mais pobres e vulneráveis.

Diante da População em Situação de Rua, observa-se, sem enfeites, os interesses do poder econômico e o desprezo pelo ser humano, pessoa em Situação de Rua. Nesse grupo humano em extrema vulnerabilidade se revela com toda nudez a perversidade de como a sociedade está organizada. Porém, é da População em Situação de Rua a luz que permite ver e conhecer a realidade e a que faz enxergar os rumos que conduzem realmente à vida.

Afirma Boff (1999, p. 99) que:

O homem é por essência um ser a caminho de si mesmo: procura realizar-se em todos os níveis, no corpo, na alma e no espírito, na vida biológica, espiritual e cultural. Mas nesse anseio é continuamente obstaculizado pela frustração, pelo sofrimento, pelo desamor e pela desunião consigo mesmo e com os outros. O princípio-esperança que está nele faz elaborar constantes utopias.

Fruto da ação do Espírito Santo na Igreja Latino-Americana, temos no Documento de Puebla um chamado à conversão a partir da nossa realidade de pobreza e empobrecimento. Esse Documento de Puebla vai reafirmar que os pobres carregam a força evangelizadora. Possui um “potencial evangelizador”, “enquanto esses a interpelam a Igreja constantemente, chamando-a a conversão e porque muitos deles realizam em sua vida, os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o Dom de Deus” (1147). Buscam-se alternativas no resgate da dignidade humana que vai se dando nesse caso na solidariedade e organização popular.

E ainda Martin (2010, p. 146) resgata a questão da dignidade do ser humano.

É justamente nesse espírito de respeito e de diálogo que se pode encaixar a contribuição da teologia à bioética. As duas disciplinas têm em comum um grande objetivo: resgatar e promover a dignidade do ser humano. A teologia talvez fundamente mais sua preocupação com base na doutrina da filiação divina do ser humano. A bioética talvez fundamente sua postura com base na doutrina da fraternidade universal de todos os homens e mulheres. Pouco importa se o ponto de partida é filiação ou fraternidade, a ponte criada é o compromisso com a dignidade do ser humano.

O teólogo Sanches (2004, p. 85), ao tratar o conceito de pessoa na tradição cristã, esclarece:

É inquestionável que foi o pensamento cristão que deu conteúdo, na cultura ocidental, ao conceito de pessoa. Quer a Bioética ocidental se aceite religiosa ou não, foi como consequência do pensamento cristão que se afirmaram os direitos humanos, mesmo que a Igreja nem sempre tenha sido sua principal defensora. Por isso, é importante buscar na tradição cristã as possibilidades que se abrem para o questionamento ou a defesa das posições apresentadas. Como não é possível desenvolver uma antropologia cristã completa, entendemos que é necessário abordar ao menos, a questão do conceito de pessoa.

No diálogo entre Bioética e Teologia, Anjos (2003, p. 459) também exprime sua opinião a respeito dessa interligação:

[...] a bioética tem muito a ganhar com a libertação diante de posturas e de preconceitos que cercam o diálogo interdisciplinar do qual ela se nutre. A teologia tem importantes papéis e contribuições nesse diálogo. Precisa também se libertar de empecilhos que o inviabilizam. É compreensível a desconfiança de quem já experimentou por longo tempo a intransigência. Mas é possível se libertar também dessa desconfiança ao verificar expressões concretas de diálogo respeitoso e enriquecedor, construído sobre novas bases.

Esse autor aborda uma questão preliminar ao diálogo, que é justamente a quebra de preconceitos, arrogâncias e imposições. Alerta para a atitude correta da humildade e do ouvir o discurso da outra ciência, sem pretender submetê-la a partir de seus interesses. Apesar do fato de que todos de certa forma carregam seus interesses num diálogo. Contudo o que se pretende então é que este diálogo seja simétrico e ambos estejam abertos a partilhar e escutar do outro.

Ao observar a vulnerabilidade da População em Situação de Rua, tanto a Teologia quanto a Bioética pela responsabilidade que lhes é inerente, têm alguma coisa a dizer a partir de suas referências, frente à vida desses grupos humanos. Um fato que nos leva a refletir é que apesar da precária situação-limite em que se encontra a População em Situação de Rua, ainda tem esperança e luta e, por incrível que pareça, ainda são capazes de solidariedade e se preocupa com os companheiros e os ajuda. Essa força e coragem os entrevistados relatam que conseguem por Deus. Essa convicção é evidente na fala da entrevistada J: “o que faz com que eu me coloque de pé a cada dia é Deus, pois eu esbravejo, xingo, chuto, desabafo, mas é Deus quem me dá forças. Tenho muito que agradecer”. Os pobres remetem a Deus porque Deus está neles, ao mesmo tempo escondido e manifesto. Os pobres não só revelam Deus, mas nos fazem um apelo de deixar-nos salvar por eles. Os pobres continuam sendo a grande revelação da esperança e da espiritualidade humana.

Nessa perspectiva temos o comentário de Anjos (2003, p. 461) sobre o poder de Deus em Bioética. Ele analisa o poder de Deus sob três aspectos:

a) O Poder de Deus como um poder participativo:

O poder criador de Deus é compreendido como um poder criante e participativo. E particularmente o ser humano é, não apenas criatura, mas parceiro de Deus na criação. A ele são dados “poder” e liberdade. A ética sai de um âmbito obediencial e restritivo para ganhar uma perspectiva dinâmica e responsável (ANJOS, 2003, p.462).

O ser humano como criatura é convidado à corresponsabilidade na obra da criação de Deus e, portanto, é corresponsável pelo seu irmão, para que a vida e o planeta possam seguir seu curso com serenidade e dignidade para todos, sem exclusão. O que se reflete aqui é o ritmo hiperconsumista e depredador do meio ambiente. Isto abreviará drasticamente a possibilidade de uma vida saudável dentro de poucas décadas. Necessita-se que o ser humano faça sua parte e assuma sua responsabilidade, participando ativamente no zelo e cuidado da obra da criação.

b) Só Deus é Senhor da Vida:

O contexto bíblico apresenta variações no uso da afirmação desse poder. Há inclusive a invocação dele para legitimar a chacina de inimigos. Entretanto, parece que a boa compreensão do senhorio de Deus se esclarece exatamente quando este se coloca em meio à violência entre os diferentes grupos. Ali impera a lei do mais forte; a vida dos inimigos é desprezada; a vingança não tem limites; os seres humanos perderam o senso da construção criativa e passam a assumir a mútua destruição. A afirmação do senhorio de Deus sobre a vida tem então a função de reconduzir a humanidade ao poder criacional e comunicativo diante do qual todo poder humano deve se dobrar. (ANJOS, 2003, p. 463).

Quando a sociedade, e aqui se inclui o poder público, entende que para os pobres devem ser oferecidos serviços pobres é uma forma de não dar importância à vida de um grupo humano vulnerável. Frente à negação da vida, a sobrevivência da População em Situação de Rua é o que se pode considerar a negação da negação. Em uma das manifestações públicas da População em Situação de Rua em Curitiba, havia duas faixas que chamaram atenção. A primeira com os dizeres: “NÃO MATARÁS” denunciando os assassinatos e violências contra a População em Situação de Rua, ao mesmo tempo em que se fez memória em solidariedade aos que foram assassinados na Praça da Sé, em São Paulo. A segunda faixa com os dizeres “SOMOS UM POVO QUE QUER VIVER!”. A População de Rua em Curitiba não morre de frio apenas, não morre de fome, morre por falta de políticas públicas.

c) Poder de Deus e injustiça,

Neste tipo de reflexão, o poder de Deus gera um princípio essencial para fundar a justiça: diante dos desvarios humanos, ele estabelece os seres humanos como semelhantes entre si. Mais do que isso, estabelece entre os semelhantes um vínculo de mutualidade construtiva. A vida do semelhante é “sagrada” enquanto remete sua origem a Deus; “a vida inocente é intangível”, porque um poder maior que os poderes humanos responde por ela. A suma injustiça é não reconhecer nem tratar o ser humano na sua dignidade de semelhante e de parceiro da vida (ANJOS, 2003, p. 463).

O Deus da População em Situação de Rua é o Deus da Vida e, segundo relatos de muitos deles, a única riqueza que carregam é a vida, e só tem a vida, por causa de Deus, como relatou o entrevistado I: “Vivo, pensando em Deus né [...] acreditando que uma hora vai dar certo”. Portanto, a própria vida, a vida do companheiro ou qualquer outra pessoa é dom precioso e, desse modo, ninguém tem o direito de matar ou abreviar uma vida.

Junges (2006, p. 58) afirma que a contribuição da teologia para a bioética pode se dar em três âmbitos: no auxílio da reflexão ética; na antropologia (concepção do ser humano) frente às intervenções biotecnológicas e na ecologia (como o ser humano se relaciona com a natureza). Ambas, Teologia e Bioética são ciências que têm o objetivo de cuidar e promover a vida do mais frágil e vulnerável.

Segundo as afirmações de Leão (2010, p. 431), não há como separar os princípios da bioética, da teologia e da filosofia porque essas fazem parte de suas circunstâncias históricas.

Partindo-se da análise das circunstâncias históricas, é possível a percepção e fixação do nascimento dos princípios da bioética e seu entendimento, que conduzem a sua compreensão, a partir da tradição vinda de todas as disciplinas em uma forma construtiva nova, não podendo, no entanto, desvincular-se dos conhecimentos morais clássicos, como os da filosofia e da teologia.

Essa postura aberta ao diálogo tende a crescer, uma vez que é próprio da bioética esse diálogo simétrico e plural. Desse modo, a teologia como ciência tem sua contribuição considerada, assim como a bioética. Apesar de que em muitos meios acadêmicos a teologia não ser considerada como ciência, mesmo tendo presente que o fazer teológico, no caso da teologia cristã tem uma caminhada de mais de dois séculos de existência. A bioética tem em torno de 40 anos e culturalmente herda a influência da teologia cristã, ao abordar princípios e defesa da vida dos mais vulneráveis.

Autores com essa perspectiva de diálogo, como Siqueira, Porto e Fortes (2007, p. 174) comentam a visão de Anjos (2003) em relação ao “lugar da teologia na construção do ideário bioético brasileiro”:

Recordando que, embora o discurso científico e o teológico sejam distintos, não é correto superestimar essa diferença a ponto de impedir a interlocução entre ambos, pois a bioética nutre-se exatamente do diálogo interdisciplinar. Além disso, há que se reconhecer que se a interface entre religião e ciência trouxe significativa mudança no discurso religioso, desatrelando-se do conservadorismo e assumindo a defesa de teses libertadoras dos segmentos mais pobres da população, também o discurso da ciência começa a refletir sobre a quebra de paradigmas, que se expressam na relativização de alguns de seus pressupostos básicos.

No âmbito brasileiro, pode-se citar a Sociedade Brasileira de Teologia Moral como uma sociedade teológica que produz a ligação com a bioética. Ao mesmo tempo, a presença de pertinentes contribuições de teólogos na Sociedade Brasileira de Bioética.

O diálogo já é uma realidade que tende a avançar. Os congressos de ambas as esferas contam com participações tanto de teólogos, quanto de bioeticistas. Esse diálogo progredirá mais quando cada uma sem negar sua identidade ou o que lhe é próprio e estiver aberta a compreender a contribuição uma da outra. Um diálogo pautado pela simetria e consideração mútua entre teologia e bioética sinaliza um desenvolvimento saudável da compreensão do ser humano, envolvendo os diversos aspectos da vida. Nesse processo, não há lugar para quem se arvorar dono da verdade.

Pessini, Barchifontaine e Prado (2007, p. 224) fazem comentários interessantes em relação a essa Sociedade Brasileira de Teologia Moral e sua relação com a bioética:

Nesta sociedade, há muitos estudiosos da Teologia Moral, de renome internacional no âmbito da ética teológica, que tem se dedicado à reflexão bioética. Esta sociedade também tem promovido, nos últimos anos, eventos específicos em que questões de bioética são discutidas. Entre outros pesquisadores, merece destaque a reflexão de Márcio Fabri dos Anjos (Instituto Alfonsianum, São Paulo), que trabalha as questões de bioética teológica a partir do mundo da exclusão, numa perspectiva de libertação. Tem o estudioso produzido material de referência para toda a América Latina [...] Faltar-se-ia com a justiça se não fosse ressaltada a contribuição de Leonard Martin, Teólogo redentorista irlandês que faleceu em 2003. Sua obra, fruto de sua tese doutoral na área da Teologia Moral, intitulada **A Ética Médica e o Paciente Terminal: leitura ético-teológica dos códigos brasileiros de ética médica**, tornou-se uma das referências fundamentais para a reflexão ética no âmbito da medicina brasileira.

Leonard Martin também desenvolveu estudos quanto aos Direitos Humanos nos Códigos Brasileiros de Ética Médica. No campo da Teologia, Leonardo Boff, um dos pioneiros da Teologia da Libertação na América Latina e com vasta produção acadêmica, integrou a grupo internacional que redigiu a famosa **Carta da Terra**, Documento considerado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para ser utilizado na área da educação.

Há que se identificar os pontos comuns, e que são muitos, entre Bioética e Teologia. Anjos (2006, p. 106) reflete sobre os “pontos de encontro entre bioética e teologia”:

Entretanto, mais importante do que enfatizar a presença da teologia no nascimento da bioética, é perceber os pontos de encontro da bioética e da teologia em algumas preocupações fundamentais. Essa posição abre certamente um campo de mútuo enriquecimento, onde a teologia não apenas contribui, mas também pode encontrar estímulos de crescimento em sua reflexão.

Seguem abaixo, os três pontos de encontro da teologia e da bioética apontados por Anjos (2006):

a) Uma questão de salvação: utiliza o termo salvação no sentido de que tanto na teologia quanto na bioética existe a preocupação da construção de um futuro que “[...] garanta a sobrevivência da vida” (ANJOS, 2006, p. 106).

b) Espiritualidade e Mística: o conceito de mística diz respeito à percepção do lugar dos pobres, a autonomia e a vulnerabilidade e a contribuição da mística cristã para a bioética.

c) Questões pontuais de ética: consiste na identificação de quais são as questões mais relevantes e desafiadoras para a ética e como aplicá-las.

Já Leone e Previtera (2001, p. 95) apresentam a seguinte relação entre a Igreja e a Bioética:

Na própria cultura bioética, a Igreja já não é considerada como a principal depositária da perspectiva moral, muito menos única, mas parceira (talvez procurada, respeitada e até indispensável) daquele diálogo metodologicamente interdisciplinar e profundamente intercultural, que as várias nações instauram entre si, para traduzirem, nas suas legislações, as mais indispensáveis exigências éticas para defesa e garantia de todos os seres humanos, a partir do primeiro instante da sua existência, mesmo no seio materno, até ao seu último suspiro, no leito de morte.

Desse modo, a própria Bioética constitui uma ponte de diálogo entre a Igreja e a outros setores da sociedade no mundo contemporâneo. Contudo quando se refere à Igreja, refere-se a posições de um colegiado e a partir de seus documentos, como por exemplo, os que tratam de temas de perspectivas éticas como o diálogo pertinente do Papa Paulo VI, com a Encíclica *Ecclesiam Suam*.

Piccoli (2008, p. 253-254) também relaciona a teologia e a bioética em um enfoque diferenciado afirmando que:

À luz da Teologia existem alguns impulsos da ciência que podem ser ponderados. Frente a um modelo pragmático em Bioética que prioriza perdas e danos, isto é, custos e benefícios, a Teologia recorda que o ser humano é preciso também na sua dimensão espiritual.

Essas questões, quando indagadas a partir dos desafios da realidade da População em Situação de Rua, trazem questões cruciais para a Bioética e a Teologia a respeito da garantia elementar da sobrevivência humana. Isto é relatado por uma das pessoas em Situação de Rua entrevistada em Curitiba, ao dizer: “somos tratados como

se não fôssemos humanos, muitos nem olham para a gente e poucos nos olham nos olhos, vi funcionários da FAS destratarem um morador de rua, como se ele fosse um bicho. Daí a gente reclama e eles vêm pra cima da gente. A gente tem que sofrer calado para conseguir algumas migalhas”, desabafa o Entrevistado F.

A entrevistada H destacou a violência praticada pela Guarda Municipal de Curitiba “[...] foi através da outra pessoa que conheci que a guarda municipal estava levando para uma salinha que tava tirando a roupa né dando uma geral nele e achei errado isso”, mas não denunciou o ocorrido.

Relatou o entrevistado C sobre as dificuldades em denunciar uma violência “lá na delegacia do Portão demora [...], chegou um piá com arma já intimando, só porque tá de farda [...] nervoso [...] pô! não trata como um bandido, sou ser humano igual a ele [...] pô! ele ficou apontando uma arma, pô! se aquela merda dispara [...] pô! véio é minha vida, apontando aquela arma e eu na parede[...]. Os relatos evidenciam o desrespeito que as pessoas em Situação de Rua vivenciam em seu cotidiano, o que fere sua dignidade humana, fundamento primeiro da Carta Magna brasileira.

Sgreccia (2002, p.49), por sua vez, fala sobre a necessidade de se confrontar a ética racional que envolve a Bioética com a Revelação cristã:

A bioética deverá ser, segundo penso, uma ética racional que, a partir da descrição do fato científico, biológico e médico, analise racionalmente a licitude da intervenção do homem sobre o homem. Esta reflexão ética tem o seu polo imediato de referência na pessoa humana e em seu valor transcendente, e sua referência última em Deus, que é valor Absoluto. Nesta linha é necessário e normal o confronto com a Revelação cristã e é também proveitoso o confronto com as concepções filosóficas correntes. Essa reflexão ética abraça o amplo campo da experimentação biológica e do exercício da medicina e se concretiza no exame de muitos casos concretos.

Contudo, antes de entrar no campo da experimentação biológica e exercício da medicina, percebe-se com mais pertinência a complexidade da questão bioética e teológica, ao considerar a luta pela sobrevivência cotidiana da População em Situação de Rua. Relata o entrevistado Samuel Rodrigues: “morar na rua, o simples fato de morar na rua é uma forma violenta que o sistema encontrou para impor isso aos grupos humanos” vulnerabilizados pelo próprio sistema. Coloca-se aqui a necessidade de pautar a política pública dos temas fundamentais para a sobrevivência das pessoas em Situação de Rua como moradia, saneamento básico, alimentação, trabalho, assistência social até as questões ligadas ao acesso à saúde. Esses temas podem ser uma forma

convergente entre Bioética e Teologia. Sendo assim, no próximo item se tratará da Teologia subjacente à cidade numa leitura da realidade da População em Situação de Rua a partir da Palavra que convoca o agir da Pastoral do Povo da Rua, uma leitura da realidade da População em Situação de Rua a partir da Palavra.

4.3 A TEOLOGIA SUBJACENTE À CIDADE: PASTORAL DO POVO DA RUA

Neste tópico, analisa-se a realidade da População em Situação de Rua e suas tensões e reivindicações de um tratamento humanizado e respeitoso da sociedade. Essa análise evoca um olhar e reflexão teológica direcionados num primeiro momento à Teologia Política de Johann Baptist Metz. Uma teologia, que assume a opção de entrar no campo da história, concebendo a teologia como “saber prático”, não se interroga somente sobre o sentido da vida e da história, mas pretende fazer uma experiência prática do sentido em meio à vida histórica. A Pastoral do Povo de Rua busca no Encontro com o Redentor, continuar o encontro com os pobres em Situação de Rua. Nessa perspectiva Metz (1984 p.52), compreende a eucaristia:

O ‘pão da vida’ eucarístico fortalece a nossa sensibilidade para com o sofrimento e para com os sofredores. Uma vida que se alimenta deste pão admite o sofrimento sob uma nova forma, mostra-nos os sofrimentos alheios, para que eles se tornem nossos sofrimentos. [...] não é tanto o sofrimento o que nos faz alheios a nos próprios e nos prova na vida, quanto propriamente a repressão e a coisificação do sofrimento, a mera fuga do sofrimento. Só aquele que permanece capaz de sofrer não faz os outros sofrerem arbitrariamente, mas se acha capacitado e está pronto a sofrer com os sofrimentos dos outros e a se inserir nas lutas de libertação dos torturados e explorados.

Cabe ressaltar que Pastoral do Povo da Rua nesses mais de 30 anos de caminhada, tem descoberto sua identidade, práxis e caráter na Teologia da Libertação. Nessa caminhada marcada por fé e testemunho de pessoas que se dedicam na gratuidade e solidariedade aos prediletos de Deus como as pessoas que sobrevivem nas ruas e cujo clamor chega aos ouvidos de Deus, do Deus Libertador e Deus da Vida. “Clamor que sangra nas ruas como “veias abertas” de nossas cidades, e que paradoxalmente, se faz semente brotando no asfalto, na medida em que se organizam e conquistam seus direitos e sua cidadania” (BASTOS, 2003, p. 11). Pode-se afirmar assim, que a Teologia da Libertação é a que mais se adéqua ao trabalho desenvolvido pela Pastoral do Povo da Rua.

Na perspectiva das Bem-Aventuranças em Lucas, (Lc. 6,20-21), Jesus deixa claro os destinatários da missão de quem quer segui-lo: “Bem aventurados os pobres [...] os que têm fome [...] os aflitos...”. A Pastoral do Povo da Rua torna-se presença solidária a partir da perspectiva de um Deus que caminha junto ao seu povo. Busca traçar seu perfil, na direção apontada pelo teólogo Segundo Galilea (1980, p. 59):

En América Latina hay multitudes que tienen hambre y están sistemáticamente afligidos. A ellos Jesús les llamó bienaventurados, porque con su venida y la proclamación del Evangelio del Reino, La esperanza de su liberación había comenzado. Que ello suceda de hecho en nuestra historia dependerá de La misión de la Iglesia y sus cristianos y ésto es un motivo permanente para nuestras revisiones de vida.

Assmann e Sung (2010) trazem pertinente colaboração à Teologia da Libertação, como, por exemplo, ao tratar sobre o Reino de Deus, buscando uma revisão crítica ao discurso do Cristianismo de libertação quando o mesmo insiste ao colocar em seus objetivos e demandas para enfrentar os desafios à pretensão de “construir o Reino de Deus”, uma vez que o mesmo já está construído por Deus. Contudo esses autores propõem que o que se pode construir é uma organização sociopolíticoeconômica mais justa, igualitária, inclusive dos pobres e marginalizados. Esses seriam os sinais da antecipação do Reino de Deus. Esses sinais do reinado de Deus se dão no amor solidário aos pobres.

Por isso, o ponto de partida da Pastoral do Povo da Rua, é a Fé no Deus da Vida e seguimento do compromisso de Jesus Cristo que rompeu com preconceitos e apresentou o Reino de inclusão, justiça e fraternidade. Jesus apresentou e ensinou a seus discípulos o critério escatológico da Salvação e o serviço aos mais pobres e abandonados.

É nesse contexto de graves contradições que grupos humanos em números cada vez maiores sobrevivem numa condição de extrema vulnerabilidade. E dentre os que vivem na extrema vulnerabilidade tem se revelado a População em Situação de Rua, uma das categorias crucificadas que surgem como desafio para a Pastoral, deste início do século XXI. São pertinentes as palavras de Sobrino (2008, p.31), ao destacar a frase lapidar de Ellacuría: “essa civilização sofre um fracasso humanista e moral” traz para a realidade o que o sistema busca esconder, ou seja, sua contradição escancarada nos polos extremos de opulência e miséria.

Esta opção fundante está em sintonia com a opção de Jesus que por isso vai ser violentamente assassinado pelo poder dominante em questão. A Encarnação, Vida, Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus se deram na história. Desse modo uma teologia a-histórica não pode ser teologia, mas ideologia.

Conforme Anjos (2001, p. 1069), “A Teologia da Libertação caracteriza-se em procurar sempre uma estreita relação interativa entre fé e realidade, entre teoria e prática e entre o ideal e o real”. Sua metodologia permite uma leitura sempre atual dos sinais dos tempos e estimula a Esperança e Solidariedade.

No que tange à preferência do compromisso junto aos pobres, Gutierrez (2003, p.16) também afirma que:

O pobre deve ser preferido não porque seja necessariamente melhor que outros a partir da perspectiva moral ou religiosa, mas porque Deus é Deus. Toda a Bíblia está marcada pelo amor predileto de Deus pelos fracos e maltratados da história humana. Revelam-se agudamente as bem-aventuranças evangélicas, que nos dizem ter a preferência pelos pobres, famintos e sofredores fundamento na bondade gratuita do Senhor. A opção preferencial pelos pobres não é por isso apenas uma questão pastoral e uma perspectiva de reflexão teológica; ela é também, e em primeiro lugar, uma caminhada espiritual no sentido forte da expressão.

E ainda Gutiérrez destaca o fundamento cristológico da opção preferencial pelos pobres e excluídos (2003, p. 55).

A opção preferencial pelos pobres e excluídos é hoje um elemento medular da identidade cristã e eclesial. Sua referência do Pai celestial que nos faz o dom do seu Reino e da sua justiça é básica; seu fundamento cristológico é claro e evidente; ela contém o selo do amor e da liberdade que o Espírito Santo nos traz. Essa opção constitui um fator de identidade eclesial. Dessa maneira, contribui, a partir de uma característica da mensagem cristã, para que entremos em diálogo com outras perspectivas no seio da comunidade eclesial e fora dela.

Nessa perspectiva, a Teologia da Libertação traz para o centro da reflexão o Deus da Vida que se encarnou em nossa história humana. Em meio a tensões e conflitos entre opressores e oprimidos, Deus se faz o parceiro dos pobres, revelador das contradições, do Amor e da Liberdade. Deus que se faz dom, gratuidade e oferenda do Reino e de sua justiça. Duas características acompanham a opção radical de Jesus Cristo: O amor e a liberdade no Espírito Santo.

Isso se confirma nas respostas as entrevistas quando na conclusão da conversa reportavam a força que recebiam de Deus para suportar as dificuldades do dia a dia,

levantar a cabeça e seguir vivendo. Observou-se que a População em Situação de Rua carrega um enorme reservatório de Esperança e se alegra e se fortalece quando tratado como gente, como filhos de Deus.

Dentro dessa mística, propõe-se caminhar a Pastoral do Povo da Rua que vai ao encontro da População em Situação de Rua, no qual encontra o rosto do Cristo sofredor nos que passam fome, frio, agressões e preconceitos. Desse modo, a comunidade cristã ou parte dela, torna-se um sinal do Reino de Deus na História em nosso contexto latino-americano e brasileiro.

Nesse sentido, destaca-se que o trabalho com a População em Situação de Rua envolvendo outras entidades e instituições, entre elas a Congregação Religiosa das Irmãs Vicentinas e a Pastoral do Povo da Rua, cujo início em Curitiba, teve caráter mais assistencialista, até para a aproximação maior, contudo em seus objetivos e metodologia se destaca a perspectiva libertadora, entendendo a População em Situação de Rua como protagonista.

A Congregação Religiosa das Irmãs Vicentinas oferece apoio à População em Situação de Rua com uma casa de passagem, atendendo a homens e mulheres, crianças e adolescentes e também idosos com capacidade para 110 pessoas. Elas vêm desenvolvendo um trabalho de excelência há mais de 50 anos. Há diferença muito grande entre o tratamento recebido pela obra das Irmãs Vicentinas, por exemplo, e o tratamento dispensado pelo município e de qualquer forma, seja em razão da pouca disponibilidade e baixa qualidade dos serviços, seja mesmo em função das regras impostas para o seu acesso. Muitas vezes, as pessoas que vivem nas ruas não costumam utilizá-los com regularidade, buscando alternativas para satisfazer às suas necessidades.

A Pastoral do Povo da Rua, ao percorrer as ruas, se depara com uma complexa realidade na qual as pessoas em Situação de Rua apresentam uma demanda de ações desde a emergencial (comida, saúde, agasalho e conversa) até as motivações para a formação e discussão sobre as Políticas Públicas. Muitas lideranças surgiram desses encontros, como relata Samuel Rodrigues. Acrescenta o entrevistado que tem uma gratidão à Pastoral do Povo da Rua, ao dizer que se hoje ele é o que é em termos de conscientização e liderança, membros de várias Comissões Interministeriais e presente em várias frentes de luta da População em Situação de Rua, ele deve isto à persistência da Pastoral do Povo da Rua em ouvi-lo e reerguê-lo para a vida. Recorda as palavras de Jesus: “O que fizestes a um desses pequenos foi a mim que o fizestes” (Mt 25,40).

O Deus de Jesus Cristo não se deu a conhecer por grandes discursos ou doutrinas, mas por sua ação Libertadora/Salvífica junto a um povo oprimido e excluído. Desse modo a única forma correta de falar desse Deus é falar de sua ação junto a esse povo. Conhecemo-lo através dessa ação e conseqüentemente a única forma correta de servi-lo é dar prosseguimento à sua ação na história junto aos povos oprimidos e excluídos.

Costa (2001, p. 46) apresenta algumas semelhanças encontradas entre as pessoas em Situação de Rua e o povo da Bíblia.

Sabendo que a mesma luz que clareou o caminho do povo da Bíblia ilumina, hoje, a situação do povo da rua, vamos ressaltar alguns pontos marcantes da experiência de um e de outro, tais como:

- experiência de êxodo em busca de libertação, de deserto e da “terra prometida”;
- experiência de anúncio e denúncia profética;
- experiência de exílio, de perda das referências essenciais. Perda da esperança de reconstrução, “de reciclagem” da vida e de volta à terra de origem;
- experiência de resistência a partir da sabedoria que alimenta a esperança contra toda esperança;
- experiência de alimentar a possibilidade de “um ano de graça”, de libertação e de novas possibilidades de vida a partir da proposta de Jesus de Nazaré;
- experiência de encontrar novos horizontes a partir da vida em comunidade, de resistência e de esperança no contexto apocalíptico da sociedade pós-moderna.

A Bíblia se torna a história do povo oprimido em processo de libertação e um Deus da Vida que se encarna na história. Afinal, a história de Deus com Israel coincide com a história do seu processo permanente de libertação e desse modo, com o confronto permanente com todos os seus opressores, mostrando que Deus toma partido dos pobres e oprimidos. Observa-se uma relação de amizade e fidelidade de Deus com seu Povo.

Fabris (1992, p.164) relata que:

Na parábola do administrador astucioso faz-se um urgente convite aos discípulos para uma decisão corajosa; garantir-se um futuro salvífico libertando-se da riqueza em favor dos pobres enquanto a escravidão ao ídolo do poder econômico, o dinheiro, impede de ser livres para o serviço de Deus. Na segunda narração simbólica, o perigo da riqueza é ilustrado num pequeno drama em dois tempos: antes e depois da morte. A dialética das bem-aventuranças para os pobres e dos aias para os ricos acha aqui seu comentário mais claro e eficaz (cf. Lc 6,20-24). O rico fechado em si mesmo, no seu mundo de bens, é refratário aos estímulos inovadores que podem chegar da palavra de Deus.

Vale assinalar também que Lucas tem sido citado sempre que o assunto é pobre, pobreza, crítica a acumulação. E esse Evangelho pode ser considerado como ponto de ligação que esclarece a missão de Jesus da missão da Igreja. A Pastoral do Povo da Rua carrega junto às suas ações um despertar do protagonismo esperançoso da População em Situação de Rua. Observando que, em Lc, 10,25-37 a formulação que dá Jesus do mandamento do amor, temos algumas novidades: primeiro ele une o amor a Deus ao amor ao próximo; e depois esclarece que o mandamento do amor não é mais uma lei, impossível de ser observada, mas é *ev-angelos*, anúncio do dom do Pai, que ama o ser humano com todo o coração, e do Filho do Homem, que ama a Deus com todo o coração e aos irmãos e irmãs como a si mesmo.

O problema que gera a resposta de Jesus é a pergunta do doutor da lei colocada no início (v. 25) e no final do texto (v. 37): o que devo fazer para herdar a vida, quer dizer, para viver a própria vida do Pai? A resposta só ficará clara depois da parábola “autobiográfica” do samaritano, quando Jesus disser: “vá e faça o mesmo!” (v. 37). Momento determinante da parábola é o versículo 29, em que o doutor da lei pergunta: “e quem é o meu próximo?” A pastoral subjacente a cidade busca responder a essa questão, busca responder aos desafios do nosso tempo em que os mais pobres e vulneráveis estão caídos e ignorados.

Desse modo, observa-se uma proximidade entre a bioética e teologia no tratamento da vulnerabilidade da População em Situação de Rua, conforme será abordado na próxima seção deste estudo.

4.4 RELAÇÃO DA TEOLOGIA E BIOÉTICA NO TRATAMENTO DA VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A PASTORAL DO POVO DA RUA

A Teologia e a Bioética, a partir de suas especificidades, estão articuladas na afirmação e defesa da vida do vulnerável. Observa-se a proximidade com a teologia latino-americana que por sua vez tem sua efervescência com a chegada da Igreja à modernidade, por ocasião do significativo evento eclesial inaugurado pelo Concílio Vaticano II. A mudança mais intensa no saber teológico latino-americano irrompe na década de 1960, épocas de graves complicadores econômicos (dependência), políticos (ditadura) e cultural. Nesse contexto vai-se moldando a consciência ética ao lado das vítimas do modelo desenvolvimentista de economia e sociedade. Concomitantemente,

pode-se afirmar que foi um tempo de rápidas mudanças. Nasceu um novo jeito de autocompreensão nos jovens e pobres, no horizonte da fé cristã. A realidade de opressão traz à consciência de classe a necessidade de transformar as graves contradições da sociedade capitalista, porém foram atropelados pelo golpe militar que reprimiu todas as manifestações populares e assim foi anulando e intimidando o potencial transformador que aquela conjuntura trazia.

A realidade da vulnerabilidade da População em Situação de Rua foi deixando de ser invisível para tornar-se uma realidade de necessidade de intervenção e proteção diante do fator vulnerabilidade de grupos excluídos como a População em Situação de Rua.

Nesse contexto, ressalta-se que a religião pode auxiliar as pessoas a conscientizarem-se em relação à sua condição vulnerável, conforme afirmam Pessini e Barchifontaine (2010, p. 124): “As religiões podem dar às pessoas uma norma superior de consciência, aquele imperativo categórico, tão importante para a sociedade de hoje”.

Campbell (2004, p. 87), por sua vez, reporta sobre a consciência que o ser vulnerável deve ter em relação à sua condição e sua importância. “As pessoas vulneráveis precisam saber conviver com a incerteza e o perigo de sua situação. Precisam saber onde está a esperança, onde está a realidade, e como, em meio ao medo e à alienação, podem conservar um sentido de seu próprio valor moral”.

Pessini e Barchifontaine (2010, p. 128) afirmam o seguinte a respeito da responsabilidade das comunidades religiosas em relação à conscientização das pessoas:

Numa situação global tão dramática, a humanidade precisa ver povos vivendo juntos pacificamente, ou agrupamentos étnicos e étnicos ou religiões compartilhando responsabilidade pelo cuidado da terra. Tal visão se baseia em esperanças, metas, ideais, critérios. Mas em todo o mundo, eles nos fogem das mãos. No entanto, estamos convencidos de que, apesar de seus frequentes abusos e falhas, são as comunidades de fé que tem a responsabilidade de mostrar que tais esperanças, ideais e critérios podem ser conservados, fundados e vividos. Isso é particularmente verdadeiro na situação moderna. Garantias de liberdade de consciência de religião são necessárias, mas não substituem os valores vinculantes, convicções e normas válidas para todos os humanos independentemente de sua origem social, sexo, cor da pele, língua ou religião.

A dramática situação aqui exposta, através do processo de globalização da economia e das implicações que isto causou e ainda causa na vida de milhões de pessoas e povos tende a ficar mais perverso. Com o domínio sobre os meios de comunicação, destroem-se as raízes da identidade das culturas locais, que não contam

com força suficiente para comunicar sua própria mensagem e cultura. Governos corruptos aceitam e impõem ao povo as razões do mercado em detrimento das necessidades vitais do povo, de modo especial dos mais vulneráveis.

O absurdo desse processo todo é que essa concepção leva a considerar como natural e inevitável que, por exemplo, na América Latina e no Brasil, nasçam e morram na miséria milhões de pessoas, homens e mulheres, filhos e filhas de Deus (perspectiva teológica), sem condições de gerar renda suficiente para garantir as condições mínimas para viver como a alimentação, moradia, saúde, entre outras necessidades vitais inerentes ao ser humano.

Pessini e Barchifontaine (2010, p. 129) ainda falam sobre a importância da religião no sentido de renovar o espírito das pessoas, capacitando-as para enfrentar sua condição vulnerável:

Sabemos que as religiões não podem resolver os problemas ambientais, econômicos, políticos e sociais da terra. Contudo, elas podem oferecer o que obviamente não pode ser conseguido apenas com planos econômicos, programas políticos ou regulamentações legais: uma mudança na orientação interna de toda uma mentalidade, do “coração” dos povos, e a conversão de um caminho falso para uma nova vida. A humanidade precisa urgentemente de reformas sociais e ecológicas, mas também precisa de uma renovação espiritual.

Ao se trabalhar contra toda desesperança, conformismo e resignação, as religiões e aqui no caso a teologia cristã, pode animados pela Fé que professa, ajudar a construir uma realidade mais próxima ao Reino de Deus. Esse Reino necessariamente é de Justiça e de Paz, Solidariedade e Fraternidade que inclui e gera vida para os mais pobres e vulneráveis, Reino anunciado e testemunhado por Jesus.

Nesse sentido, Siqueira, Porto e Fortes (2007, p. 175,) falam sobre a Teologia da Libertação que defende a dignidade aos pobres e vulneráveis:

A teologia da libertação, que foi gestada no ventre do sofrido continente latino-americano, tem sua atenção voltada para o sofrimento dos excluídos e marginalizados socialmente e, ao fazer sua opção preferencial pelos pobres, apresenta total coerência com a fé cristã. Defende com determinação a dignidade dos pobres e vulneráveis e não o faz guiada por proposições abstratas, mas sim apontando os responsáveis pelas mazelas sociais e identificando caminhos para a libertação.

Como toda compreensão de fé, a Teologia da Libertação nasce num lugar determinado e num contexto histórico, buscando sua identidade nas primeiras

comunidades e na fidelidade ao Projeto de Jesus Cristo. Busca responder aos desafios que situações históricas e, portanto mutáveis, colocam por isso abrem novos caminhos para a missão profética e evangelizadora da Igreja.

Como assinala Gutierrez (1987, p.174), na raiz de existência pessoal e comunitária se acha o dom da autocomunicação de Deus. Acrescenta Gutierrez (1987, p. 13) que: “seguir a Jesus define o cristão. Refletir sobre essa experiência é o tema central de toda teologia sadia”.

Neste sentido, Assmann e Sung (2010, p. 69) comentam que “especialmente para a Teologia da Libertação, que sempre assumiu que, a sua função é refletir teologicamente a partir e sobre a experiência espiritual de encontrar a Deus na luta do povo pela vida dos pobres”, ou nas palavras de Gutierrez (1987, p. 13) “[...] esse tipo de reflexão está cômico de que se desenvolvia – e se desenvolve – precedido pela vivência espiritual dos cristãos comprometidos com o processo de libertação”.

Teologia da Libertação, pela fé que professa no Deus da vida, se posiciona em favor da vida, reúne os oprimidos e se solidariza em suas lutas por pão e dignidade. A Pastoral do Povo da Rua, como Igreja militante, busca ser esse sinal de esperança à População em Situação de Rua.

Para Assmann e Sung (2010, p. 7) “fazer teologia é refletir sobre experiência de fé, especialmente desse tipo de experiência que clama por uma explicação razoável que ajude a superar essas aporias teológicas”.

Ao tratar da vulnerabilidade a partir da Palavra de Deus, o teólogo Hammes (2006, p. 72) relata que:

Biblicamente a fragilidade/vulnerabilidade faz parte do próprio mistério divino. [...]. Os recursos tecnológicos revelam um Deus vulnerável, mas nisso confirmam um traço fundamental das grandes religiões. Entre o divino e o humano não existe concorrência destrutiva e sim cooperativa, desde que também a tecnologia aprenda a viver nas condições da vulnerabilidade.

A reflexão sobre o que seria a tecnologia aprender a viver nas condições de vulnerabilidade entende-se uma tecnologia que considere o lugar social do mais vulnerável. Pensar a tecnologia tendo presentes às pessoas em Situação de Rua e em vulnerabilidade é pensar numa forma de contribuir para a construção de uma sociedade na qual toda pessoa humana, sem exceção, possa beneficiar-se com as conquistas das tecnologias e que essas contribuam na promoção da vida. Pode-se considerar esse caminho como caminho que leva a Deus, pois inclui e valoriza a vida. Toda ação no

campo dos avanços tecnológicos se considera toda humanidade como cocriadora, refletiria melhor sobre os possíveis impactos ambientais e sociais, promovendo então verdadeiramente melhor qualidade de vida para todos.

Contudo o que se observa, olhando a realidade da População em Situação de Rua, é uma distância abissal entre os avanços tecnológicos e a qualidade de vida desses grupos humanos em extrema vulnerabilidade. As ruas de Curitiba apresentam um cenário de desesperança quanto à População em Situação de Rua que clama por solidariedade, justiça e Políticas Públicas.

Para respaldar a fatalidade de milhares de vidas, entre elas a das pessoas em situação de rua, os meios de comunicação trabalham com muita eficiência a ideologia imobilizadora, incutindo no senso comum, que “sempre foi assim”, “isto nunca vai mudar”; “a culpa de as pessoas morrerem de fome ou viverem na rua é delas mesmas, pois não querem trabalhar”. São infinitas as mensagens que os oprimidos vão repetindo, e a sociedade como um todo vai reproduzindo para que de fato o sistema capitalista reine como absoluto e sem oposição que ameace essa ordem. Mas como ressalta, em entrevista, Samuel Rodrigues “[...] a gente precisa de espaço para reunir a companheirada, sei que não é fácil conseguir isso, mas tem que ter a mobilização, por que não tem que deixar os outros discutir a nossa política, porque eles pensam tudo em inho, quartinho, banheirinho é tudo inho para a População de Rua. A gente pensa, como sou não tenho direito, é essa lógica, é isso que a gente tem trabalhado, mas a gente tem que contar a participação de vocês [...] mas a companheirada da Rua tem que tomar ciência disso, tem que participar, tem que tomar conhecimento [...] juntos a gente pode construir estas propostas”.

Hammes (2006, p.73) afirma que da percepção da fragilidade e vulnerabilidade nascem outras duas categorias: a da responsabilidade e a do cuidado. Acrescenta que:

O princípio-responsabilidade aparece, por conseguinte com uma dimensão cósmica e outra fraternal. A dimensão cósmica diz respeito à ordem a partir do caos. O caos não é visto como fim, negatividade, mas como origem de construção, encargo a ser assumido e reconhecido em sua estética. A dimensão de fraternidade consiste na incorporação a ser dada ao caos – cosmo. Todo mistério do objeto descoberto e disponibilizado a partir da tecnologia é visto como parte de um todo recebido a ser tratado como fraternal com todo tempo e lugar.

Em relação ao cuidado, Hammes diz o seguinte (2006, p.74):

[...] Trata-se de um conceito relativamente novo, embora tenha raízes práticas muito antigas. Possui dois significados básicos: preocupação (merimna) e cuidado propriamente, no sentido de inclinar-se sobre alguém (epiméleia). [...] O novo desse conceito, a partir dos desenvolvimentos tecnológicos atuais, é sua universalização para o conjunto da realidade. A natureza toda carece de cuidado, embora o ser humano represente sempre o momento de consciência da sua dor e de responsabilidade por deixar-se mover em sua direção. Tanto no ato de pesquisar, como no desenvolvimento tecnológico, o cuidado se constitui em princípio de conduta preventiva contra a expropriação dos recursos e eventuais riscos futuros embutidos em aplicações prematuras de tecnologias cujos efeitos ainda não são suficientemente conhecidos.

Hans Jonas (2006) trouxe uma valiosa contribuição para o saber bioético, quando introduziu o conceito de ética da responsabilidade. Segundo ele, todas as pessoas possuem responsabilidade pela qualidade de vida das gerações futuras, sendo que devemos sempre avaliar com responsabilidade os riscos envolvidos em cada situação.

4.4.1 Perspectivas e Alternativas construídas pelo Movimento Nacional da População de Rua

No diálogo Bioética e Teologia, observa-se que há pontos convergentes quanto ao entendimento de que os pobres e vulneráveis são os sujeitos históricos de sua libertação. A preocupação com a ética da opção pelos mais pobres e vulneráveis perpassa a Teologia e a Bioética, revelando em ambas, características de pluri e transdisciplinaridade, ao tratar o ser humano em toda sua complexidade. O Sujeito da pesquisa é sujeito de sua libertação.

Nessa direção, caminha o MNPR, conforme também se observou nas entrevistas. Dentro das perspectivas em vias de consolidação através das lutas do Movimento Nacional da População em Situação de Rua e do Movimento dos Catadores, no dia 18 de novembro de 2011, foi publicado no Jornal Gazeta do Povo:

A Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara aprovou ontem um projeto de lei que regulamenta a profissão de catador de materiais recicláveis e de reciclador de papel. Como a proposta tramita em caráter conclusivo, o texto segue agora para sanção presidencial. O projeto define o catador como profissional que cata, seleciona e transporta material reciclável para venda ou uso próprio. Já o reciclador é aquele que recicla papel para venda ou uso próprio. De acordo com a proposta, para atuar como catador ou reciclador, o profissional deverá registrar-se na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de sua cidade (COMISSÃO..., 2011, p. 25).

Tendo em vista que uma significativa parcela da População em Situação de Rua utiliza a atividade de catador de papel e material reciclável, esse Projeto de Lei significa um reconhecimento na lei, dessa atividade como atividade profissional. A profissão de catador e reciclador, além de contribuir com o Meio Ambiente, tem salvado a vida de muitas pessoas que não encontram um trabalho assalariado formal, devido à falta de documentos e abrigo em que possa lavar suas roupas e se alimentar até conseguir um quarto de aluguel.

No que se refere ao acesso à moradia pelas pessoas em Situação de Rua, conforme relatou o entrevistado B: “moradia [...] se tivesse moradia, poderia arrumar um emprego [...] É assim você tem que entrar na COHAB, ficar 5 anos mais” e, o entrevistado C menciona: “Moradia não é complicado [...] você vai trabalhando e vai atrás. Se eu tivesse trabalhando, ia correr atrás de financiamento, mas não dá, daí como vou na caixa”. Observam-se situações limites na esperança por moradia.

Sobre esta questão, Samuel Rodrigues afirma que “Moradia nunca foi vista como direito, mas como mercadoria, a escritura, um negócio, se perceber a moradia como direito é uma grande inovação, perceber como direito, eu não quero a escritura da casa, eu quero a casa para morar, e daí a construção de novas propostas a tantos desafios que se apresentaram, não é só questão de rua perpassa milhões de brasileiros, é uma questão de alocação social, o direito de morar sem ter que humilhar-se... propostas alternativas de moradia né, a População de Rua incluindo-se nos grupos por moradia [...]”.

Analisando a trajetória do acesso à moradia, Leonildo Monteiro, ao ser entrevistado, afirma: “todo mundo tem o direito à moradia - não só a População de Rua, cada um tem um caminho diferente né [...] a gente viu né que tem que ter um fluxo dependendo do morador de rua [...] até ele chegar à moradia definitiva, nem todo mundo que está em situação já pode ter sua moradia, tem alguns que tem que passar por tratamento. Aquele que precisa de fisioterapia, aquele que está afastado das drogas. Tem o albergue que é a forma de manter a População de Rua [...] mas por outro lado o albergue é aberto, chega de tarde o guarda mete o cadeado nas portas e não pode sair e de manhã cedo é colocado na rua [...] se tem uma república, uma moradia [...] a luta nossa é [...] a república, boa moradia, a gente vai ter agora uma reunião com a subtenente da FAS do município, nós tamos pedindo pra ela acesso a boa moradia e república e com a habitação definitiva temos a portaria 414, minha casa minha vida que é da COHAB”.

No entanto, o sonho de “um dia” conseguir moradia não acompanha as ações construtoras desse direito, muitos não entendem a moradia como direito, mas como mercadoria quase impossível de se adquirir. A maioria não se inscreveu em nenhum projeto governamental de moradia. Ficaram surpresos e interessados quando foram informados de que podem fazer sua inscrição para os projetos ligados ao Governo Federal, que libera recursos para que Estados e Municípios possam efetivar Projetos de Moradia Popular.

O Projeto Minha Casa, Minha Vida coloca disponibilizadas vagas para a População em Situação de Rua, inclusive propondo que nas obras de construção se empreguem também pessoas em Situação de Rua. A *via crucis* para conquistar uma moradia não é fácil, além de ser longa. Contudo é necessário que as pessoas que vivem em Situação de Rua tenham acesso a essas informações.

Novos programas são necessários, nesse sentido, afirma Leonildo Monteiro que: “Nesse momento estamos discutindo com o governo federal outra proposta para o morador de rua, serviços de moradia para o morador de rua né ter o espaço lugar de morar, onde ele vai pagar a água, luz, seja a casa, apartamento nunca vai ser dele, vai ser do governo, aí o governo constrói, aluga, ou compra, repassa para o município [...] o município vai manter né. E a parte técnica fica por parte dos moradores que vão tá morando lá a ideia dessas moradias né [...] para a sociedade que podem estar entrando ter acesso a estas moradias E nós vimos que no município tem muita gente que precisa dessa oportunidade, que precisam se recuperar, a gente vê que hoje muitos modelos são ineficientes, não atingem o próprio morador de rua, então que a gente [...] que o programa [...] que o morador possa ser acolhido ou seja nesta república ou num abrigo. A partir do momento em que ele está acolhido, vai ver documentos, arrumar trabalho informal ou formal que ele possa pagar um pouco para não ficar gratuito, porque gratuito daí perde o valor [...]”.

Um dado preocupante na recente história da População em Situação de Rua dos grandes centros urbanos, tem sido as ações violentas de higienização, ou seja, “limpeza” da cidade, despejando e expulsando a População em Situação de Rua. Tem sido a regra entre os municípios que, para não enfrentar esta realidade adequadamente, opta por retirá-los de vista. Recentemente nos grandes centros urbanos ouvem-se notícias de tentativas de “soluções” drásticas como o que vem ocorrendo em São Paulo, como consta no Manifesto intitulado “Chega de dor e sofrimento na Luz!”, São Paulo, janeiro de 2012.

Desde o dia 3 de janeiro, a região da Luz no centro de São Paulo, conhecida como “cracolândia”, vem sendo palco de uma ostensiva ocupação militar com quase 300 PMs, dos quais 152 são da Rota (tropa de elite), 12 bombeiros, helicóptero, 117 carros, 26 motos, 12 cães farejadores e 40 cavalos. O aparato de guerra tem abertamente o intuito de reprimir uma população pobre, em parte consumidora de *crack*, majoritariamente formada por moradores de rua ou pessoas em situação de rua. [...] A denominada Ação Integrada Centro Legal, ou “Operação Sufoco”, orquestrada pela prefeitura com o governo do estado, já conta com inúmeras denúncias de abuso de autoridade, racismo, violação de direitos humanos e tortura, e infelizmente ainda não foi questionada com veemência pelo governo federal. Se a operação militar por si só já é motivo para rechaço e indignação, por militarizar seletivamente questões sociais e de saúde, os interesses por trás de sua sustentação são capazes de piorar ainda mais o quadro. Pouco importa o que será dos que ali vivem ou frequentam. Se existisse essa preocupação a abordagem não só não seria policial e violenta, mas por meio de assistentes sociais e agentes de saúde, como não poderia trazer como resultado a total dispersão daqueles a quem supostamente se quereria alcançar. Se as autoridades afirmam que o *crack* é questão de saúde pública, a prática evidencia o contrário. [...] A política de causar “dor e sofrimento”, nas palavras do próprio coordenador de Políticas sobre Drogas do governo, Luiz Alberto Chaves de Oliveira, tem o claro objetivo de “limpar” aquelas pessoas dali de modo a abrir [...] A internação compulsória – dispositivo no qual pessoas em condição de consumo de *crack* são internadas à força sob ordem judicial em clínicas sem a menor regulamentação ou qualidade – tampouco tem como objetivo o cuidado com as pessoas, já que pesquisas patrocinadas pela ONU como apresentou o PROAD (Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes) indicam que a eficácia de internações contra a vontade é de apenas 2%. [...] Nesse sentido, nos articulamos no intuito de denunciar e enfrentar a ação militar impetrada por nossos governantes, e reivindicar condições dignas a todos aqueles que estão marginalizados de seus direitos mínimos. No caso do uso problemático do *crack* ou qualquer outra droga, defendemos um tratamento de saúde que tenha como base a autonomia e o respeito ao indivíduo, com o fortalecimento e ampliação da rede intersetorial de atenção psicossocial (CHEGA..., 2012).

Esse Manifesto foi assinado por 109 Entidades, e entre essas, o MNPR – Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

Isso reflete a violência materializada no cotidiano como agressão explícita da dignidade humana. A teóloga Peretti (2011, p. 196), ao referir-se à dignidade humana, diz: “A dignidade da pessoa humana será respeitada, se os diferentes valores são respeitados e conseguem chegar à consecução de seus respectivos fins”. Quando a dignidade humana não é respeitada, a população então é duplamente agredida.

Por isso, há muito ainda a ser feito. Samuel Rodrigues destaca a População de Rua precisa ser tratada em todos os seus aspectos, por exemplo, saúde, “o direito a saúde era negado por falta de documentação, pelas pessoas se apresentarem sujas, mal vestidas, e porque a estrutura da saúde não está pronta para atender às pessoas com essas características, quando a saúde mais precisa de pessoas para cuidar das suas

doenças e a prevenção, sendo esse o grande foco da universalização do SUS, aí as propostas do ministério da saúde”, destacou Samuel.

Por isso, são pertinentes as colocações do entrevistado Leonildo Monteiro: “Apesar de várias conquistas, hoje nós temos o problema do Povo da Rua [...] nós temos que ter acesso à saúde. Nas clínicas, 80 a 90% são dependentes de álcool ou droga né, se o morador de rua não tiver acesso à saúde, ele não tem como ir para outras políticas. A gente tem um comitê nacional da saúde para cuidar da População de Rua. Eessa política que está acontecendo a nível nacional e agora o Ministério da Saúde vai apresentar um cartão para a População de Rua ter acesso a unidade de saúde. Ainda falta muita coisa, a unidade de saúde tem que estar preparada para atender à População de Rua em nível nacional, porque hoje existe muito preconceito com a População de Rua né, com esses agentes públicos, das unidades de saúde...da área da saúde, para que eles venham atender à População de Rua”. A fala de Leonildo tem encontrado eco na fala geral da População em Situação de Rua que reivindica atendimento, consideração e respeito. Aqui se encontram as aspirações da Bioética e da Teologia quando reafirmam a dignidade da vida em toda a sua complexidade, a começar pela sobrevivência física e respeito aos mais vulneráveis.

4.4.2 Proceder Pastoral

Ao perguntar-se que desafios a Pastoral do Povo da Rua tem pela frente a partir de uma Igreja que faz a opção pelos pobres, pode-se sugerir alguma análise. Por exemplo, no nível econômico, fica a questão: até onde a Igreja tem condições de colaborar na geração de uma economia solidária em resposta ao neoliberalismo financeiro? A crise econômica internacional, exposta pela mídia em 2011, deu sinal da gravidade da crise, mas não foi suficiente para que o sistema busque transformações profundas. Aí existe campo para o profetismo da Igreja no questionamento desse sistema que gera exclusão e empobrecimento.

No campo político, evidencia-se a falência da democracia representativa, minada por corrupção, falta de credibilidade e conivência com um sistema econômico perverso. A novidade caminha na linha já ensaiada no Fórum Social Mundial de um sistema participativo popular e comunitário. E a Igreja, com ampla experiência junto ao povo, de modo especial, com as CEBs e Pastorais Sociais, possui excelente contribuição a oferecer.

No campo cultural religioso, a tradição eclesial, nascida da prática e pessoa de Jesus, no sentido da opção pelos pobres, da valorização da dignidade humana dos marginalizados, da reconciliação, do perdão, da solidariedade, da inclusão, da sensibilidade ecológica diante da obra criadora de Deus. Enfim, de tantos outros elementos de fé, detém enorme riqueza simbólica para gestar novo paradigma de existência. É nessa caminhada e compreensão de Igreja, que a Pastoral do Povo da Rua foi se gestando.

A Pastoral do Povo da Rua coloca-se na postura de reconhecer e celebrar os sinais de Deus presente na história e motivados pela fé no Deus da Vida, desenvolver ações que transformem a situação de exclusão em projetos de vida para todos, entendendo-os como sujeitos da história e filhos prediletos de Deus.

A Pastoral do Povo da Rua em Curitiba tem como um de seus objetivos contribuir na formação sobre os Direitos e construção de Cidadania. Outro espaço importante e motivação para que a População em Situação de Rua participe, são as reuniões semanais no Ministério Público Estadual.

A maioria absoluta dos integrantes da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Curitiba é composta de leigos e leigas, isto se pode dizer que tem uma raiz e é fruto da motivação por parte do Concílio Vaticano II, ao afirmar no Decreto *Apostolicam Actuositatem*, do Papa Paulo VI, em 1965 “Os leigos exercem o seu múltiplice apostolado tanto na Igreja como no mundo” (AA 9).

Segundo o teólogo Almeida (2012, p. 53), “O Concílio chama a atenção para alguns dos ‘campos de apostolado’ que se abrem diante dos cristãos leigos: as comunidades da Igreja, a família, os jovens, o ambiente social, a esfera nacional e internacional”.

Necessita-se reaprender a humildade com tudo o que ela implica e nesse quesito a População em Situação de Rua está na condição de mestres de todos: Agentes de Pastoral, apoiadores das mais diferentes entidades, assistentes sociais, Ministério Público, Universidades e outros interessados em decifrar a realidade da População em Situação de Rua. A própria condição do viver na rua, implica um despojamento, um não acumular, pois o ritmo dessa população permite uma socialização quase imediata daquilo que se ganha na rua com os companheiros mais próximos. Afinal, o que é viver o essencial? Podemos observar no despojamento dessas pessoas um estilo de ser livre, mas também de aprisionamento quando observa-se alguns dependentes de bebidas

alcoólicas e com dificuldades para reerguer-se. Aqui se faz necessário uma mão samaritana.

Conforme o Padre Julio Lancellotti (*apud* PEREIRA, 1997), pessoa de uma longa caminhada comprometida junto à População em Situação Rua, eles não querem ser humilhados; querem ser tratados com dignidade. Precisam de alguém que seja capaz de dar-lhes a mão e olhar nos olhos, saber o seu nome, conversar com eles sem asco, estar ao seu lado. Precisam ter um lugar digno para deitar e descansar o corpo, ter assistência que cuide de suas feridas e dos sofrimentos, que saiba que eles também têm sonhos e pesadelos, que eles também dançam e festejam, buscam companhia. Eles querem ter alguém que converse sem ter pressa, sem estar preenchendo apenas uma ficha. De alguém que olhe para eles e os veja como seres humanos e não uma coisa, um objeto ou um número.

A Irmã Cristina Bove Rolletti (2011, p.8), ao responder à clássica questão sobre quais os principais fatores que levam as pessoas e até famílias inteiras a morarem na Rua, afirma:

São os conflitos familiares, incluindo vícios, violência doméstica e orientação sexual não aceita, abandono de casa por falta de recursos ou conflito com vizinhanças. Mas entendemos que o principal é o modelo de produção capitalista que produz e reproduz uma relação entre capital e trabalho que gera um exército industrial de reserva, que excede a capacidade de absorção do mercado de trabalho. A sociedade capitalista possui uma estrutura que contribui para a existência de efeitos perversos sobre a classe trabalhadora e sobre a vida de milhares de pessoas, entre eles, o desemprego, provocando dessa forma o aumento permanente de pessoas que não conseguem trabalho nem condições dignas de sobrevivência.

Frente às agressões cotidianas que sofre a população em Situação de Rua, coloca-se para a Bioética e a Teologia a proposta da ética do cuidado. Nesse sentido, o teólogo Waldir Souza (2011) aponta para o processo que se dá em diálogo:

O processo de cuidar é, fundamentalmente, diálogo, mas não um dialogo no sentido intelectualista do termo e sim, diálogo vital no qual o verbo, isto é, o *logos*, não é o elemento central mas o *pathos*, ou seja, o aspecto experiencial, o elemento comovedor ou, melhor dizendo, sensível. No processo de cuidar, o diálogo é consubstancial, é condição necessária para o desenvolvimento adequado para a ação de cuidar (SOUZA, 2011, p. 175).

Para a Irmã Cristina (2011), a População em Situação de Rua vive desprovida de quase tudo, perdeu seu nome, seus laços afetivos e parte de sua história. Contudo, não perde a Esperança de dias melhores e luta para resistir enfrentando o frio e a fome.

Nessa perspectiva apoiadores e o MNPR colocam a urgência de uma formação para todos os que vão desenvolver alguma atividade com a População em Situação de Rua.

4.5 PASTORAL DO POVO DA RUA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA

Na Arquidiocese de Curitiba, a Pastoral do Povo da Rua é recente e busca orientação na Pastoral a nível Nacional. Fazendo uma retrospectiva histórica, descobre-se que o surgimento da Pastoral do Povo da Rua teve seu início na década de 1980, em dois centros superpopulosos do Brasil: São Paulo e Belo Horizonte, depois veio na cidade do Rio de Janeiro, onde se gestou um processo em que foram desenvolvidas articulações e intervenções como consequência da Ação Pastoral que aos poucos foi ganhando abrangência nacional. A situação de exclusão vivenciada pelos catadores de material reciclável e a População em Situação de Rua, vem crescendo a cada dia e constitui-se de grupos de pessoas descartadas pelo modelo capitalista, que tem vigorado já faz algumas décadas. A Pastoral do Povo da Rua tornou-se a voz da Igreja frente às violentas agressões aos Direitos Humanos elementares, como o direito de viver e acesso à moradia.

A inserção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como parceira dessa articulação permitiu a disseminação dessas experiências em outras regiões do Brasil, assim como deu maior visibilidade às questões referentes à População em Situação de Rua. A Pastoral do Povo da Rua integra a Comissão Episcopal Pastoral para a Caridade, Justiça e Paz, da CNBB e Mutirão para a Superação da Miséria e da Fome. A Igreja dessa forma torna-se pioneira ao tratar desse tema tabu e quase proibido até recentemente.

Da Região Sudeste, a Pastoral do Povo da Rua estendeu suas atividades ao Nordeste de modo especial à cidade de Fortaleza. Tornou-se assim, referência para outras cidades, seja na proposição e participação na implantação de políticas públicas, seja na defesa dos Direitos desta População.

A missão da Pastoral do Povo da Rua é “ser presença junto à População de Rua e dos lixões, reconhecer e celebrar os sinais de Deus presente na sua história e desenvolver ações que transformem a situação de exclusão em projetos de vida para todos” (PASTORAL..., 2010, p. 1).

Ao ser criada a Pastoral do Povo da Rua em Curitiba, foi reconhecida por Dom Moacir José Vitti, em 2008. Porém vem sendo gestada desde 2005, ano em que aconteceu o encontro de vários grupos que distribuíam alimentação na rua. Era um grupo heterogêneo no tocante à crença, de católicos, evangélicos, espíritas e também grupos da sociedade civil desvinculados de religião. Do lado católico, aconteceu o encontro de dois grupos: Seminário Nossa Senhora das Graças, da Congregação da Missão e da Ordem Franciscana Terceira. Era um trabalho incipiente, mas que trouxe mais gente para a luta.

Nesse ambiente o grupo percebeu que estava na hora de mostrar o rosto da Igreja a esses irmãos marginalizados. Começou então o contato com os lugares onde a Pastoral já havia se organizado há algum tempo: São Paulo e Belo Horizonte. Ao longo desses quatro anos de existência já percorreu alguns caminhos, nem sempre tão livres, mas sempre cheio de esperança na Providência Divina e na capacidade do ser humano em se transformar e crescer. Essa transformação leva o sujeito a ser protagonista e a escrever a sua própria história.

Em uma avaliação da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de Curitiba, buscou-se fazer uma memória histórica de sua trajetória:

No primeiro momento o trabalho ainda incipiente, as atividades consistiam conforme relato a seguir:

- ir às ruas da cidade;
 - levar alimentação, roupas e cobertores;
 - encaminhamento para recuperação das pessoas que sofrem com o alcoolismo, demais drogas e outras enfermidades;
 - formar e capacitar os Agentes da Pastoral;
- Já no segundo momento, o trabalho mais árduo, porém mais eficiente, a ação buscava tratar o fator gerador do problema e não remediar suas consequências, como:
- promoção de atos públicos que venham a sensibilizar a opinião pública para a situação, dando a voz aos moradores da rua para que participem integralmente destes momentos;
 - participar de ações voltadas para criação de Políticas Públicas de geração de renda, capacitação profissional e moradia;
 - articulação com as diferentes pastorais da Igreja (ARQUIDIOCESE DE CURITIBA, 2011).

Nesse percurso foi possível conhecer os obstáculos que impediam a eficiência das ações da pastoral. Em 2009, o Fundo Diocesano de Solidariedade financiou um projeto da Pastoral que era voltado para a divulgação e formação de agentes, inicialmente eram atividades ainda tímidas, uma vez que faltava também a consciência do agir pastoral na questão social.

A partir de 2010, as atividades foram ficando mais consistentes com a:

- participação no Grupo de Trabalho de Inclusão Social;
- participação em fóruns sobre a População de Rua;
- participação com as demais Pastorais Sociais e integração na Dimensão Social da Arquidiocese;
- integração na Equipe de Coordenação da Pastoral Nacional (ARQUIDIOCESE DE CURITIBA, 2011).

Também merece destaque, a realização do I Natal Solidário, parceira da Pastoral do Povo da Rua, Movimento Nacional da População de Rua e Fundação de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Curitiba, ocorrido no dia 17 de dezembro de 2011. Porém, esse ato revelou em seus bastidores a pouca formação de alguns funcionários da prefeitura. Um pouco antes do Ato, uma pessoa entrevistada, identificada como sujeito H, pediu emprestada uma cadeira para poder sentar durante a entrevista a uma funcionária, que no primeiro momento concordou, mas quando outro funcionário viu o entrevistado H sentado na cadeira emprestada, foi até o lugar da entrevista e com grosseria exigiu que o entrevistado H devolvesse a referida cadeira. Foi uma cena triste e absurda, pois nenhum argumento convencia o referido funcionário da prefeitura de Curitiba, representando o FAS, de que o entrevistado H não iria fugir com a cadeira.

O entrevistado H devido ao fato ocorrido, disse que este tipo de desconfiança e humilhações são constantes por parte dos funcionários do FAS da prefeitura de Curitiba. “Há muita perseguição e falta de educação no tratamento dado à População de Rua. Tem acontecido muita violência e numa delas o preconceito e despreparo expressado nos maus-tratos”.

Observa-se que o caminho a ser feito é longo; para isso, necessita de horizontes e a Pastoral do Povo da Rua vislumbra alguns:

- criação e Acompanhamento do Comitê para Elaborar e Monitorar a Implementação das Políticas Públicas Municipais para a População de Rua;
- participação na descentralização do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos para a População da Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (ARQUIDIOCESE DE CURITIBA, 2011).

Na cidade de Curitiba, essa Pastoral tem apenas três anos, compondo com as demais Pastorais da Arquidiocese de Curitiba. Essa Pastoral em fase embrionária busca agregar mais pessoas identificadas com os objetivos da Pastoral do Povo da Rua em sintonia com as Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. Eram 12 pessoas

e em agosto de 2011, mais sete pessoas que participam do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro se voluntariaram para conhecer e atuar nesta Pastoral, após convite durante as Novenas a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

A Pastoral do Povo da Rua como é chamada por Bastos *et al.* (2003, p. 47) possui a seguinte missão: “A missão dos agentes da pastoral é ser presença junto ao Povo da Rua, reconhecer os sinais de Deus presentes em sua história e desenvolver ações que transformem a situação de exclusão em projeto de vida para todos”.

Oliveira (2001, p. 70) revela que inicialmente os desafios enfrentados pela Pastoral foram muitos. Dentre eles:

Reunir o povo, fortalecer seus laços de confiança na perspectiva de traçar um planejamento de trabalho, criar táticas de resistência, objetivando sua organização e capacitação para a luta e pela garantia da continuidade de seu trabalho e do reconhecimento de ser lugar na cidade eram os desafios a serem enfrentados.

O objetivo geral e os objetivos específicos da Pastoral do Povo em Situação de Rua são os seguintes:

Objetivo geral: “Ser presença junto aos moradores de rua, reconhecendo neles a presença do rosto sofredor de Cristo que chama por justiça, favorecendo a transformação da realidade a partir de suas necessidades” (PASTORAL DO POVO DA RUA, 2010, p. 1).

Objetivos Específicos:

- formar e capacitar os agentes de Pastoral;
- promover o resgate da esperança e dignidade das pessoas moradoras de rua;
- ir ao encontro da População em Situação de rua para conhecer a realidade onde vivem, permitindo uma maior convivência com eles, estabelecendo vínculos fraternos;
- possibilitar aos agentes de pastoral e aos Moradores da Rua uma verdadeira experiência de fé e caridade, tanto comunitária quanto pessoal;
- buscar parcerias com órgãos governamentais, igrejas, associações, empresas, etc., que permitem empreender diversos projetos de pastoral e que ao mesmo tempo estejam envolvidos na caminhada (PASTORAL DO POVO DA RUA, 2010, p. 1).

A ação da Pastoral do Povo da Rua em Curitiba tem como objetivo ser uma presença solidária e fortalecida espiritualmente pela mística do Bom Samaritano. Nas terças-feiras reúnem-se com um Grupo de Oração, em frente à Catedral de Curitiba Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, e com grande participação da População em

Situação de Rua sempre no horário das 20h. Após a oração há uma confraternização com café e leite, pães e outros alimentos que os aliados trazem para partilhar, alguns trazem roupas e calçados, mas tudo é distribuído ao final do Encontro, o coordenador dessas orações é um ex-morador de Rua, que hoje participa do Grupo de Oração.

Nas quartas-feiras, às 14h30min, há reuniões do GTI no Ministério Público, coordenadas pelo Movimento Nacional da População de Rua. Após essa reunião, há outra para organizar o Jornal “A Laje”. Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Curitiba tem socorrido com doação de roupas e cobertores a População em Situação de Rua diante do forte inverno de Curitiba. Nas quartas-feiras à tarde, saem pelas ruas do centro de Curitiba, inicialmente pelo calçadão da Rua XV de novembro, levando uma palavra de esperança, fazendo uma ponte entre a População em Situação de Rua com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua. É através dessas ações que é desenvolvida uma atuação mais direcionada ao campo formativo, tendo em vista ser parceira na luta e apoio ao protagonismo do MNPR.

Aos sábados, busca desenvolver atividades de formação sobre os Direitos Humanos, funcionamento da sociedade, dinâmicas e outros temas de formação com a População de Rua, tendo em vista o seu fortalecimento, entrosamento e emancipação.

Até o final do século XX, século de grandes descobertas em várias áreas das ciências, a População em Situação de Rua não estava incluída nos censos demográficos do Brasil e de outros países, principalmente por que a coleta de dados dos censos tem sido na base domiciliar. Essa demanda se realiza numa primeira tentativa em 2007 e publicada em 2008, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em cidades com mais de 300 mil habitantes.

Esta pesquisa foi pioneira no Brasil, visto que, até poucos anos, a População em Situação de Rua era apenas caso de polícia e não de Política Pública. Houve nesse sentido, pelo menos na esfera do governo federal uma mudança extraordinária com essa população. Contudo vale ressaltar que isto se deve à pressão e mobilização do Movimento Nacional da População em Situação de Rua e aliados históricos como a Pastoral do Povo da Rua.

Codina (1997, p. 62) coloca, como uma alternativa, a fé do povo pobre como lugar teológico ao dizer:

O pobre revela-nos a situação de pecado estrutural em flagrante contradição com o Reino, manifesta-nos o sentido profundo da teologia da cruz e da identificação de Cristo com o pobre, a necessidade de optar por ele como o

fez Deus, a exigência e a realidade de uma espiritualidade libertadora ‘contemplativa na libertação’, a dimensão escatológica da solidariedade com o pobre na linha do evangelho de Mt 25, a necessidade de fazer da Igreja dos pobres o centro da eclesiologia.

No proceder pastoral que implica ir ao encontro dos pobres e ser presença junto com os mais abandonados como a População em Situação de Rua acontece um momento de conversão e mística, na qual os mais pobres e abandonados nos evangelizam.

E Arturo Paoli (1987, p. 183) completa quando diz “o milagre verdadeiro é a conversão da Igreja, que se fez povo”. Ao ler os sinais dos tempos com o coração e mente aberta para acolher o novo rosto dos pobres, que se encontram nas ruas, a Pastoral do Povo da Rua bebe de uma mística que fortalece a perseverança, e que conforme Galilea,(1978, p.67) “os pobres evangelizam e transmitem uma mística cristã aos próprios agentes de Pastoral[...] os oprimidos creem que um ‘servo’ como eles é o anunciador e o realizador de sua libertação e o restaurador da justiça”. Em (Lc 4, 18 e 19), encontra-se o sentido e a direção da missão de Jesus, missão que a Pastoral se sente chamada e nesse propósito de amor e fé, “o Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos e proclamar um ano de graça do Senhor”.

Este texto traz a reflexão teológica o sentido da missão: ir ao encontro do pobre ferido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade da População em Situação de Rua na cidade de Curitiba/PR se apresentou com grande diversidade, complexidade e vulnerabilidade. A ação Pastoral do Povo da Rua possui características de uma presença solidária, fortalecida pela mística do Bom Samaritano (Lc 10,25-37) em seu proceder. A pesquisa junto a essa população revelou novos rostos pobres e forneceu elementos significativos para uma ação conjunta da Pastoral e do Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Constatou-se que, em nível nacional, houve avanços com o Plano Nacional de Políticas Públicas para População em Situação de Rua, contudo, constatou-se também que nos Estados e Municípios não há ainda, suficiência de profissionais capacitados para atender à demanda desse grupo humano em extrema vulnerabilidade. Na cidade de Curitiba, o Movimento Nacional da População de Rua tem reivindicado e lutado para a implantação das Políticas Públicas.

De acordo com a fala dos sujeitos desta pesquisa, ainda paira uma criminalização sobre as pessoas em Situação de Rua, que vem sistematicamente sofrendo humilhações, violências e descaso. Denota-se, assim, a necessidade de uma ética da responsabilidade tanto por parte do poder público quanto das entidades e das Pastorais Sociais. É forte o clamor do Povo da Rua! É um grito que clama por justiça e dignidade. A opção preferencial pelos pobres não é apenas um discurso histórico, do passado: necessita-se de um retorno às fontes de Medellin e Puebla, ou seja, uma opção profética que revele o rosto de Deus nos pobres, conforme a Palavra de Deus.

Há no Povo da Rua uma mística que o envolve e uma fé profunda partilhada em solidariedade por ele/a. A religião, a fé e a vida têm um sentido escatológico: há um Deus que os mantêm vivos e uma profissão de Fé no Deus da Vida. Conscientes ou não atualizam na Igreja da América-Latina o profetismo evangélico. É nessa perspectiva que se insere na reflexão sobre Teologia e Bioética. As vulnerabilidades e as injustiças acometidas contra a População de Rua demandam uma Teologia movida pela fé e uma Bioética movida pela Ética, na qual o ser humano seja respeitado na mais profunda dignidade. É no pobre que Deus faz sua morada, nele Deus se revela e atua a Salvação.

Na sua grande maioria, a População de Rua vive no anonimato, seu nome, seu rosto continua desconhecido, é estranha para aqueles que detêm poder. Poucos são os **samaritanos**, poucos são os que se aproximam do diferente, do vulnerabilizado, do ferido e do excluído.

Hoje vivemos no Brasil uma epidemia de violência contra a População em Situação de Rua. Esses são tidos como os bodes expiatórios, como pessoas que nos incomodam. A sociedade, instituições com suas políticas vêm se preocupando com esse fenômeno, todavia é uma ação ainda frágil e insuficiente para sanar a dor e o sofrimento de milhares de pessoas. Estados e municípios se revelam ainda incapazes de absorver essa demanda, com poucas pessoas capacitadas para atender com dignidade a essa parcela de seres humanos em situação de vulnerabilidade. As iniciativas em curso nos grandes centros urbanos, mais voltadas para uma higienização e para uma antipolítica pública acelerada por ocasião da Copa do Mundo de 2014, revelam que valores permeiam os interesses das classes dominantes.

Em Curitiba, atualmente há mais de duas mil e setecentas pessoas adultas que vivem em Situação de Rua, número que é mais elevado do que a população de muitos municípios brasileiros. Dados coletados em 2007 e publicados em 2008, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nas capitais e em 41 cidades com população superior a trezentos mil pessoas, apontam Curitiba como a segunda em maior proporção com um percentual de 0,154 (2.776 pessoas adultas em Situação de Rua) diante de uma População em torno de 1.700.000 pessoas.

A articulação de esforços entre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, da Pastoral do Povo da Rua, do Ministério Público e outros grupos, introduziu nos trabalhos de organização para o futuro, o censo do IBGE, considerando a População em Situação de Rua. Espera-se que previamente se façam pesquisas e levantamentos metodológicos para esse novo censo. Não basta somente contar o número de pessoas que vivem nas ruas, mas é preciso fazer pesquisas para averiguar questões qualitativas. Para isso faz-se necessário pensar numa metodologia específica e preparar os pesquisadores para esta realidade, para que de fato o levantamento consiga chegar ao seu objetivo. Essa pesquisa necessariamente deverá incluir as pessoas que vivem em calçadas, viadutos, praças, parques, rodovias, postos de gasolina, túneis, depósitos, lixões, prédios abandonados, ferro-velho, becos, mocós, e também aqueles que conseguem um lugar para passar a noite nos albergues, e casas de passagem ou apoio.

No cômputo final tem-se observado que a grande maioria dessa população é composta por homens (74%) e mulheres (26%). A grande maioria não é atendida por programas governamentais. Apenas 3% se inclui em algum programa governamental e em torno de 16% pede dinheiro para sobreviver. A maioria consegue recursos no

trabalho de reciclagem, coletando latinhas de alumínio, papel, papelão, garrafas de plástico e outros materiais recicláveis, e desses em torno de 30% dormem nos carrinhos de coleta de material reciclável.

A questão das drogas torna-se um grande problema que os estigmatiza: a pessoa usa drogas porque está na rua ou está na rua porque usa drogas? Essa é uma equação frequentemente colocada. Contudo, a questão é bem mais complexa. Dos entrevistados, 90% já utiliza a bebida alcoólica para suportar dias de frio, mas também é certo que mais de 50% revelou posteriormente ser dependente de bebida alcoólica. Em Curitiba, são poucos e insuficientes os espaços para tratamento e recuperação dos dependentes provenientes da rua.

Faz-se o apelo ao entendimento. Ao trabalhar com eles, torna-se imprescindível formar comunidades, apostar em formas comunitárias de mútua ajuda e lutar por Políticas Públicas condizentes com a realidade a ser transformada. Quanto às Políticas Públicas, pode-se afirmar que existe, a partir de 2008, uma Política Pública Nacional para a População em Situação de Rua. Essa Política Pública instituída pela presidência da República precisa ser implantada, pois até o presente momento tem sido apenas teoria, e em muitos municípios nem teoria.

A População em Situação de Rua é o elo mais frágil nessa questão e mostra como ainda não se é capaz de chegar a todas as pessoas e o quanto ainda temos que aprender com eles para construir conjuntamente as respostas que dignifiquem a vida. Observa-se também que a grande maioria da População em Situação de Rua está na margem da margem em relação a seus direitos fundamentais e desse modo desconhece as diretrizes da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua, enfrentando o cotidiano de forma isolada.

Vale ressaltar que a Política Pública prevê o trabalho intersetorial, ligando a questão da saúde, do trabalho, moradia, educação, do acolhimento dessas pessoas. Hoje existe o Centro de Atenção Especial de Assistência Social (CREAS), para atender às pessoas em Situação de Rua. No que se refere à moradia para a População em Situação de Rua, há propostas do MNPR, para locação social e a inclusão da População de Rua em programas habitacionais do Governo Federal, porém Estados e Municípios precisam acolher e implementar essa alternativa. É um escândalo ter prédios públicos e privados abandonados. Isso é inaceitável e atentado aos direitos fundamentais da pessoa humana. Toda pessoa precisa ter um local para viver, um local para descansar, para fazer sua

alimentação, para viver a sua vida. Do contrário, os prédios vazios só servem para especulação imobiliária e faltar a sua sede insaciável de lucro fácil.

Quanto à saúde da População em Situação de Rua constatou-se que só procuram os hospitais ou postos de saúde quando não suportam mais a enfermidade que os atinge. Não buscam esses espaços de atendimento porque geralmente não dispunham de documentos e por estarem com vestes surradas e sujas, em algumas ocasiões. O que mais temem é serem humilhados, a começar pelo guarda, atendentes até chegar ao profissional de saúde. Quase todos desistem de buscar uma consulta e só procuram numa extrema necessidade.

No dia 28 de abril de 2011, foi publicada a Portaria número 940, do Ministério da Saúde, que dispensa a População em Situação de Rua e os ciganos-nômades a apresentação de comprovação de endereço para cadastramento no SUS. Pode-se considerar esse fato como um avanço, de modo especial por considerar o acesso por parte da População em Situação de Rua nos atendimentos básicos de saúde, transpondo a muralha das exigências de documentos e comprovação de endereço. Em todo caso espera-se uma formação para que os funcionários públicos que estão na base dos atendimentos tenham ciência e consciência dessa portaria. A Campanha da Fraternidade de 2012 trata com muita pertinência do tema da Saúde Pública, de modo especial a atenção aos mais vulneráveis. Essa tem sido uma batalha diária para assegurar a dignidade da vida que todo ser humano tem direito.

Outra conquista no campo da saúde surgiu com Política Nacional para a População em Situação de Rua, em dezembro de 2009, ao tratar da inscrição da atenção à População em Situação de Rua na saúde pública em que a mesma deve ser caracterizada, monitorada e receber atenção especial respondendo às suas características. Nessa perspectiva, a orientação é fortalecer ações de promoção à saúde com a implantação da estratégia da Saúde da família sem domicílio; priorizar pessoas com trajetória de rua; garantir retaguarda de atendimento inclusive extramuros e em período noturno. Essa Política Nacional determina a inter-relação de informações entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o de Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Contudo o desafio maior está na base, ou seja, nos municípios que necessitam realizar uma adequada formação e qualificação do quadro de funcionários na área da saúde para atender à População em Situação de Rua como ser humano.

Importa salientar que entre as maiores dificuldades que a População em Situação de Rua tem enfrentado, observa-se: o desprezo, a violência, a invisibilidade, a cegueira

das autoridades dos municípios, expressados na ausência de Políticas Públicas. O MNPR reivindica que não os tenham como clientes, mas como pessoas e sujeitos de direitos que devem ser respeitados. Faz-se necessário, um processo socioeducativo, com metodologia que os inclua desde o planejamento até a avaliação com o envolvimento de todas as partes.

A realidade constatada da População em Situação de Rua da cidade de Curitiba revela a complexidade desse fenômeno e ao mesmo tempo expõe o agravamento da situação de vulnerabilidade frente à ausência de implementação da Política Pública Nacional para a População em Situação de Rua. Nas poucas atividades existentes constata-se o despreparo e indícios de preconceitos com relação a esse grupo humano, conforme já foi constatado.

O tema da vulnerabilidade da População em Situação de Rua desafia a Bioética e a Teologia para pensar concretamente a realidade Latino-Americana e brasileira. Tanto a Bioética quanto a Teologia trazem elementos pertinentes à dignidade da vida ameaçada e vulnerabilizada. A Bioética de Intervenção e Bioética de Proteção se aproximam da Teologia da Libertação, tendo em vista proporcionar um olhar plural, multi e transdisciplinar, aberto ao engajamento via uma ética aplicada ou prática em prol da vida dos mais vulneráveis como é o caso da vida de seres humanos em Situação de Rua. Busca fazer a ponte entre a ética aplicada via Bioética, com as Políticas Públicas que intervenham para proteger o mais vulnerável, porém na perspectiva da Teologia da Libertação, que entende o sujeito em questão como filho amado de Deus e sujeito histórico de libertação. Ambas buscam promover um protagonismo no processo libertário e transformador das minorias, especialmente os mais pobres e abandonados.

Os sujeitos desta pesquisa foram quase unânimes em afirmar que a rua foi uma saída para sobreviver, mas se tivessem oportunidade de ter casa e trabalho certamente sairiam da rua. Esse dado foi revelado por Samuel, que fazia parte da População Situação de Rua e que hoje está em Brasília como membro do MNPR, trabalhando na elaboração de Políticas Públicas para pessoas em Situação de Rua. Ele conseguiu porque teve entidades que o ajudaram a sair dessa situação como, a Pastoral do Povo da Rua. Leonildo é outro sujeito que conseguiu olhar a vida com outros olhos após ter experienciado a convivência com a População da Rua. Hoje ele, também trabalha no MNPR Coordenando o Movimento na Paraná, e em Curitiba tem ajudando a essa parcela desprovida da qual fazia parte.

De fato, há pessoas das mais diferentes classes sociais que estão pelas ruas das cidades do Brasil. Eles ensinam a ser mais humildes, a viver do essencial, a não buscar o supérfluo e nem a acumulação. Eles ensinam que o pão dividido tem gosto de amor. O morador de rua não pode ser tratado como lixo. Deve ser tratado como pessoa, ter a sua dignidade respeitada. É necessário ter coragem para amá-los nessa perspectiva transformadora e isto se faz olhando nos olhos, dialogando, interagindo.

A superação dessa realidade como um processo emancipatório definido conjuntamente com a População em Situação de Rua pode ser alcançado a partir das lutas cotidianas por direitos e as condições objetivas resguardadoras da vida. Isso, no entanto implica que os sujeitos em questão assumam seu processo libertário como sujeitos históricos do processo de transformação social.

Contudo, faz-se necessário buscar apreender, além dos processos coletivos, os processos individuais e sonhos que cada pessoa em Situação de Rua traz. Isto se dá num processo dialógico, no qual as relações simétricas pautam esse método que considera a pessoa em seu todo. Ninguém está livre e isento por completo de viver essa situação de extrema vulnerabilidade no atual contexto de grandes contradições e inseguranças econômicas. É interessante ressaltar que esta pesquisa mostrou que a População de Rua observada nas ruas de Curitiba não é composta apenas de pessoas despossuídas e pobres, mas de pessoas de todas as classes sociais. As entrevistadas denominadas aqui de K e M e o entrevistado D disseram estar na rua por conta de desavenças familiares decorridos do uso frequente de drogas, sendo que M foi expulsa de casa. Tinham uma vida estável e confortável, inclusive com formação universitária.

Faz-se necessário ler a conjuntura sociopolíticoeconômica e eclesial para planejar uma ação pastoral pertinente aos desafios que a contemporaneidade mostra, estabelecendo um processo formativo dentro do planejamento, cuja metodologia seja escutá-los incansavelmente.

A Pastoral do Povo da Rua trabalha a necessidade de uma proximidade maior das pessoas para conhecê-las melhor e abrir-se para amá-los como Jesus os amou. Amar compreende também um ato de coragem e fé. E aqui está o mistério da vida. Para desvendá-lo faz-se necessário amar gratuitamente como testemunhou o Redentor. Esse caminho a Pastoral do Povo da Rua busca trilhar.

A relação dialógica da Bioética e Teologia, bem como com as demais ciências, tende a promover a vida como um todo, e não sua departamentalização. No caso do nosso contexto brasileiro, esta Ética prática ou Bioética questionadora das injustiças

sociais se manifesta nas Bioéticas de Intervenção, Bioética de Proteção e na Teologia da Libertação. A Teologia, com uma longa trajetória, faz a leitura da realidade motivada pela centralidade em Jesus Cristo que vai em direção do pobre. Portanto, movidos pela fé, os cristãos fazem seu engajamento por inclusão e dignidade da vida humana, na opção de Jesus Cristo pelos mais pobres e vulneráveis.

A pesquisa com a População em Situação de Rua foi um dos mais fortes e significativos desafios que vivenciei no buscar decifrar esse mundo colocado como submundo. Não foram poucas as tentativas de estabelecer um diálogo mais longo no início de minhas conversas e explicação do objetivo de minha pesquisa. No início houve muitas recusas e desconfiança, mas com o passar dos dias e meses, minha presença entre eles nas ruas, por conta da participação na Pastoral do Povo da Rua, foi “quebrando o gelo” e aos poucos me senti “em casa” com eles. Como me disse em 1994, um velho e sábio Kaingang, quando eu morava em Iraí-RS e estava iniciando meu trabalho no Cimi Sul, no apoio às lutas do Movimento Indígena por suas terras de ocupação tradicional, “para trabalhar com a gente e conhecer nossa cultura tem que amassar muito barro”. É o que busquei fazer nas ruas da cidade de Curitiba, não amassei barro, como nas estradas de terra a caminho para a área indígena, mas gastei muita sola de sapato e tênis nas idas e vindas das ruas de Curitiba para me encontrar com a População em Situação de Rua.

Observei que no coração de cada um, cada uma delas, para além das mágoas, rupturas injustiças, medo, violência, há muita esperança, bondade, sonhos e desejo por transformação.

A Pastoral do Povo da Rua coloca-se na perspectiva de ser esta ponte não apenas para resgatar a autoestima, mas proporcionar informações e formação quanto aos direitos elementares do ser humano e também uma consciência de que estas injustiças, desigualdades e situações de extrema vulnerabilidade não fazem parte do Projeto de Deus. Traz a figura de um Deus misericordioso, bondoso e que faz aliança com seu povo em seu processo Libertador. Frente a toda desesperança que aparentemente essa realidade da População em Situação de Rua apresenta, descobrem uma fortaleza e uma energia em lutar pela vida e enfrentar a violência e os preconceitos de cabeça erguida (Lc 24, 15). Nesse sentido temos aqui Jesus que entre os homens, solidarizando-se com suas dificuldades e angústias. A fé que expressam nesse Deus da Vida, torna-se o socorro derradeiro e pleno de significados em que Deus é tido como o único que

“protege”, o que “defende”, o que “aquece” e nas situações de desespero não os faz perder a cabeça, como relataram em vários momentos.

No Plano teológico, observa-se que “Deus ouviu o clamor de seu Povo” e crer em Deus na América Latina é estar aberto a acolhê-los, (os pobres) a olhar nos olhos, deixar-se converter, sem condená-los, mas motivá-los para o permanente protagonismo como o caminho da superação da miséria e da fome. Para isto faz-se necessária uma preparação que envolva mística, para perceber no outro, inteiramente outro, o sinal da presença amorosa de Deus. O Deus que se revela nos pequenos, nos simples e nos pobres, resgata o sentido e a essência do que é valor e do que é ética na vida.

Pode-se considerar que vivemos a Era de grandes transformações no campo científico-tecnológico e ao mesmo tempo a Era das Vulnerabilidades, onde o ser humano perde valores essenciais e vitais quanto a sobrevivência humana e suas relações sociais, familiares e comunitárias. A valorização extremada do individualismo como absoluto, reflete a sociedade pós-moderna, onde o ser humano passa a ser algo prescindível, descartável e manipulado conforme os interesses econômicos, cada vez mais ávidos de lucro fácil. Daí a importância e relevância do tema da Vulnerabilidade da População em Situação de Rua ao buscar colocar a nú a realidade que a sociedade recusa a olhar de frente.

Observou-se que a vivência nas ruas gera uma outra rede de relações onde os valores éticos de solidariedade, expressos no partilhar o pão, a marmita ou a roupa usada, fortalece laços de amizade, espiritualidade vivida entre a População de Rua entre si e com outros setores também vulnerabilizados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antônio José de Almeida. **Apostolicam Actuositatem**: Texto e Comentário. São Paulo: Paulinas, 2012.
- ALMEIDA, Leonor Duarte. Suscetibilidade: novo sentido para a vulnerabilidade. **Revista Bioética**, Brasília: v. 18, n. 3, 2010, p. 537-548.
- AMBROMOWAY, Miriam. *et al.*. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**: desafios para Políticas Públicas. Brasília: UNESCO, 2002.
- ANJOS, Marcio Fabri. Bioética e Teologia: janelas e interpretações. In: PESSINI, Leocir e BARCHIFONTAINE, Christian de Paul. **Bioética e longevidade humana**. São Paulo : Edições Loyola, 2006, p. 174-186.
- _____. Bioética em perspectiva de Libertação. In: GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leocir (Orgs). **Bioética**: poder e injustiça. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 455.
- _____. Teologia da Libertação. In: **Dicionário de Bioética**. Aparecida: Santuário, 2001.
- AQUINO JUNIOR, Francisco. Tudo tem jeito. Só não tem jeito para a morte. In: COSTA, Julieta Amaral. **Pastoral do Povo da Rua**: Povo da Rua, Povo de Deus. São Paulo: Loyola, 2001, p. 77.
- ARQUIDIOCESE de Curitiba. **Pastoral do Povo da Rua**, Curitiba, 2011 (mimeo).
- ARREGUY, Euclides Etienne M.; SCHRAMM, Fermin R. Bioética do Sistema Único de Saúde/SUS: uma análise pela bioética da proteção. **Revista Brasileira de Cancerologia** v. 51, n.2, 117-123, 2005. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/rbc/n_51/v02/pdf/artigo3.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.
- ASSMANN, Hugo. **Desafios e falácias**: ensaios sobre a conjuntura atual. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. **Deus em nós**: O reinado que acontece no amor solidário aos pobres. São Paulo, Paulus, 2010.
- AYRES, J. R. C. M et al.. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS Carlos Machado. **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003, p. 117-139.
- BANDEIRA, Manuel. **O bicho**. Poema. 1948. Disponível em: <www.casadobruzo.com.br/poesia/m/bicho.htm>. Acesso em: 07 fev. 2012.
- BARCIFICONTAINE, Christian de Paul. **Bioética e início da vida**: alguns desafios. São Paulo: Idéias e letras, 2004.
- BASTOS, Carlita Moraes *et al.* **Pastoral do Povo da Rua**: Vida e Missão. São Paulo: Loyola, 2003.

BAUMANN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BIBLIA SAGRADA. **Edição Pastoral**. São Paulo: Paulus, 1990.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOFF, Clodovis. **Teoria do Método Teológico**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BORIN, Marisa do E. S. **Desigualdades e Rupturas Sociais na Metrópole: os moradores de rua em São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, Governo Federal, 2008.

BRASIL. **Constituição brasileira de 1988**. 3. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995

BRAZ, Marlene; SCHRAMM, Fermin Roland. Bioética e pesquisa em saúde mental. **Ciência e saúde coletiva**. v.16, n.4, p. 2035-2044, 2011.

BRAZ, Marlene. Vulnerabilidad y autonomia: el sujeto de la investigacion en los países en desarrollo. In: Hoof PF, Chaparro E, Salvador H, compiladores. **Bioética, vulnerabilidad y educación**. Mar del Plata, Suarez, v. 2, p. 79-84, 2003.

BULLA, L. C.; *et al.*. **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: EDIPUCRS, 2004.

BUSSO, Gustavo. **La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI: una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos**. Santiago do Chile: CEPAL/CELADE, 2001.

CAMPBELL, Alastair. Pessoas Vulneráveis: Experiências e esperança. In: GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. **Bioética: poder e injustiça**. São Paulo: Loyola, 2004.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela (Orgs). **Desigualdades e Questão Social**. São Paulo: EDUC, 1997.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILLO, José Maria. **La Alternativa Cristiana**. Salamanca: Siegueme, 1981.

CHEGA de dor e sofrimento na Luz! **Manifesto**, São Paulo, jan. 2012.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Texto-base da Campanha da Fraternidade 2002: Fraternidade e os Povos Indígenas**. São Paulo: Loyola, 2002.

CODINA, Victor. **Para compreender a eclesiologia a partir da América Latina**. São Paulo : Paulinas, 1993.

_____. **O Credo dos Pobres**. São Paulo: Paulinas, 1997.

COHEN, Claudio. Por que pensar a bioética?. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v.54, n.6, p. 473-474, 2008.

COMBILN, José. **Os Desafios da Cidade no século XXI**. São Paulo: Paulus, 1997.

COMISSÃO de Constituição e Justiça e Cidadania. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 18 nov. 2011, Caderno de Economia, p. 25.

CORREIA, Francisco de Assis. Alguns desafios atuais da bioética. In: PESSINI, Leo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul (Orgs.). **Fundamentos da Bioética**. São Paulo: Paulus, 1996.

COSTA, Julieta Amaral. As etapas da caminhada. In: COSTA, Julieta Amaral. **Pastoral do Povo da Rua: Povo da Rua, Povo de Deus**. São Paulo: Loyola, 2001.

COSTA, Ana Paula Motta. População em Situação de Rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**. v. 4, ano 4, dez. 2005.

CRISTO, Luciana. Notícias. **Paraná Online**, 30 abr. 2008. Disponível em: <www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/293281/>. Acesso em: 20 jan. 2012.

DALL'AGNOL, Darlei. **Bioética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

D'ANGELIS, W. R. (org). **Direito internacional do século XXI: integração, Justiça e Paz**. Curitiba: Juruá, 2003.

DIETERLEN, Paulette. Derechos necesidades básicas y obligación institucional In: ZICCARDI, Alicia (org). **Pobreza Desigualdad Social y Ciudadanía los Limites de Las.Políticas Sociales en América latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 13-22.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do Biodireito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DINIZ, Débora. A vulnerabilidade na bioética. In: COSTA, S. I. & DINIZ, D. (Orgs.). **Bioética: ensaios**. Brasília: Letras Livres, 2001, p. 27-32.

DRANE, James. Bioética e cuidados paliativos. In: GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leocir (orgs). **Bioética: Poder e Injustiça**. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 415-426.

DURAND, Guy. **Introdução geral a bioética: História, conceitos e instrumentos**. 2. ed., São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Loyola, 2007.

ELLACURÍA, Ignacio. **Conversion de la Iglesia al Reino de Dios**. Santander: Sal Terrae, 1984.

FABRIS, Rogerio; MAGGIONI, B. **Os Evangelhos II**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

FERRER, Jorge José; ÁLVAREZ, Juan Carlos. **Para fundamentar a bioética**: teorias e paradigmas teóricos na bioética contemporânea. São Paulo: Loyola, 2005.

FORTES, Paulo Antonio de Carvalho. Reflexões sobre a bioética e o consentimento esclarecido. **Bioética**, Brasília, v. 2, n.2, p. 129-135, 1994.

GALILEA, Segundo. **El Dios de los Pobres**. New York: Centro de Pastoral Hispana para el Nordeste; 1980.

_____. **O Sentido Cristão do Pobre**. São Paulo: Paulinas, 1978.

GARRAFA, Volnei. Bioética, responsabilidade e solidariedade. **O mundo da saúde**, São Paulo, v.1, n. 5, jun. 1995.

GASDA, Élio Estanislau. **Trabalho e capitalismo global**. Atualidade da doutrina social da igreja. São Paulo: Paulinas, 2011.

GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 10, p.13-34, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIBELLINI, Rosino. **A Teologia do Século XX**. São Paulo: Loyola, 1998.

GOLDIM, José Roberto. Bioética: Origens e Complexidade. **Revista HCPA**, Porto Alegre, v. 26, n.2, p. 86-88. 2006.

GONÇALVES, Alfredo. Rua é Fronteira. In: COSTA, Julieta Amaral. **Pastoral do Povo da Rua**: Povo da Rua, Povo de Deus. São Paulo: Loyola, 2001.

GONÇALVES, R, et al. **Socialismo e globalização financeira**. São Paulo: Fundação Perseu, 2003.

GUARESCHI, P. A. A ideologia: um terreno minado. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 82-94, 1996.

GUTIERREZ, Gustavo. **Beber no próprio poço**: itinerário espiritual de um povo. 4.ed, Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Teologia da Libertação**: perspectivas. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Onde Dormirão os Pobres?** São Paulo: Paulus, 2003.

HAMMES, Érico. Ética, ciência e tecnologia: ensaio em perspectiva teológica. In: SOUZA, Ricardo Timm et al. (Org.) **Ciência e ética**: os grandes desafios. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

HOSSNE, William Saad; ALBUQUERQUE, Maria Clara; GOLDIM, José Roberto. Nascimento e desenvolvimento da Bioética no Brasil. In: ANJOS, Márcio Fabri;

SIQUEIRA, José Eduardo (Orgs.). **Bioética no Brasil: Tendências e perspectivas**. São Paulo: Idéias e Letras, 2007.

HOTTOIS, Gilbert; MISSA, Jean-noël. **Nova Enciclopédia de Bioética**. Santiago de Compostela: Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2005.

IANNI Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS. **Vidas de Rua**, destino de muitos. São Paulo, Instituto de Estudos Especiais - IEE/PUC- SP, 1999. CD-ROM.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

JUNGES, José Roque. **Bioética**. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **Bioética: hermenêutica e causística**. São Paulo: Loyola, 2006.

KAZTMAN, Ruben. **Seducidos y abandonados: el aislamiento Social de los pobresurbanos**. CEPAL, nº75, Dez/2001. Versão não editada.

KEMP, Peter. (Org.). **Le discours bioétique**. Paris: Cerf, 2004.

KOTTOW, Michael. Bioética prescritiva. A falácia naturalista. O conceito de princípios na bioética. In: GARRAFA, Volnei; KOTTOW, Michel; SAADA, Alya (orgs). **Bases conceituais da Bioética: enfoque latino-americano**. São Paulo: Gaia, 2006.

_____, M. Autonomia y protección en bioetica. **Jurisprudencia Argentina (JA)**, v 3, n. 13, p. 44-49, 2005.

_____, M. Comentários sobre Bioética, vulnerabilidade e proteção. In: GARRAFA, Volnei e PESSINI, Leo. **Bioética: Poder e Injustiça**. São Paulo: Loyola, 2004.

LACERDA, Antonio Correa de. **O impacto da Globalização na Economia Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LEAO, Helena Maria Carneiro. A importância das teorias éticas na prática da bioética. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant**, Recife, v. 10, n. 2, 2011.

LEONE, Salvino; PREVITERA, Salvatore (Direção). **Dicionário de Bioética**. Aparecida / SP: Santuário, 2001.

LIBANIO, João Batista e MURAD, Afonso. **Introdução à Teologia: perfil, enfoque, tarefas**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

MACKLIN, Ruth. Bioethics, Vulnerability, and Protection. **Bioethics**, Brasília, v. 17, n. 5, p. 472-486, out. 2003.

_____. Bioética, vulnerabilidade e proteção. In: GARRAFA, V. **Bioética: poder e injustiça**. São Paulo: Loyola, 2000, p. 59-70.

MARTIN, Leonard. Bioética e Teologia: Diálogo e Perspectivas. In: PESSINI, Leo; BARCHIFONTINE, Christian de Paul. **Problemas atuais de Bioética**. São Paulo: Loyola, 2010.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre, exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

METZ, Joham Baptist. **Para além de uma religião burguesa**: sobre o futuro do cristianismo. São Paulo: Paulinas, 1984.

MONDIN, B. **Os teólogos da libertação**. São Paulo: Paulinas, 1980.

MORIN, Edgar. **A cabeça Bem-Feita**: repensar a reforma e reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do; GARRAFA, Volnei. Por uma vida não colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, jun. 2011.

NEUTZLING, Inácio. A Revolução neoliberal da década de 1990: uma grande desilusão. In: NEUTZLING, Inácio (Org) **Bem Comum e Solidariedade**: Por uma ética na economia e na política do Brasil. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

NEVES, Maria do Céu Patrão. Sentidos da Vulnerabilidade: característica, condição e princípio. In: BARCHIFONTAINE, Christian de Paul; ZOBOLI, Elma Lourdes PAVONE, Campos (Org). **Bioética Vulnerabilidade e Saúde**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2007.

OLIVEIRA, Aline Albuquerque; VILLAPOUCA, Karin Calazans; BARROSO, Wilton. Perspectivas epistemológicas da bioética brasileira a partir da teoria de Thomas Kuhn. In: GARRAFA, Volnei; CORDON, Jorge. **Pesquisa em Bioética no Brasil de hoje**. São Paulo: Editora Gaia, 2006.

OLIVEIRA, Maria Vany. A Esperança que nasce da crise. In: COSTA, Julieta Amaral. **Pastoral do Povo da Rua**: Povo da Rua, Povo de Deus. São Paulo: Loyola, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. A Questão do Estado - Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos. São Paulo: **Cadernos ABONG**, n. 08, p. 06-19, jun. 1995.

OSWALD, W. Desafios postos pela vulnerabilidade aos pesquisadores. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, v. 2, n.2, p. 248-253, 2006.

PAOLI, Arturo. **Espiritualidade Hoje**. São Paulo: Paulinas, 1987.

PASTORAL DO POVO DA RUA. **Missão e Objetivos**. Arquidiocese de Curitiba, 2010 (Mimeo).

PEREIRA, Marcia Accorsi. **A população de rua, as políticas assistenciais públicas e os direitos de cidadania**: uma equação possível? Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo: PUC-SP, 1997.

_____. A aguda fabricação do modo de produção vigente a População em Situação de Rua. **Revista PUCVIVA**, p. 3-10, 2007.

PERETTI, Clélia. HIV AIDS e gênero: teologia da experiência. **Filosofia do Gênero em face da Teologia**: Espelho do passado e do presente em perspectiva do amanhã. Curitiba: Champagnat, 2011.

PERRES, Aline. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 jul. 2010, Caderno Vida e Cidadania, p. 14.

PESSINI, Leo. **Bioética**: Um grito por dignidade de viver. São Paulo: Paulinas, 2008.

PESSINI, Leocir; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul; PRADO, Mauro Machado. Bioética no Brasil: Produções Científicas e perspectivas. In: ANJOS, Márcio Fabri e SIQUEIRA, José Eduardo (Orgs.). **Bioética no Brasil**: Tendências e perspectivas. São Paulo: Idéias e Letras, 2007.

_____, Leocir; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul. **Problemas atuais de bioética**. São Paulo: Loyola, 2010.

PICCOLI, João Manuel Prates. O teólogo no comitê de bioética. In: LOCH, Jussara de Azambuja, GAUER, Gabriel José Chittó; CASADO, María. **Bioética, interdisciplinaridade e prática clínica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

PORTO, Dora; GARRAFA, Volnei. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. In: GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. **Bioética**: Pode e Injustiça. São Paulo: Loyola, 2004.

POTTER, Van Rensselaer. **Bioethics**: bridge to the future. New Jersey: Prentice-Hall., Englewood Cliffs, 1971.

_____. Science, Religion Must Share Quest For Global Survival. **The Scientist**, v. 8, n.10, p. 3, maio. 1994.

REICH, WT (Ed). **Encyclopedia of Bioethics**. New York: MacMillan, 1995.

RELATÓRIO BELMONT. In: Pessini, Leo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul. **Problemas atuais de Bioética**. São Paulo: Loyola, 2010.

ROLLETTI, Irmã Cristina Bove. O rosto do Cristo não acolhido. Entrevista. **Revista de Aparecida**, Ano 10, nº 117, dez. 2011, p. 8-9.

ROMERO, Mons. Oscar A. **Su Pensamiento VIII**. San Salvador: Imprensa Critério, 2000.

SAAD, Alya. La Declaración Univsersal sobre Bioética y Derechos Humanos – ampliación democrática para una sociedad mas justa. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, v. 2, n. 4, p 413-422, 2006.

SANCHES, Mário Antonio. **Bioética: Ciência e transcendência**. São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, Celi Márcio Santos. Pra Começo de Conversa. In: COSTA, Julieta Amaral. **Pastoral do Povo da Rua: Povo da Rua, Povo de Deus**. São Paulo: Loyola, 2001.

SANTOS, Tania Steren. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. **Sociologias**, Porto Alegre, v; 3, n. 6, p. 170-198, jul/dez, 2001.

SASS, Hans-Martin. Promover a Educação em saúde para enfrentar a doença e a vulnerabilidade. . In: GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. **Bioética: Poder e Injustiça**. São Paulo: Loyola, 2004.

SCHONARTH, João Pedro. Curitiba é mais rica que 12 estados. **Gazeta do Povo**. Caderno Economia. 18 dez., p. 6. 2011.

SCHRAMM, Fermin Roland. Información y manipulación: como proteger los seres vivos vulnerados? La propuesta de la bioética. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 18 – 27, 2005.

_____. F.R. Bioética de Proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. **Revista Bioética**, p.10-17, 2008.

SCHRAMM, Fermin Roland; BRAZ, Marlene. Bioethics of protection: a proposal for the moral problems of developing countries? **J Int Bioethique**, v. 19, n. 1-2, p. 73-76, 2008.

_____, Fermin Roland; ANJOS, Márcio Fabri; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. A questão das tendências filosóficas ou de fundamentação. In: ANJOS, Márcio Fabri; SIQUEIRA, José Eduardo (orgs.). **Bioética no Brasil: Tendências e perspectivas**. São Paulo: Idéias e Letras, 2007.

SGRECCIA, Elio. **Manual de Bioética: II** – aspectos médico-sociais. São Paulo: Loyola, 1997.

SILVA, Rosimeire Aparecida. O povo da rua e seu sofrimento. In: COSTA, Julieta Amaral. **Pastoral do Povo da Rua: Povo da Rua, Povo de Deus**. São Paulo: Loyola, 2001.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e População de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez 2009.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. **Moradores de Rua**. São Paulo: Polis, 1992.

SIQUEIRA, José Eduardo; PORTO, Dora; FORTES, Paulo Antonio de Carvalho. Linhas Temáticas da Bioética no Brasil. In: ANJOS, Márcio Fabri; SIQUEIRA, José Eduardo (Orgs.). **Bioética no Brasil: Tendências e perspectivas**. São Paulo: Idéias e Letras, 2007.

_____. Ensaio sobre Vulnerabilidade Humana. In: BARCHIFONTAINE, Christian de Paul; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone (orgs.). **Bioética Vulnerabilidade e Saúde**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2007.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOBRINO, Jon. **A fé em Jesus Cristo** – ensaio a partir das vítimas. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Fora dos Pobres não há Salvação**: pequenos ensaios utópico-proféticos. São Paulo : Paulinas, 2008.

SOTOLONGO, P.L. És una bioética separada de la política menos ideologizada, que una bioética politizada? **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, v.1, n. 2, p. 133, 2005.

SOUZA, Waldir. Vulnerabilidade: elemento de comunhão e estética na relação familiar. In PERETTI, Clélia et al.. **Filosofia do gênero em face da Teologia**: espelho do passado e do presente em perspectiva do amanhã. Curitiba: Champagnat, 2011.

VIDA e Missão. Pastoral do Povo da Rua. São Paulo: Loyola, 2003.

VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs.). **População de rua**: quem é? Como vive? Como é vista? São Paulo: Hucitec, 1994.

ZALUAR, Alba. Perfil da População de rua. In: ROSA, C.M.M. **População de Rua**: Brasil e Canadá. São Paulo: HUCITEC, 1995.

ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. Referencias de análise em bioética: o desafio de traçar sua interface com a saúde pública. In: FORTES, Paulo Antonio de Carvalho; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone (Orgs.). **Bioética e Saúde Pública**. São Paulo: Loyola, 2004.

ZUBEN, Newton Aquiles Von. Vulnerabilidade e Decisão: tensão no pacto médico. In: BARCHIFONTAINE, Christian de Paul e ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone (orgs.). **Bioética Vulnerabilidade e Saúde**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Este roteiro refere-se à pesquisa de campo que será realizada com a População em Situação de Rua, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. Será realizada com os frequentadores do Centro Redentorista de Ação Social do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, situado na Rua Amâncio Moro 135 Alto da Glória, Curitiba – PR e também em seus espaços cotidianos na rua. Esta pesquisa pretende verificar realidade da vulnerabilidade da População em situação em Situação de Rua nos aspectos sociais, culturais, assistenciais econômicos e da Saúde Pública.

Número de Entrevistados: 20 (com idades entre 20 e 60 anos). Serão Entrevistados homens e mulheres que vivem pelo menos a um ano em situação de rua.

1. Data e Localização no momento da Entrevista:
2. Lugar de nascimento:
3. Idade: Quanto a idade, você se inclui com a idade de:
 - a. ☐ 18 a 25 anos
 - b. ☐ 26 a 30 anos
 - c. ☐ 31 a 35 anos
 - d. ☐ 36 a 40 anos
 - e. ☐ 41 a 45 anos
 - f. ☐ 46 a 50 anos
 - g. ☐ 51 a 60 anos
4. Gênero:
 - a. ☐ Feminino
 - b. ☐ Masculino
5. Escolaridade:
 - a. ☐ Nunca estudou.
 - b. ☐ Pré-escolar até a 4º Série.
 - c. ☐ 5º a 8º Série.
 - d. ☐ 2º Grau incompleto.
 - e. ☐ 2º Grau completo
 - f. ☐ 3º Grau (Universidade, Faculdade) incompleto
 - g. ☐ 3º Grau (Universidade, Faculdade) completo
 - h. ☐ Pós Graduação

6. Estado civil:
 - a. ☐ Casado(a)
 - b. ☐ Solteiro(a)
 - c. ☐ Divorciado(a)
 - d. ☐ Separado(a)
 - e. ☐ Vive junto com alguém.
 - f. ☐ Outro
7. Tem participado em algum grupo específico,

- a. ☐ Associação de Recicladores (Catadores de Papel e material reciclável)
- b. ☐ Alcoólatras Anônimos (AA)
- c. ☐ Narcóticos Anônimo (NA)
- d. ☐ Grupos de Prevenção sobre a AIDS.
- e. ☐ Conselhos dos governos Municipais e/ou Estaduais.
- f. ☐ Outro

8. Está integrado em algum grupo atualmente? Qual? _____

9. Você já sofreu que tipos de violência ou preconceito?

- a. ☐ Violência na rua
- b. ☐ Violência sexual
- c. ☐ Violência da polícia
- d. ☐ Violência psicológica
- e. ☐ Violência de Órgãos Públicos Governamentais
- f. ☐ Violência de dependentes químicos.
- g. ☐ Outros _____

10. Qual o maior problema que você enfrenta hoje?

- a. ☐ Saúde
- b. ☐ Alcoolismo
- c. ☐ Dependência química (drogas)
- d. ☐ Rejeição da família
- e. ☐ Desemprego
- f. ☐ Depressão
- g. ☐ Moradia
- h. ☐ Outros _____

11. Quais são os seus sonhos?

- a. ☐ Retornar a família, reconciliação.
- b. ☐ Enfrentar o problema do Alcoolismo com perseverança..
- c. ☐ Voltar a estudar.
- d. ☐ Trabalhar, conseguir um trabalho com carteira assinada.
- e. ☐ Conseguir um tratamento de Saúde.
- f. ☐ Livrar-se da dependência química.
- g. ☐ Moradia
- ☐ outro _____

12. O que levou você a morar na rua? (Qual sua história de vida?)

13. Quais seus meios de sobrevivência na rua? Como está vivendo morando na rua?

14. Onde tem buscado ajuda?

15. Qual a dificuldade que você encontra para sair da situação de rua?

16. Qual a dificuldade que você encontra para encontrar um trabalho?

17. Como tem lidado com as doenças sexualmente transmissíveis?
18. Como foi ou está sendo seu acesso aos serviços públicos como Saúde, Educação e Assistência Social?
19. Como está sendo seu acesso a Moradia? Quais as dificuldades encontradas?
20. Já denunciou alguma agressão sofrida ou seus direitos violados?
21. Onde você encontra forças para enfrentar o dia a dia da sobrevivência?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____ *nacionalidade* _____
Idade, _____ *estadocivil,* _____ *profissão,* _____
endereço, _____ *RG* _____

estou sendo convidado a participar de um estudo denominado..**Bioética e Vulnerabilidade da População em Situação de Rua**, cujos objetivos e justificativas são: conhecer a realidade que a População em Situação de Rua está enfrentando, suas dificuldades, problemas mas também suas propostas para uma Política Pública respeitosa da dignidade do ser humano. Está sendo realizado como pesquisa de campo para o mestrado em Teologia da PUCPR.

A minha participação no referido estudo será no sentido de responder a um questionário questões (abertas e fechadas). Para as questões abertas será utilizado o gravador de voz para melhor desenvolvimento da entrevista e entendimento de minhas respostas. Estas gravações serão guardadas em lugar seguro e sigiloso sob a responsabilidade do pesquisador e apagadas após a conclusão da pesquisa. A entrevista será realizada em lugar por mim considerado adequado de modo a garantir a privacidade e sigilo das minhas respostas. Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como: contribuição na construção de uma Política Pública adequada e respeitosa à População em Situação de Rua.

Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Assim, o único risco que correrei é de gravidade baixa, ou seja, constrangimento durante a minha abordagem ou coleta de dados.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo. Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são..o mestrando em Teologia na

PUCPR Jorge Tarachuque, telefone celular: 41/ 8814 1731; 3332 7226 e o Professor Doutor Waldir Souza, da PUCPR, telefone celular: 41 9928 0385.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

No entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, haverá ressarcimento em dinheiro feito pelo próprio pesquisador. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para o CEP PUCPR (41) 3271-2292 ou mandar um *email* para nep@pucpr.br

Curitiba, ... de ... de 2011.

Nome do Sujeito da Pesquisa

Assinatura do Sujeito da Pesquisa

Jorge Tarachuque - Pesquisador Responsável

ANEXOS



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.

Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.

Art. 3º Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.

Art. 4º O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - direito à convivência familiar e comunitária;
- III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV - atendimento humanizado e universalizado; e

V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;

IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;

VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;

VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;

IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;

X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;

XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;

XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e

XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Art. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

§ 1º Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

§ 2º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

§ 4º A rede de acolhimento temporário existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de moradia popular promovidos pelos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Art. 9º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e respectivo suplente de cada órgão a seguir descrito:

I - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério da Saúde;

V - Ministério da Educação;

VI - Ministério das Cidades;

VII - Ministério do Trabalho e Emprego;

VIII - Ministério dos Esportes; e

IX - Ministério da Cultura.

§ 1º A sociedade civil terá nove representantes, titulares e suplentes, sendo cinco de organizações de âmbito nacional da população em situação de rua e quatro de entidades que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua.

§ 2º Os membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades as quais representam e designados pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 10. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:

I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades, considerando as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 25 de outubro de 2006;

II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

III - desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

IV - propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua;

V - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

VI - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;

VII - acompanhar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, em âmbito local;

VIII - organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e

IX - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.

Art. 11. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua poderá convidar gestores, especialistas e representantes da população em situação de rua para participar de suas atividades.

Art. 12. A participação no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 13. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA prestarão o apoio necessário ao Comitê Intersetorial de

Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 14. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 15. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República instituirá o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, destinado a promover e defender seus direitos, com as seguintes atribuições:

I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciantes;

II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;

III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;

IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e

V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2009; 188^o da Independência e 121^o da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

José Gomes Temporão

Patrus Ananias

João Luiz Silva Ferreira

Orlando Silva de Jesus Júnior

Márcio Fortes de Almeida

Dilma Rousseff